

**Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)  
Instituto Latino-Americano de Estado, Sociedade e Política (ILAESP)  
Graduação em Relações Internacionais e Integração**

# **HEGEMONIA, IMPERIALISMO E A GUERRA NA SÍRIA:**

**ELEMENTOS PARA A ANÁLISE DO SISTEMA INTERNACIONAL  
CONTEMPORÂNEO**

Ana Karolina Morais da Silva

Foz do Iguaçu  
2018

**HEGEMONIA, IMPERIALISMO E A GUERRA NA SÍRIA:**  
**Elementos para a análise do Sistema Internacional Contemporâneo**

Ana Karolina Morais da Silva

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

Orientador: Prof. Dr. Lucas Kerr de Oliveira

Co-orientador: Prof. Dr. Mamadou Alpha Diallo

Foz do Iguaçu  
2018

Ana Karolina Morais da Silva

**HEGEMONIA, IMPERIALISMO E A GUERRA NA SÍRIA:**  
**Elementos para a análise do Sistema Internacional Contemporâneo**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Lucas Kerr de Oliveira

UNILA

---

Co-orientador: Prof. Dr. Mamadou Alpha Diallo

UNILA

---

Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins

UFRGS

---

Ms. Larlecianne Piccolli

UFRGS

Foz do Iguaçu, 17 de dezembro de 2018.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a República Federativa do Brasil pela oportunidade de me graduar gratuitamente em uma instituição pública federal com alta qualidade de ensino. A Universidade Federal da Integração Latino-Americana, especialmente ao curso de Relações Internacionais e Integração, pela oportunidade única de estudar com colegas de mais de 15 nacionalidades distintas e aprender sobre seus países e culturas. A experiência unileira me fez descobrir as profundas semelhanças entre os países da América Latina e reconhecer-me como latino-americana, pois os laços que unem nossos povos são profundos, e a UNILA nos ensina isto na prática cotidiana.

Agradeço a todos os professores do Instituto Latino-Americano de Estado, Sociedade e Política da UNILA, pela formação interdisciplinar e significativa. Durante os quatro anos de estudos me senti acolhida e motivada a pesquisar e desenvolver o meu senso crítico, sempre tendo o Sul como o meu Norte. Neste sentido, direciono um agradecimento especial ao prof. Dr. Lucas Kerr de Oliveira, pelo seu apoio, incentivo e amizade incondicionais; em suas aulas tive o primeiro contato com o tema de estudo deste trabalho e durante as atividades do grupo de pesquisa sob sua coordenação pude desenvolver-me pessoal e academicamente. Também faço um agradecimento especial ao prof. Dr. Mamadou Alpha Diallo, por apresentar-me os estudos sobre o Oriente Médio desde uma perspectiva histórica, cultural e geopolítica; este trabalho não poderia ter sido desenvolvido sem as suas aulas e sua prontidão para discutir esses temas sempre com entusiasmo e profundo interesse. Aos dois professores, dedico minha mais sincera admiração.

Não poderia deixar de agradecer à minha família; sem meus pais, Ailton e Karina, e minha irmã, Ana Klara, eu não poderia concluir minha graduação. Seu apoio e sua confiança em mim me fizeram chegar até aqui, seu carinho e sua compreensão me deram forças durante todo o percurso. Espero um dia poder retribuir tudo o que fizeram e fazem por mim e pela Heleninha. A minha avó Neusa, pelas palavras de carinho e incentivo desde antes de eu sequer pensar em ingressar em uma universidade; dedico à senhora esse trabalho e todo o fruto dos meus estudos, agradeço por sempre acreditar em meu potencial. Agradeço a minha bebê Helena, que nasceu durante minha graduação e para sempre será a maior luz da minha vida.

Por fim, agradeço aos amigos e amigas que fiz durante esses anos. A todos vocês, com os quais dividi os dias de aula, de trabalho e de ócio; com os quais aprendi e mudei de opinião, sempre com afeto e respeito. Espero que a amizade construída durante oito semestres seja duradoura. Agradeço por terem me acompanhado durante toda a trajetória na UNILA, sempre me transmitindo palavras e gestos de incentivo e motivação. Parte deste trabalho também é fruto do nosso companheirismo.

*os animais lutam, mas não fazem guerra. O homem é o único primata que planeja o extermínio dentro de sua própria espécie e o executa entusiasticamente e em grandes dimensões. A guerra é uma de suas invenções mais importantes; a capacidade de estabelecer acordos de paz é provavelmente uma conquista posterior.*

***Hans Magnus Enzensberger***

MORAIS DA SILVA, Ana Karolina. **Hegemonia, Imperialismo e a Guerra na Síria: Elementos para a análise do Sistema Internacional Contemporâneo**. 2018. (114p.). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais e Integração) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2018.

## **RESUMO**

Neste trabalho visamos obter a partir dos conceitos de hegemonia e imperialismo e dos desdobramentos da Guerra na Síria (2011-2018) elementos que sirvam para a análise do Sistema Internacional Contemporâneo. Para tal, são revisitadas as ferramentas analíticas da Teoria Crítica ou corrente Neomarxista das Relações Internacionais, especialmente os conceitos de hegemonia e imperialismo, para fundamentar uma análise tridimensional - à nível estrutural, processual e dos atores - do Sistema Internacional. Partimos da premissa de que o imperialismo contemporâneo está baseado na interseção entre duas formas de competição que se complementam a nível sistêmico e/ou estrutural, a competição econômica e a competição geopolítica. Assim, são analisadas a política externa das grandes potências capitalistas, Estados Unidos, China e Rússia, comparando as capacidades econômicas e militares que cada uma possui. Considera-se que a crise hegemônica dos Estados Unidos e o acirramento das disputas deste com China e Rússia se traduzem no conflito sírio, explicitando as principais tendências do Sistema Internacional Contemporâneo, como a multipolaridade assimétrica e a multiplicação de focos de conflitos híbridos. Desta maneira, hegemonia e imperialismo são categorias que ajudam a explicar a crescente conflitividade nos processos sistêmicos, assim como a estrutura assimétrica do Sistema Internacional. A Guerra na Síria, por fim, evidencia os elementos que demonstram o desgaste da hegemonia estadunidense e os fundamentos para a disputa entre a potência imperialista e os polos de poder euroasiáticos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Hegemonia; Imperialismo; Guerra na Síria; Geopolítica; Sistema Internacional Contemporâneo.

MORAIS DA SILVA, Ana Karolina. **Hegemonía, Imperialismo y la Guerra en Siria: Elementos para el análisis del Sistema Internacional Contemporáneo.** 2018. (114p.). Trabajo de Conclusión de Curso (Graduación en Relaciones Internacionales e Integración) – Universidad Federal de la Integración Latinoamericana, Foz do Iguaçu, 2018.

## **RESUMEN**

En este trabajo pretendemos obtener a partir de los conceptos de hegemonía e imperialismo y de los desdoblamientos de la Guerra en Siria (2011-2018) elementos que sirvan para el análisis del Sistema Internacional Contemporáneo. Para ello, se revisan las herramientas analíticas de la Teoría Crítica o corriente Neomarxista de las Relaciones Internacionales, especialmente los conceptos de hegemonía e imperialismo, para fundamentar un análisis tridimensional - a nivel estructural, procesal y de los actores - del Sistema Internacional. Partimos de la premisa de que el imperialismo contemporáneo está basado en la intersección entre dos formas de competencia que se complementan a nivel sistémico y / o estructural, la competencia económica y la competencia geopolítica. Así, se analizan la política exterior de las grandes potencias capitalistas, Estados Unidos, China y Rusia, comparando las capacidades económicas y militares que cada una posee. Se considera que la crisis hegemónica de Estados Unidos y la intensificación de las disputas de éste con China y Rusia se traducen en el conflicto sirio, explicitando las principales tendencias del Sistema Internacional Contemporáneo, como la multipolaridad asimétrica y la multiplicación de focos de conflictos híbridos. De esta manera, hegemonía e imperialismo son categorías que ayudan a explicar la creciente conflictividad en los procesos sistémicos, así como la estructura asimétrica del Sistema Internacional. La Guerra en Siria, por último, evidencia los elementos que demuestran el desgaste de la hegemonía estadounidense y los fundamentos para la disputa entre la potencia imperialista y los polos de poder euroasiáticos.

**PALABRAS-CLAVE:** Hegemonía; Imperialismo; Guerra en Siria; Geopolítica; Sistema Internacional Contemporáneo.



MORAIS DA SILVA, Ana Karolina. **Hegemony, Imperialism and the War in Syria: Elements for the Contemporary International System analysis.** 2018. (114p.). Undergraduate thesis (Graduation on International Relations and Integration) – Federal University of Latin American Integration, Foz do Iguaçu, 2018.

## **ABSTRACT**

In this work we aim to obtain from the concepts of hegemony and imperialism and the unfolding of the War in Syria (2011-2018) elements that serve to analyze the International Contemporary System. To this end, the analytical tools of the Critical Theory or the Neomarxist Current of International Relations, especially the concepts of hegemony and imperialism, are revisited to support a three-dimensional analysis - at the structural, procedural and actor levels - of the International System. We start from the premise that contemporary imperialism is based on the intersection between two forms of competition that complement each other on a systemic and / or structural level, economic competition and geopolitical competition. Thus, the foreign policy of the great capitalist powers, the United States, China and Russia, are analyzed, comparing the economic and military capacities that each possesses. It is considered that the hegemonic crisis of the United States and the intensification of its disputes with China and Russia translate into the Syrian conflict, explaining the main tendencies of the Contemporary International System, such as asymmetric multipolarity and the multiplication of focuses of hybrid conflicts. In this way, hegemony and imperialism are categories that help explain the growing conflict in systemic processes, as well as the asymmetric structure of the International System. The War in Syria finally highlights the elements that demonstrate the erosion of US hegemony and the grounds for the dispute between the imperialist power and the Eurasian power poles.

**KEYWORDS:** Hegemony; Imperialism; War in Syria; Geopolitics; Contemporary International System.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Fontes de poder no Sistema Internacional.....	23
Tabela 2. Polaridade no Sistema Internacional.....	24
Tabela 3. Dados quantitativos do poder nuclear nos Estados Unidos, Rússia e China (2018).....	53
Tabela 4. Pessoal ativo e em reserva nas forças armadas dos Estados Unidos, Rússia e China (2017).....	54
Tabela 5. Dados quantitativos do poder terrestre dos Estados Unidos, Rússia e China (2017)....	55
Tabela 6. Dados quantitativos do poder aéreo dos Estados Unidos, Rússia e China (2017).....	56
Tabela 7. Dados quantitativos do poder naval dos Estados Unidos, Rússia e China (2017).....	57
Tabela 8. PIB (bilhões de US\$) dos Estados Unidos, China e Rússia (2013 a 2018).....	60
Tabela 9. PIB per capita (US\$) e população dos Estados Unidos, China e Rússia (2018).....	61
Tabela 10. Reservas de ouro e produção de petróleo cru dos Estados Unidos, China e Rússia (2018).....	62
Tabela 11. Vendas de armas (US\$) dos Estados Unidos, China e Rússia (2017).....	63

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Divisões políticas do Oriente Médio, fronteiras em disputa, linha do acordo Sykes-Picot e áreas habitadas pelos curdos.....	72
Mapa 2. Reservas e Fluxo de Petróleo e Gás no Oriente Médio.....	76
Mapa 3. Oleodutos e Gasodutos no Oriente Médio.....	83
Mapa 4. Províncias e Religião na Síria em 1920.....	86
Mapa 5. Emancipações e consolidação da República Síria e Libanesa.....	87
Mapa 6. Controle territorial da Síria em 18 de agosto de 2014.....	93
Mapa 7. Controle territorial da Síria em 31 de março de 2016.....	95
Mapa 8. Controle territorial da Síria em 21 de junho de 2017.....	96
Mapa 9. Controle territorial da Síria em 06 de setembro de 2018.....	98
Mapa 10. Controle territorial em Idlib em 06 de setembro de 2018.....	99

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Gastos militares comparados dos Estados Unidos e Rússia em 2017.....	52
Gráfico 2. Gastos militares comparados de China e Estados Unidos em 2017.....	52
Gráfico 3. Vendas de armas para o Oriente Médio: valor em dólares estadunidenses, por fornecedor, de 1950 a 2016.....	75

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Os níveis de análise do Sistema Internacional.....	21
Figura 2. Países contra e a favor do governo Assad no conflito sírio.....	91

## SUMÁRIO

1 Introdução.....	15
2 O Sistema Internacional Contemporâneo.....	20
2.1. O conceito de Sistema Internacional.....	20
2.2. Poder e Hegemonia no Sistema Internacional.....	21
2.3. Imperialismo e Guerra.....	27
2.4. Considerações Parciais.....	35
3 As Grandes Potências no Sistema Internacional.....	36
3.1. A Estratégia de Segurança das Grandes Potências e os processos de acirramento da disputa interestatal no Sistema Internacional Contemporâneo.....	36
3.1.1. Estados Unidos.....	36
3.1.2. China.....	42
3.1.3. Rússia.....	47
3.2. Capacidades comparadas: dados militares e econômicos das Grandes Potências.....	49
3.2.1. Dados Quantitativos Referentes ao Poder Militar das Grandes Potências.....	50
3.2.2. Dados Quantitativos Referentes ao Poder Econômico das Grandes Potências.....	59
3.3. Considerações Parciais.....	64
4. A Guerra na Síria.....	66
4.1. Os conflitos no século XXI: Guerra Proxy, Guerra de Quarta Geração, Guerra Híbrida e <i>New Generation Warfare</i> .....	66
4.2. A Geopolítica do Oriente Médio.....	70
4.2.1. Geopolítica e Balança de Poder no Oriente Médio.....	71
4.2.2. Geopolítica do Imperialismo no Oriente Médio.....	76
4.3. O conflito sírio.....	84
4.3.1. Formação étnica e religiosa do território sírio.....	85
4.3.2. Escalada e os primeiros anos da guerra (2011-2014).....	87
4.3.3. Intervenção russa e retrocesso do Estado Islâmico (2015-2018).....	93
4.3.4. Negociações e Possíveis Desfechos.....	100
4.4. Considerações Parciais.....	101
5 Considerações Finais.....	103
Referências Bibliográficas.....	106

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo central deste trabalho é analisar os desdobramentos da Guerra na Síria (2011-2018) que permitam verificar as mudanças da polaridade do Sistema Internacional Contemporâneo, considerando também os conceitos de hegemonia e imperialismo para discutir as tendências gerais da política internacional do século XXI.

Para tal, são revisitadas as ferramentas analíticas da Teoria Crítica ou corrente Neomarxista das Relações Internacionais, especialmente os conceitos de hegemonia e imperialismo, para fundamentar uma análise tridimensional - à nível estrutural, processual e dos atores - do Sistema Internacional.

Partimos da premissa de que o imperialismo contemporâneo está baseado na interseção entre duas formas de competição que se complementam a nível sistêmico e/ou estrutural, a competição econômica e a competição geopolítica. Neste contexto, a hegemonia estadunidense está em crise e o acirramento da disputa interestatal, nos âmbitos econômico e geopolítico, é tanto causa quanto consequência desta crise hegemônica.

Assim, são analisadas a política externa e de segurança das grandes potências capitalistas, Estados Unidos, China e Rússia, considerando, em perspectiva comparada, as capacidades econômicas e militares que cada uma possui. Considera-se que a crise hegemônica dos Estados Unidos e o acirramento das disputas deste com China e Rússia, no caso do conflito sírio, explicitam duas grandes tendências do Sistema Internacional Contemporâneo: (i) a **multipolaridade assimétrica**, e (ii) a **multiplicação de conflitos híbridos**.

Desta maneira, hegemonia e imperialismo são categorias que ajudam a explicar a crescente conflitividade nos processos sistêmicos, assim como a estrutura assimétrica do Sistema Internacional. A Guerra na Síria, por fim, evidencia os elementos que demonstram o desgaste da hegemonia estadunidense e os fundamentos para a disputa entre a potência imperialista e os polos de poder euroasiáticos.

O acirramento da competição econômica e geopolítica entre as grandes potências se apresenta como uma tendência do Sistema Internacional na contemporaneidade, tanto como

causa quanto como uma consequência da crise da hegemonia estadunidense. No cenário internacional desde o pós-Guerra Fria podemos observar a primazia dos Estados Unidos e uma gradativa redistribuição do poder econômico global, ao passo que há a continuação da disputa geopolítica. Desta forma, o imperialismo é constituído pela concorrência entre os capitais, uma competição econômica, e as rivalidades interestatais por segurança, território e influência, uma competição geopolítica (CALLINICOS, 2009).

As potências capitalistas buscam ampliar suas zonas de influência – especialmente em seus entornos imediatos – e assegurarem seus suprimentos de recursos estratégicos, como recursos energéticos finitos. Para tal, investem pesadamente na modernização de suas forças armadas para fortalecerem suas capacidades defensivas e ofensivas, e investem em projetos de cooperação e integração como estratégia política, econômica e de segurança, uma vez que a consolidação destes projetos significa a consolidação de alianças internacionais. Como consequência direta desta tendência os conflitos do tipo híbrido ao redor do globo têm aumentado nos últimos anos. Estes conflitos, como a Guerra na Síria, possuem características que os distinguem dos conflitos convencionais: são conflitos de caráter assimétrico, irregular, marcados por um forte componente civil e geralmente contam com a mescla entre este componente e a participação de potências externas ao território em que o conflito se desenvolve (LIND, 2005; HOFFMAN, 2009; BERZINS, 2016; PERSSON, 2017).

A Síria, país cujas fronteiras foram traçadas pela imposição das potências europeias (Inglaterra e França) no século XX, encontra-se há mais de sete anos mergulhada em um intenso conflito, o qual é travado por inúmeras forças internas e externas ao território sírio. Este conflito ocupa uma posição central dentro da estratégia perpetrada pelos Estados Unidos desde a primeira Guerra do Golfo: um plano de reconfiguração das fronteiras do Oriente Médio, visando o controle geopolítico sobre a região e seus recursos energéticos (HARVEY, 2004).

A sua vez, a Rússia possui interesses vitais que levam a seu envolvimento direto no conflito: primeiramente, possui um longo histórico de cooperação com o governo sírio (primeiro com Assad pai, e depois com Assad filho), que lhe garante possuir através da Síria uma saída para o Mar Mediterrâneo, na base naval de Tartus; em segundo lugar, a Síria compõe o entorno imediato russo, pela proximidade com sua fronteira. Além disto, a Síria é vital para a balança de



poder regional dentro do Oriente Médio, especialmente para o conflito indireto entre Irã e Arábia Saudita, sendo Teerã um forte aliado de Moscou.

A China, mesmo com sua política externa de não-intervenção e ascensão pacífica, também possui interesses estratégicos na Síria, especialmente com os projetos de gasodutos que atravessam o país e que serão vitais para o abastecimento energético do gigante asiático a longo prazo. Embora, como tenha apontado Visentini (2011), a China tenha buscado parcerias em regiões relativamente menos conflitivas, o país está em uma posição na qual não pode abrir mão dos recursos oriundos dos países eurásianos e, portanto, seu envolvimento em conflitos recentes tem crescido significativamente, e a tendência é que as relações entre China e Estados Unidos fiquem cada mais tensionadas, uma vez que ambos os países dependem de recursos extraterritoriais para manterem sua segurança energética.

Desta forma, as principais tendências do Sistema Internacional Contemporâneo se evidenciam na Guerra na Síria: o acirramento da disputa interestatal nos âmbitos econômico e geopolítico, baseada em uma multipolaridade assimétrica, e a multiplicação de conflitos denominados como “Guerra *Proxy*”, “Guerra de Quarta Geração”, “Guerra Híbrida” ou de “*New Generation Warfare*”: conflitos com um forte componente étnico, uso de *proxies* e com importante papel da opinião midiática.

A Síria, além de um território rico em recursos energéticos, é um ponto estratégico para a distribuição destes recursos para toda a região da Eurásia. O conflito que se arrasta há quase sete anos denota como o Sistema Internacional Contemporâneo está baseado em uma multipolaridade assimétrica a qual é resultado e causa, dialeticamente, da crise da hegemonia dos Estados Unidos, e que se caracteriza pelas assimetrias de poder entre o centro competitivo do sistema e a incessante disputa entre os Estados que o compõem, especialmente os desafios feitos ao poderio hegemônico estadunidense pela China e pela Rússia.

Portanto, a **pergunta central** desta pesquisa é: como a disputa interestatal materializada na Guerra na Síria apresenta elementos úteis para a análise do Sistema Internacional Contemporâneo? Para respondê-la, algumas **perguntas secundárias** são feitas: (i) como a crise da hegemonia estadunidense se relaciona com a disputa do país norte-americano com os polos de poder euroasiáticos? (ii) como essa disputa se manifesta no conflito sírio? (iii) qual a relevância da Síria dentro da disputa econômica e geopolítica entre estes países? (iv) quais tendências

sistêmicas podemos observar nas interações entre as Grandes Potências e o conflito sírio? A **hipótese geral** da pesquisa é que a Guerra na Síria expõe a multipolaridade dentro do Sistema Internacional Contemporâneo. A **hipótese secundária** que denota da hipótese geral é que a Guerra na Síria é um foco de conflito no qual o interesse estadunidense não logrou consolidar-se e, portanto, rompe com a tendência anterior segundo a qual o plano estratégico dos Estados Unidos para o Oriente Médio avançava sem grande resistência dos poderes globais.

A pesquisa será desenvolvida inicialmente a partir de uma revisão bibliográfica das ferramentas teórico-analíticas da Teoria Crítica ou da corrente Neomarxista das Relações Internacionais, com especial atenção para os conceitos de hegemonia e imperialismo enquanto categorias que abordam a estrutura do Sistema Internacional. Em um segundo momento, são revisados documentos oficiais de Estado que contêm diretrizes de política externa e de segurança das grandes potências, e é realizado um levantamento quantitativo e comparativo acerca das capacidades militares e econômicas destas para compreendermos como se dá a distribuição do poder econômico entre estas e como a modernização das forças armadas destes países corrobora com a hipótese de que há uma continuação no pós-Guerra Fria da competição geopolítica. Por fim, são utilizados como fonte artigos e mapas de observatórios internacionais para analisar a Guerra na Síria e estudar o andamento do conflito e as condições em que se encontra o território sírio.

Na seção “O Sistema Internacional Contemporâneo” revisamos brevemente o conceito de Sistema Internacional e dos níveis de análise das Relações Internacionais, para então revisitarmos as ferramentas analíticas da Teoria Crítica ou Neomarxista das Relações Internacionais, com especial ênfase aos conceitos de hegemonia e imperialismo, para fundamentar uma análise tridimensional - à nível estrutural, processual e dos atores - do Sistema Internacional Contemporâneo. Ao longo de todo o trabalho os conceitos elaborados na primeira parte são retomados e aplicados.

Na seção “As Grandes Potências no Sistema Internacional” analisamos as grandes estratégias do triângulo EUA-Rússia-China, compilando os elementos contemporâneos que compõem um cenário de instabilidade e acirramento da disputa interestatal entre as grandes potências e, em seguida, é feito um estudo comparativo dos dados acerca das capacidades econômicas e do potencial militar destes três países, visando analisar se estas capacidades são

dísparos ou não, ou seja, se algum desses países se sobressai aos demais em algum aspecto de poder, seja este econômico e/ou geopolítico.

Na última seção é analisada a Guerra na Síria, a partir de uma breve análise teórica sobre como é travada a guerra no século XXI, seguindo à uma contextualização histórica acerca do papel que o Oriente Médio desempenha na geopolítica do imperialismo, e como se dá a balança de poder regional, aprofundando a geopolítica dos gasodutos na Síria e finalmente analisando os antecedentes do conflito, desde a formação do Estado sírio até o estopim da Primavera Árabe, a escalada e os desdobramentos do conflito e o desgaste da estratégia dos Estados Unidos no conflito sírio, elemento que demonstra a crise em que se encontra a hegemonia estadunidense e os fundamentos para a re-ascensão dos polos de poder euroasiáticos.

## 2 O SISTEMA INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEO

O Sistema Internacional Contemporâneo pode ser compreendido a partir de vários conceitos e correntes de pensamento. Neste trabalho, a abordagem Crítica ou Neomarxista será aplicada através dos conceitos de hegemonia e imperialismo, para que a estrutura do sistema possa ser definida em termos teóricos. Nas próximas páginas, buscaremos fundamentar uma análise sistêmica e tridimensional, que apresente como está composta a estrutura do Sistema Internacional Contemporâneo para, nos próximos capítulos, analisarmos o sistema até os seus níveis unitário (as grandes potências) e processual (o conflito sírio). Partimos da premissa de que o imperialismo contemporâneo está baseado na interseção entre duas formas de competição que se complementam a nível sistêmico e/ou estrutural, a competição econômica e a competição geopolítica.

### 2.1. O CONCEITO DE SISTEMA INTERNACIONAL

O *Sistema Internacional* pode ser definido como “*el conjunto de interacciones entre los diferentes actores internacionales*” (BARBÉ, 1995, p. 113), um conceito que se confunde com a própria área de relações internacionais e que abarca o todo antes de analisar as unidades que compõem esse todo. Também pode ser definido como um conjunto de elementos que conformam um todo integrado, no qual estes elementos estão ligados entre si por influências assimétricas, de maneira que elementos com maior poder influenciam os outros elementos mais do que são propriamente influenciados por estes ou pelo próprio sistema, o qual é estruturalmente oligopólico (GULLO, 2018, p. 138).

Para Baillard, a definição do termo passa por quatro pontos, a saber:

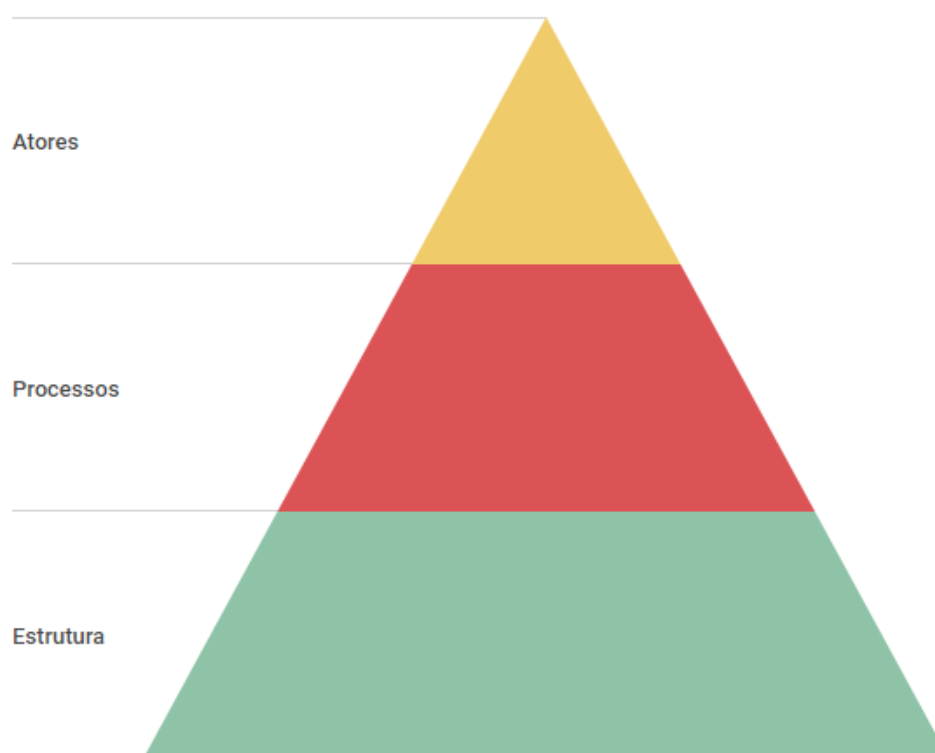
- 1) un sistema está constituido por elementos; 2) entre esos elementos existen relaciones o interacciones; 3) estos elementos y sus interacciones forman un todo, una totalidad; 4) esta totalidad manifiesta una cierta organización (BARBÉ, 1995, p. 115).

Levando em consideração estes quatro pontos estipulados por Baillard, Barbé afirma que “*el sistema internacional está constituido por un conjunto de actores, cuyas relaciones generan*

*una configuración de poder (estructura) dentro de la cual se produce una red compleja de interacciones (proceso) de acuerdo a determinadas reglas” (BARBÉ, 1995, p. 115).*

Desta forma, o Sistema Internacional pode ser analisado em três níveis básicos: o nível estrutural, no qual se analisa a configuração de poder (ou polaridade) do sistema, o nível processual, no qual se analisa as interações entre as partes/unidades do sistema e o nível unitário, no qual os atores, estatais ou não-estatais, são analisados de forma individual, conforme a Figura 1 demonstra:

**Figura 1. Os níveis de análise do Sistema Internacional**



Elaborado pela autora. Fonte: BARBÉ, 1995, p. 115.

## **2.2. PODER E HEGEMONIA NO SISTEMA INTERNACIONAL**

O conceito de *equilíbrio de poder* remonta à origem histórica do moderno sistema interestatal, o qual para Arrighi se originou do embate entre a lógica capitalista e a lógica territorialista. Devido à necessidade dos Estados europeus de garantirem condições jurídicas favoráveis para a acumulação de capital (a proteção da propriedade privada), a lógica capitalista prevaleceu e, a partir da constituição de jurisdições nacionais independentes, os Estados

elaboraram um sistema interestatal anárquico, no qual não há uma entidade supranacional que interfira na soberania de cada Estado (como era a Igreja Católica no sistema medieval, uma mediadora de conflitos internacionais), e a partir do marco da Paz de Vestfália de 1648 a autonomia jurídica passou a ser responsável pelo o que denomina-se como equilíbrio de poder entre os Estados modernos, um equilíbrio necessário para que esses Estados acumulassem capital, e que só poderia ser obtido através da secularização do Estado; o sistema interestatal moderno, portanto, se consolidou como consequência e também como um alicerce para o desenvolvimento capitalista (ARRIGHI, 2006, p. 32-36).

Entretanto, a igualdade jurídica existente entre os Estados, ou seja, o equilíbrio de poder formal, “*es una ficción, por la sencilla razón de que algunos Estados tienen más poder que otros, lo cual lleva a que el derecho internacional sea una telaraña que atrapa a la mosca más débil pero que deja pasar a la más fuerte*” (GULLO, 2018, p. 151). A igualdade jurídica não se traduz automaticamente em igualdade de fato porque o poder – e não a normatividade jurídica – é o elemento que determina as relações interestatais e, conseqüentemente, os Estados mais poderosos nem sempre se submetem à ordem jurídica.

O sistema político fundado por Vestfália, de acordo com Fiori, é um sistema em plena expansão, no qual os Estados competem entre si por força de uma coerção sistêmica que os leva à expandirem-se para sobreviver. Esta “compulsão expansiva” do sistema leva os Estados que o compõem a buscarem mais territórios para acumularem posições monopólicas de poder e de riqueza, o que por consequência gera a busca por um “poder cada vez mais global”, que possua abrangência sobre amplos territórios e populações (FIORI, 2007, p. 80).

Na prática, o equilíbrio de poder é um estado no qual as unidades do Sistema Internacional neutralizam o poder umas das outras mutuamente. Neste ponto, faz-se importante conceitualizar o que significa poder no Sistema Internacional. Neste trabalho, o conceito de poder adotado será o mesmo empregado por Raymond Aron, para o qual “*poder é a capacidade que tem uma unidade política de impor sua vontade às demais*”, e distingue entre “*potência defensiva* (a capacidade de uma unidade política de resistir à vontade de outra) e *potência ofensiva* (a capacidade de uma unidade política de impor a uma outra sua vontade)” (ARON, 2002, p. 99).

Ademais, o poder pode ser compreendido tanto como uma potencialidade (poder potencial) como uma realidade material (poder concreto). Existem três tipos de fontes de poder:

(i) fontes naturais: território, população, recursos naturais; (ii) fontes tangíveis de poder: recursos econômicos, desenvolvimento industrial-tecnológico, capacidade militar; e (iii) fontes intangíveis de poder: imagem nacional, apoio público, capacidade de liderança (MINGST, 2003, p. 106-109).

**Tabela 1. Fontes de poder no Sistema Internacional**

<b>Fontes de poder</b>	<b>Elementos</b>
Fontes naturais	Território, população, recursos naturais.
Fontes tangíveis	Recursos econômicos, desenvolvimento industrial-tecnológico, capacidade militar.
Fontes intangíveis	Imagem nacional, apoio público, capacidade de liderança.

Elaborado pela autora. Fonte: MINGST, 2003, p. 106-109.

Neste sentido, o conceito de *polaridade* faz referência ao número de atores que compõem um dado equilíbrio de poder dentro do sistema. A unipolaridade faz referência a uma estrutura na qual há apenas uma grande potência despontando em relação às demais, e esta possui ampla superioridade em todos os âmbitos da política internacional (econômico, geopolítico, sociocultural, etc), bem como a capacidade para ditar as normas e a agenda da ordem internacional e controlar as principais fontes de poder disponíveis. A bipolaridade se refere a um equilíbrio de poder entre duas grandes potências, no qual uma sempre está balanceando a outra nos diversos âmbitos da política internacional. A multipolaridade, por fim, se refere a um equilíbrio de poder composto por múltiplas potências, sendo que o poder de cada uma destas pode estar mais ou menos concentrado em cada um dos âmbitos da política internacional:

La noción de equilibrio, entre dos o entre varias potencias, está presente respectivamente en el sistema bipolar y en el sistema multipolar. Sin embargo, el sistema unipolar o sistema imperial está determinado por la lógica de la hegemonía. La tipificación de dichos sistemas nos ha de servir para dar respuesta a una serie de preguntas básicas, vinculadas al establecimiento del orden: ¿quién establece la agenda internacional?, ¿quién determina o influye habitualmente en las negociaciones globales?, ¿quién tiene capacidad para formular soluciones y, en caso extremo, para imponer soluciones, aunque sea “lejos de casa” y mediante el uso de la fuerza?, ¿qué

políticas nacionales e internacionales son las que producen más impacto a nivel mundial? (BARBÉ, 1995, p. 200).

**Tabela 2. Polaridade no Sistema Internacional**

Unipolaridade	Apenas um Estado desempenha o papel de potência hegemônica.
Bipolaridade	Dois Estados contrabalanceiam um ao outro mutuamente.
Multipolaridade	Três ou mais Estados compartilham o centro do poder global e nenhum é capaz de se sobrepor completamente aos demais.

Elaborado pela autora. Fonte: BARBÉ, 1995, p. 200.

Como vimos, a polaridade do Sistema Internacional é definida de acordo com a quantidade de *potências* exercendo influência sobre o sistema. Uma *Grande Potência* pode ser definida com base nas suas capacidades, comportamento ou interesses, entretanto, Kerr Oliveira argumenta que a combinação das três abordagens é possível, uma vez que as capacidades são fundamentais para que um Estado se comporte e defenda interesses de uma Grande Potência (KERR OLIVEIRA, 2012, p. 119-120).

Para Fiori (2007), existe uma contradição intrínseca ao sistema mundial que torna impossível a ascensão de um império global: a constante necessidade de expansão do poder dos Estados que compõem o sistema. Embora haja uma clara tendência à centralização e à monopolização do poder e da riqueza, esta nunca se materializou em um império global porque a ascensão de um império global implicaria na anulação das possibilidades de expansão do poder dos Estados que compõem o sistema mundial e, portanto, seria destruído o mecanismo de acumulação que mantém o próprio sistema em constante expansão. Acrescenta:

Essa contradição do sistema mundial impediu o nascimento de um império global, mas não impediu a oligopolização precoce do controle do poder e da propriedade da riqueza, nas mãos de um pequeno grupo de estados que se transformaram nas Grandes Potências, com capacidade de imposição da sua soberania e do seu poder muito além de suas fronteiras nacionais. Uma espécie de núcleo central do sistema, que nunca teve mais do que seis ou sete “sócios”, todos eles europeus, até o início do século XX, quando os



Estados Unidos e o Japão ingressaram no “círculo governante” do mundo. Além disto, estes estados sempre colocaram barreiras à entrada de novos “sócios” e, apesar de suas relações competitivas e bélicas, sempre mantiveram entre si relações complementares (FIORI, 2007, p. 80).

Portanto, embora a ascensão de um império global que controle isoladamente o Sistema Internacional seja dificultado pela própria necessidade sistêmica de expansão contínua, a tendência à centralização e à monopolização do poder e da riqueza ainda é latente. Esta tendência se traduz na formação de hierarquias entre os Estados que compõem o sistema, e é sobre esta hierarquia que o conceito de *hegemonia* é aplicado.

Uma hegemonia mundial, conforme o conceito empregado por Arrighi, se refere “à capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas” (ARRIGHI, 2006, p. 27). Ainda de acordo com o autor, o poder de uma hegemonia mundial é diferente da simples dominação, pois a hegemonia é a associação do poder à dominação, a qual é ampliada pela liderança intelectual e moral exercida pelo Estado hegemônico.

A formulação de Arrighi retoma à formulação de Gramsci que, à sua vez, reformula a concepção de Maquiavel, segundo a qual o poder é a combinação entre coerção e consentimento, ou seja, uma combinação entre o uso da força ou a ameaça de uso da força e a aquiescência, que implica liderança moral (ARRIGHI, 2006, p. 28). Além de combinar coerção e consentimento, uma potência hegemônica deve possuir a capacidade de universalizar seus interesses próprios como os interesses gerais dos atores que compõem o sistema internacional, uma vez que “Um Estado dominante exerce uma função hegemônica quando lidera o sistema de Estados numa direção desejada e, com isso, é percebido como buscando um interesse geral. É esse tipo de liderança que torna hegemônico o Estado dominante” (idem, p. 29).

Arrighi ainda indica que na história do moderno sistema interestatal existiram três hegemonias: a hegemonia holandesa, a hegemonia britânica e a hegemonia estadunidense. As três são caracterizadas por produzirem importantes inovações tecnológicas e acumularem riqueza o que, conseqüentemente, lhes conferiu a capacidade de reestruturar o sistema mundial de forma que garantisse as condições necessárias para que pudessem expandir sua influência. Ao contrário das outras duas, a hegemonia holandesa não pode ser considerada muito exitosa porque não estava nos interesses da Holanda se constituir como uma hegemonia após a Guerra dos Trinta Anos. A hegemonia britânica esteve focada no imperialismo e no livre cambismo, e manteve o

controle do sistema financeiro nas mãos do Estado, através das companhias inglesas, que possuíam participação parcial dos governos. A hegemonia estadunidense, por outro lado, apostou na descolonização e na pressão pela abertura unilateral de mercados, mantendo o controle do sistema financeiro nas mãos de grupos privados, devido ao papel preponderante das empresas multinacionais sediadas no país norte-americano (ARRIGHI, 2006, p. 27-86).

Em sua análise das hegemonias já existentes, Arrighi (2006) destaca o controle das altas finanças, associada aos ciclos de acumulação e inovação tecnológica, como elemento importante para determinar o que define uma potência hegemônica. Neste sentido, o poder econômico, mais especificamente o poder financeiro, opera como base material fundamental para o poder político exercido pela potência hegemônica em cada período histórico. Para haver uma transição hegemônica, portanto, esta implica a transferência do poder financeiro de uma potência para outra - o que implicaria uma mudança estrutural no sistema.

Ainda sobre a transição hegemônica em Arrighi, Fiori explica:

Apesar de ser uma teoria cíclica, sobre processos recorrentes, Giovanni Arrighi atribui, muitas vezes, uma dimensão revolucionária ao fim do “ciclo americano”, numa clara analogia com a teoria de imperialismo de Lênin, na qual a “etapa superior” do capitalismo seria, ao mesmo tempo, a ante-sala da revolução socialista mundial. Com a diferença que, na teoria marxista do imperialismo do início do século XX, a revolução e a superação do sistema capitalista não eram um subproduto do “declínio inglês”, mas, muito pelo contrário, o resultado da expansão vitoriosa do capitalismo, e do próprio imperialismo (FIORI, 2004, p. 15-16).

Ademais, apesar da divergência entre as abordagens de autores neomarxistas, como Arrighi, e autores realistas, como Rasler e Thompson, estes convergem entre si pelo método de análise baseado na história da economia política ao abordarem o conceito de hegemonia (KERR OLIVEIRA, 2012, p. 113). Rasler e Thompson também periodizam os ciclos de hegemonia baseados na centralidade hegemônica de algumas potências ao longo da história e reconhecem os picos de desenvolvimento tecnológico como os grandes responsáveis por impulsionarem o crescimento econômico e, conseqüentemente, a concentração de poder em determinados Estados. Para estes autores o desenvolvimento tecnológico é essencial para a ascensão de poderes hegemônicos (RASLER & THOMPSON, 2005, 303-308).

Entretanto, Rasler e Thompson divergem de Arrighi ao considerarem que o poder naval relativo, baseado no poder econômico, é definitivo para determinar o que é uma potência

hegemônica. Para ambos, o poder naval é importante para garantir poder comercial, ao mesmo tempo que fornece a diferença básica entre uma potência regional e uma potência global, pois a primeira focaliza seus esforços em desenvolver um forte exército, pautando-se em sua escala de poder regional, enquanto a segunda tende a priorizar suas forças navais, pautando-se em sua escala de poder global que exigiria transitar para além do seu entorno imediato (RASLER & THOMPSON, 2005, p. 313-317). Já a transição hegemônica, para Rasler e Thompson, é um processo de desconcentração e reconcentração de poder econômico, político e militar, o qual não ocorre de forma pacífica mas sim por meio de uma guerra mundial que gera uma nova hierarquia no sistema internacional (idem, p. 308-310).

Outro autor que postula que o poder econômico associado à capacidade de inovação tecno-científica é uma determinante fundamental para que um Estado se torne uma potência hegemônica é Robert Gilpin (1971) que, com sua teoria de estabilidade hegemônica, defende que sem uma potência hegemônica para ditar regras o sistema internacional se torna instável. Tratando-se de um autor realista, Gilpin combina o conceito de hegemonia com o de equilíbrio de poder e atenta para o papel desempenhado pela Grã Bretanha no balanceamento de poder europeu durante o período da *Pax Britânica* (GILPIN, 1971, p. 405).

O debate acerca da hegemonia perpassa diretamente a discussão acerca da estabilidade sistêmica. Para Fiori, dentro deste sistema em constante expansão no qual os Estados e economias nacionais dominantes são os líderes, não há a possibilidade de paz ou de equilíbrio e estabilidade nos mercados internacionais uma vez que as grandes potências sempre atuarão de forma expansionista, mesmo quando já tenham acumulado poder e riqueza e se mantenham no topo da hierarquia do sistema. Portanto, o Sistema Internacional é compreendido como sendo essencialmente conflitivo, e desta forma o “líder ou hegemon, é sempre desestabilizador da sua própria situação hegemônica porque ‘quem não sobe, permanentemente, cai’, dentro deste sistema mundial” (FIORI, 2007, p. 81-82). A conflitividade do sistema será abordada de maneira mais profunda no próximo tópico deste capítulo.

### **2.3. IMPERIALISMO E GUERRA**

O conceito de *imperialismo*, cuja aplicação por autores marxistas remonta ao princípio do século XX, retoma força no início do século XXI e passa a integrar o debate das Relações

Internacionais com maior centralidade. A relevância da categoria se deve aos elementos geopolíticos que compõem a contemporaneidade:

O imperialismo torna-se ferramenta indispensável para entender um mundo que se gaba em níveis inéditos de produtividade e de desenvolvimento tecnológico e, o mesmo tempo, padece da deterioração exponencial das condições sociais pelos continentes. Os acontecimentos registrados nas primeiras décadas do século XXI impõem às correntes teóricas e aos embates políticos novas tarefas (OSÓRIO, 2018, p. 17).

E ainda:

No quadrante teórico, após o breve período de brumas no fechamento do século XX, a realidade internacional trouxe à baila novamente a imprescindibilidade do debate crítico sobre o papel do Estado no capitalismo, fomentados pelas reverberações do fenômeno da intensificação da internacionalização das relações de produção, que se desdobra pelas diversas áreas da sociabilidade, como a do saber (OSÓRIO, 2018, p. 18).

Assim, os estudos sobre o imperialismo podem ser demarcados temporalmente de acordo com as grandes transformações no sistema capitalista: o debate inaugural, que abarca toda a crise da hegemonia britânica desde 1870 até 1945, denominado de pioneiro ou tradicional; o debate fordista, de 1945 até 1970, no contexto de consolidação hegemônica estadunidense e ascensão de um polo de poder anticapitalista, a URSS; e o terceiro e atual debate, pós-fordista, que se assenta sobre o fenômeno da globalização financeira (OSÓRIO, 2018, p. 34-37).

No marco do imperialismo tradicional, cujo nome de maior destaque foi Lênin, o pensador revolucionário foi categórico ao definir o imperialismo como uma fase do capitalismo, ao contrário da maior parte dos pensadores do início do século XX que definiam o imperialismo como uma política externa dos Estados (LÊNIN, 2005). Sua análise dá prioridade ao papel do capital financeiro e dos monopólios no capitalismo. Sobre a guerra e a conflitividade intrainperialista, afirma que “faz parte da própria essência do imperialismo a rivalidade de várias grandes potências nas suas aspirações por hegemonia, isto é, a apoderar-se de territórios não tanto diretamente para si, como para enfraquecer o adversário e minar a sua hegemonia” (LÊNIN, 2005, p. 92).

Kautsky postulava que a guerra era um meio para o desenvolvimento do capitalismo ao mesmo tempo que seria um obstáculo para ele pois prejudicava os preços de mercado e os lucros capitalistas. Em sua opinião, a guerra intrainperialista iria perder o sentido no longo prazo pois seria prejudicial aos capitalistas. “Todo clarividente capitalista hoje tem de recorrer a seus

companheiros: os capitalistas de todos os países, uni-vos!” (KAUTSKY, 1914). No contexto da Primeira Guerra Mundial, argumentava que o mais provável no pós-guerra seria a formação de uma federação entre as potências imperialistas, a qual renunciaria à corrida armamentista. “Quanto mais tempo durar a guerra, esgotando todos os principais participantes fazendo que eles se recolham pelo receio de uma repetição do início do conflito armado, mais perto se chegará a esta última solução, mais improvável que isto possa parecer no momento” (idem). Entretanto, as proposições do pensador tcheco-austriaco não foram confirmadas na conjuntura do entre guerras (1919-1939).

Visando analisar o fenômeno do imperialismo no Sistema Internacional Contemporâneo, esta seção irá se concentrar em expor alguns dos principais expoentes do terceiro e atual debate, de acordo com a classificação de Osório. A principal intenção é expor a relação traçada entre a competição econômica e a competição geopolítica, ou seja, como o imperialismo se relaciona com a guerra. Para tal, ressaltamos que as ideias surgidas deste debate têm profunda relação com o contexto internacional pós-Guerra Fria, marcado pela intensificação da instabilidade e da violência na semiperiferia e na periferia do sistema, uma vez que o “núcleo metropolitano”, ou seja, as grandes potências, têm o poder de decidir sobre quando e onde empregar o uso da força, a qual é geralmente direcionada para áreas marginais (OSÓRIO, 2018, p. 130).

Isso porque a frágil interação do centro metropolitano é baseada na cooperação e no conflito, vinculada à permanente concorrência por controle de mercados, áreas de investimento e fontes de matérias-primas, bem como a manutenção da ordem mundial. Assim, os conflitos interimperialistas de eras passadas já não se deflagram, como desde o pós-Segunda Guerra, tendo em vista a concentração da violência militar em uma superpotência. Contra ela e sem ela mais nenhuma guerra convencional é travada (OSÓRIO, 2018, p. 131).

Assim, o núcleo metropolitano está em constante conflito por recursos naturais, mercados e zonas de influência geopolítica. Os conflitos militares são sempre utilizados pela principal potência, neste caso, pelos Estados Unidos, para consolidar o seu domínio militar sobre as potências concorrentes. Neste contexto a violência é aplicada por outros meios, através de intervenções diretas ou indiretas na periferia e semiperiferia, o que pode ocorrer com ou sem o aval do Conselho de Segurança da ONU ou por meio de táticas não convencionais, muitas vezes canalizando demandas de movimentos de libertação nacional que perderam sua capacidade de agência dentro da realidade estrutural do neoliberalismo (OSÓRIO, 2018, p. 131).

Samir Amin denomina o imperialismo desde 1975 como *capitalismo de monopólio generalizado*, o qual se define por “fortalecimento da centralização do controle sobre a economia pelos monopólios, o aprofundamento da globalização (e a terceirização da indústria manufatureira para as periferias) e a financeirização (AMIN, 2015). O autor trabalha com o conceito de tríade imperialista (entre Estados Unidos, União Europeia e Japão), e afirma que não há uma burguesia e/ou classe dominante globalizada em processo de formação, nem mesmo entre os países da tríade imperialista. Acrescenta:

Assim como não há burguesia globalizada em processo de formação, também não há um estado globalizado no horizonte. A principal razão para isso é que o atual sistema globalizado não atenua, mas na verdade acentua o conflito (já visível ou potencial) entre as sociedades da tríade e as do resto do mundo. Eu realmente quero dizer conflito entre sociedades e, conseqüentemente, potenciais conflitos entre Estados (AMIN, 2015, s/p).

Ainda, é categórico ao afirmar que “Não há capitalismo sem o Estado” (AMIN, 2015, s/p). Sustenta o argumento de que a globalização capitalista não poderia ser expandida sem as intervenções militares dos Estados Unidos e a política do dólar. Neste sentido, o Estado é fundamental para o imperialismo contemporâneo, mas existe uma clara “assimetria entre as funções do Estado nos centros imperialistas dominantes e as dos Estados localizados nas periferias subjugadas, ou ainda a serem subjugadas” (idem). Os Estados periféricos, inerentemente instáveis, são um inimigo potencial mesmo quando ainda não o são.

Há inimigos com os quais as potências imperialistas dominantes foram forçadas a coexistir - pelo menos até agora. Este é o caso da China, porque rejeitou (até agora) a opção de neo-comprador e está desenvolvendo seu projeto soberano de desenvolvimento nacional integrado e coerente. A Rússia tornou-se um inimigo assim que Putin se recusou a alinhar-se politicamente com a tríade e quis bloquear as ambições expansionistas da última na Ucrânia, mesmo que ele não busque (ou não ainda?) abandonar a rota do liberalismo econômico. A grande maioria dos Estados compradores do Sul (isto é, Estados a serviço de suas burguesias compradoras) são aliados, não inimigos - desde que cada um desses Estados compradores dê a impressão de estar no comando de seu país. Mas os líderes em Washington, Londres, Berlim e Paris sabem que esses Estados são frágeis. Assim que um movimento popular de revolta - com ou sem uma estratégia alternativa viável - ameaça um desses Estados, a tríade arroga a si mesma o direito de intervir. A intervenção pode até levar à contempração da destruição desses Estados e, além deles, das sociedades envolvidas. Essa estratégia está atualmente em ação no Iraque, na Síria e em outros lugares (AMIN, 2015, s/p).

A ofensiva da tríade imperialista sobre a periferia do sistema interestatal se baseia em das pernas: uma econômica, que força o neoliberalismo econômico como a única via possível; e uma perna política, com intervenções constantes e inclusive “ataques preventivos” contra países da periferia, especialmente os que rejeitam as intervenções militares imperialistas. O autor destaca, neste contexto, o papel de países como os do BRICS que, embora rejeitem a geopolítica do imperialismo, ainda se submetem ao neoliberalismo - especialmente no caso russo. Qualquer país de fora da tríade que não aceite completamente as duas pernas da sua ofensiva, é um inimigo (AMIN, 2015).

Ellen Wood (2003; 2014) faz uma distinção entre colonialismo e imperialismo, expondo que na atualidade o imperialismo não impõe uma dominação do tipo colonial, pois a necessidade do capital global é uma multiplicidade estatal, ou seja, de um grande número de Estados para manter sua reprodução. Para a autora, o capital global depende cada vez mais do aparato estatal para se proliferar, e nesse cenário, um único Estado superior aos demais enfraqueceria as funções estatais que favorecem os capitais (WOOD, 2014, p. 107).

A autora aplica o conceito de apoio e/ou força *extraeconômica* para se referir aos mecanismos não-econômicos que são fundamentais para que se mantenha o exercício dos poderes econômicos por parte da principal potência imperialista:

É nesse ambiente que os Estados Unidos exercem, enquanto potência inquestionável militarmente, seu poder pela via dos imperativos econômicos. O apoio *extraeconômico* torna-se nodal para a manutenção da coerção econômica em si. Por isso, entender o novo imperialismo é apreender as especificidades do poder capitalista e a natureza da relação entre a força econômica e *extraeconômica* do capitalismo (OSÓRIO, 2018, p. 150).

Portanto, a força *extraeconômica* sustenta o avanço da força econômica e seu papel coercitivo, o que significa dizer que Ellen Wood “assume a existência de um imperialismo sob bases inteiramente novas, tendo a força *extraeconômica* um papel determinante e central nessa dinâmica” (OSÓRIO, 2018, p. 151). Sem que hajam confrontações diretas entre as grandes potências no século XXI, o uso dos recursos de poder político e militar são fundamentais para a política externa estadunidense, “que não goza de objetivos definidos como os de outrora, para anexar territórios e derrotar rivais” (idem). Desta forma, “A dominação ilimitada de uma economia global e dos múltiplos Estados que a administram exige ação militar sem fim, sem propósito ou tempo” (WOOD, 2014, p. 109).

A sua vez, Nicos Poulantzas “delineia suas ideias por meio do relevo ao papel do Estado nacional e da persistência das rivalidades interimperialistas” (OSÓRIO, 2018, p. 156). A atual fase do imperialismo estaria marcada pela internacionalização do capital financeiro de maneira monopolística e violenta e, embora haja a existência de capitais de diversos países, há uma clara hegemonia estadunidense. Para o autor, essa hegemonia se baseou na decadência das potências europeias e, uma vez que estas tenham se reestruturado economicamente entre 1960 e 1970, as contradições interimperialistas voltariam à tona, apesar disto não significar o fim da hegemonia estadunidense (idem). “Em seu foco, o sistema capitalista era essencialmente conflitivo, destacando as rivalidades que iriam além da dinâmica entre centro e periferia, mas ganham conotação relevante no núcleo intermetropolitano” (idem, p. 157).

Por esse raciocínio entende que na dinâmica imperialista não há o enfraquecimento ou a dissolução dos Estados nacionais, mas, identifica o aparato estatal como o vetor, o agente do capital financeiro, em sua expansão pelo mundo, leia-se, no processo de internacionalização. A mundialização do capital acirra as rivalidades geopolíticas das nações (OSÓRIO, 2018, p. 158-159).

Assim como em Wood, em Poulantzas o imperialismo precisa ser observado a partir da ótica da interação entre Estados, classes sociais e capitais, interação a qual reativa as rivalidades interestatais de maneira significativa na contemporaneidade. Nesta mesma linha, segue o pensamento do geógrafo David Harvey. Em seu livro, “*O novo imperialismo*”, explicita como mesmo com a dominação incontestável dos Estados Unidos sobre o sistema internacional as rivalidades entre os Estados não estão descartadas e, ademais, estas rivalidades não estão limitadas à concorrência econômica, mas envolvem disputas geopolíticas fundamentais, especialmente no que se refere à territórios e recursos naturais (HARVEY, 2004).

Mesmo no contexto neoliberal, o Estado continua sendo um agente fundamental na promoção das práticas imperialistas que retroalimentam pelo mundo. Em outras palavras, não há uma acomodação entre países dominantes e dominados, mas uma incessante competição rumo à acumulação de poder que ocasiona não apenas potências regionais [...] como também potências contra-hegemônicas, cuja ilustração seria o papel da China (em meio sua ascendência econômica e expansão territorial pelo mundo). Consequentemente, nesse panorama exacerbam-se os conflitos geopolíticos e as articulações entre os Estados e os grandes capitais (OSÓRIO, 2018, 164).

Harvey retoma a tendência à queda das taxas de lucros de Marx e a atualiza, apresentando uma teoria da ordenação espaço-temporal. Segundo esta teoria, a expansão geográfica e a



reordenação espacial (territorial) seriam a resposta à tendência da crise de sobreacumulação de capital. Assim, por conta dos excessivos excedentes da produção, o imperialismo se daria através das reordenações espaço-temporais realizadas pelos Estados aliados aos capitais. Em outras palavras, o autor retoma as lógicas capitalista e territorial de Arrighi e, ao contrário do ocorrido nos princípios do capitalismo segundo o autor italiano, em que a lógica capitalista superava a territorial, no século XXI as duas lógicas se complementam e se confundem, sendo que o Estado é o responsável por ligar as duas lógicas e, portanto, é o ator fundamental nos processos de acumulação e expansão do capitalismo (HARVEY, 2004).

A acumulação e a expansão do capitalismo estão baseadas na espoliação, uma adaptação do conceito de acumulação primitiva de Marx, segundo a qual ainda ocorrem, assim como no princípio do capitalismo, processos violentos de privatização de terras, mercantilização da força de trabalho e apropriação violenta de recursos naturais. Na acumulação por espoliação os Estados mais poderosos forçam a abertura de mercados e economias, como forma de obterem mais recursos naturais e locais para extração de valor (HARVEY, 2004). Nas palavras de Osório,

Portanto, o que se verifica no pensamento de Harvey é a mescla entre fatores econômicos e geopolíticos que conduzem a busca por poder do imperialismo atual. [...] A centralidade que atribui aos conflitos e rivalidades interestatais, concebendo uma noção de hegemonia alicerçada em estruturas econômicas, permite ao autor compreender a pulverização assimétrica de poder, que atravessa a longa duração da história, fomentando conflitos e rivalidades permanentes, cujas contradições são o motor da dinâmica internacional (OSÓRIO, 2018, p. 166).

Alex Callinicos, em *“Imperialism and Global Political Economy”* (2009) assume a essência dos postulados de Harvey e Wood e entende que o imperialismo na contemporaneidade é baseado na relação dialética entre duas formas de competição: a econômica e a geopolítica. A primeira diz respeito à disputa por capitais, e a segunda se refere à rivalidades interestatais, disputas por segurança, território e influência. Neste sentido, ressalta as disputas e assimetrias de poder entre o Estado hegemônico e os polos de poder que o desafiam, principalmente Rússia e China. Sua compreensão do sistema interestatal parte do pressuposto de que este é preexistente ao capitalismo, ou seja, o sistema de Estados Westphaliano seria anterior ao próprio capitalismo e uma vez que “as rivalidades interestatais se integram ao processo de acumulação é que se constitui o âmago do sistema internacional” (OSÓRIO, 2018, p. 168).

Para o autor, embora a hegemonia seja o exercício da liderança dentro do imperialismo

capitalista, esta não assegura a estabilidade sistêmica, e ressalta a intensificação da disputa interestatal no século XXI a partir da ascensão de polos de poder regionais que não possuem interesses convergentes com o da potência estadunidense. Neste cenário, a redistribuição do poder econômico a nível global, especialmente no que se refere à reascensão chinesa, acirra as disputas interestatais e, como decorrência, a potência hegemônica passa a enfrentar duras crises (CALLINICOS, 2015).

As considerações de Joachim Hirsch (2010) acerca do imperialismo contemporâneo também ressaltam o papel da violência e das forças militares para a superação da lei da tendência à queda da taxa de lucros. Para o autor, o sistema de Estados reflete as contradições intrínsecas às relações capitalistas e de concorrência e, portanto, as relações entre o econômico e o político são o que pautam as relações internacionais. Para manter a “valorização do valor”, ou seja, a transformação do mais-valor apropriado em capital novamente, os Estados desenvolvem estratégias políticas para os âmbitos interno e externo. No âmbito externo, internacional, a estratégia dos Estados está baseada em uma expansão dos capitais que:

Ocorre pela via da exportação de capitais, exploração da mão de obra barata e pilhagem dos recursos naturais e matérias primas. Por ser explicitamente mais violenta, requer o poderio militar ativo. A expansão externa manifesta-se em dois caminhos. O formal, pela submissão militar direta, típica do da viragem do século XX; e o informal, que se expressa pela pressão política, econômica e militar indireta por áreas de influência e abertura de corredores para a expansão dos capitais estrangeiros, como se identificou no mundo após a Segunda Guerra Mundial em diante (OSÓRIO, 2018, p. 229).

Portanto, o imperialismo é “o marco estrutural constitutivo do capitalismo” (HIRSCH, 2010, p. 218). Significa dizer que o imperialismo não é um estágio do capitalismo, e compreende um extenso e complexo processo o qual não pode ser compreendido sem ser levada em consideração a relação entre as suas forças políticas e sociais, tanto ao nível de cada um dos Estados quanto ao nível do sistema internacional (idem).

Atilio Boron afirma que no imperialismo contemporâneo existem três novidades em relação ao imperialismo dos princípios do século XX: a financeirização econômica mundial, o papel dos EUA como potência organizadora do sistema imperialista e a existência de novos instrumentos de dominação que se mesclam com instrumentos antigos, com especial atenção para o papel das instituições financeiras (como o FMI), a propagação de ideias via meios audiovisuais e a exploração dentro do mundo neocolonial. Em geral, embora o imperialismo

tenha se modificado no século XXI, ele mantém suas principais características, como a belicosidade, a pilhagem, o militarismo e o racismo (BORON, 2007).

Como os outros autores mencionados, Boron também argumenta que o Estado não está perdendo força na atualidade, pois “as grandes empresas continuam sendo empresas nacionais, e o respaldo de seus respectivos Estados-nação continua sendo absolutamente essencial em sua equação de competitividade. Como consequência, os Estados continuam sendo atores cruciais [...]” (BORON, 2007, p. 474). Neste sentido, a partir do fim da Guerra Fria o Estado estadunidense foi ainda mais reforçado, e especialmente após o 11 de setembro de 2001 o crescimento das funções estatais de controle e vigilância cresceram absurdamente. O papel do Estado dentro da economia mundial se relaciona diretamente com a extraordinária agressividade do imperialismo contemporâneo. Assim, a principal potência imperialista, os Estados Unidos, reforçou no início do século XXI o seu domínio no âmbito militar e financeiro, mas “isso não lhe assegura a criação de uma ‘ordem’ internacional previsível e estável”, ao contrário, cria “uma situação internacional crescentemente instável e potencialmente explosiva” (idem, p. 482).

#### **2.4. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

Se partimos da compreensão de que o imperialismo contemporâneo se alicerça mais do que nunca no Estado como um vetor da globalização financeira, passamos a compreender o papel fundamental que a força político-militar dos Estados possui dentro do Sistema Internacional. Isto traz à tona, como tendência na contemporaneidade, o acirramento da disputa interestatal entre as grandes potências, uma tendência que leva ao surgimento de conflitos diretos ou indiretos por recursos naturais, mercados e zonas de influência geopolítica. Assim, Rússia e China despontam como polos de poder alternativos e/ou contra-hegemônicos, embora não sejam anti-sistêmicos. Portanto, as rivalidades não desapareceram, mas assumiram outra forma.

Avançaremos agora para a compreensão da atuação estratégica das unidades (Estados) e as interações entre elas (os processos do sistema). A compreensão da estrutura possibilita a análise das próprias unidades, seus engajamentos políticos e estratégias de longo prazo, que correspondem à posição ocupada por cada unidade dentro do sistema, a partir de uma perspectiva estruturalista. A posição relativa ocupada por cada unidade dentro do sistema pode nos fornecer subsídios para a compreensão dos processos, e vice-versa.

### **3 AS GRANDES POTÊNCIAS NO SISTEMA INTERNACIONAL**

No segundo capítulo buscamos analisar as estratégias empregadas no plano internacional pelo triângulo EUA-Rússia-China, compilando brevemente os elementos contemporâneos que compõem um cenário de instabilidade e acirramento da disputa interestatal entre as grandes potências, passando pela crise da hegemonia estadunidense e chegando até as características da ascensão chinesa e russa. Por fim, é feito um estudo comparativo dos dados acerca das capacidades econômicas e do potencial militar destes três países, visando analisar se estas capacidades são díspares ou não, ou seja, se algum desses países se sobressai aos demais em algum aspecto de poder, seja este econômico e/ou geopolítico.

#### **3.1. A ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA DAS GRANDES POTÊNCIAS E OS PROCESSOS DE ACIRRAMENTO DA DISPUTA INTERESTATAL NO SISTEMA INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEO**

A estratégia empregada pelas grandes potências no cenário internacional é representativa quanto à percepção desta acerca da realidade internacional, ou seja, sua percepção sobre a distribuição de poder entre os Estados, a sua posição relativa dentro do Sistema Internacional e quais possíveis ameaças e desafios advêm desta posição. Ao prosseguir na análise da estratégia de segurança dos Estados Unidos, China e Rússia de maneira comparativa, podemos depreender quais são os elementos de acirramento da disputa interestatal e da multipolaridade na contemporaneidade: crise hegemônica dos EUA, após o aprofundamento da estratégia de guerra ao terror; reascensão chinesa, baseada na construção de uma hegemonia regional asiática; e a busca da Rússia por maior reconhecimento e prestígio internacionais, ou seja, a consolidação do seu status de grande potência.

##### **3.1.1. ESTADOS UNIDOS**

A política externa e de segurança dos EUA, em uma perspectiva de longa duração, foi historicamente direcionada para assegurar a hegemonia regional na América do Norte e, a partir disso, alcançar uma hegemonia global (MEARSHEIMER, 2007; FRIEDMAN, 2012). A operacionalização dessa política de grande potência, que pode ser entendida também como uma

Grande Estratégia, até a Primeira Guerra Mundial foi influenciada de maneira alternada por agendas de política externa baseadas nos pressupostos da Doutrina Monroe (busca pela hegemonia hemisférica) ou do Destino Manifesto (busca pela hegemonia global). A partir da Primeira Guerra Mundial, a Grande Estratégia estadunidense foi influenciada por uma terceira vertente multilateralista de inspiração wilsoniana, a qual foi retomada em governos como os de Roosevelt e Barack Obama (FRANÇA *et al*, 2013).

Na contemporaneidade, a crise hegemônica dos Estados Unidos implica numa transformação da geopolítica internacional ao passo que abre margem para a atuação de potências “alternativas”, que não necessariamente ocupam o centro do sistema internacional:

Depois de uma década de intervenções desnecessariamente prejudiciais comandadas pelos americanos, é difícil ver como os Estados Unidos poderiam recuperar o status de que desfrutaram depois da Segunda Guerra Mundial ou depois da Guerra Fria. A visibilidade dos Estados Unidos talvez seja global, mas sua influência se resume, de fato, a fatores muito específicos: suas forças armadas estão em atividade em alguma parte? Onde suas empresas investem? Que lobbies influenciam sua política para com determinado país? Fazer essas perguntas — e não as perguntas retóricas sobre o “país indispensável” — é a forma correta de pensar sobre os Estados Unidos menores num mundo complicado (KHANNA, 2011, p. 22).

A partir da década de 1990, com a dissolução da URSS, a política internacional adentrou um processo de afirmação da hegemonia estadunidense que se materializou tanto pela via econômica, com a imposição de reformas estruturais e liberalização comercial a grande parte do mundo (na América Latina, por exemplo, com o Consenso de Washington), quanto pela via militar, através de inúmeras intervenções em países de inexpressiva capacidade bélica. Portanto, os anos 1990:

Foi o momento em que o sistema mundial deixou para trás, definitivamente, a perspectiva de um modelo “regulado” de “governança global” e de “hegemonia benevolente” e começou a experimentar o novo projeto imperial americano que começou a ser desenhado nos anos 1970, e alcançou “velocidade de cruzeiro” na década de 1990, no período em que a China ainda digerira a sua própria mudança de estratégia econômica e geopolítica internacional (FIORI, 2007, p. 87).

Ao terminar a década de 1990 a distribuição geopolítica das novas bases militares dos Estados Unidos pelo mundo demonstravam a construção de “um novo ‘cinturão sanitário’, separando a Alemanha da Rússia e a Rússia da China” (FIORI, 2007, p. 88), assim como a

superioridade do país norte-americano no âmbito militar à nível global, controlando uma fortíssima infraestrutura que sustenta sua superioridade geopolítica em relação às demais potências, contando “com mais de 700 bases ao redor do mundo, com acordos de ‘apoio militar recíproco’ com cerca de 130 países, com o controle soberano de todos os oceanos e com a capacidade de intervenção quase instantânea em qualquer ponto do espaço aéreo mundial (idem).

Neste contexto, Harvey (2004) postula que a acumulação via espoliação tornou-se central para o capitalismo global e não por acaso a hegemonia e o domínio dos Estados Unidos estão em crise: as causas desta oscilação estão no emprego desequilibrado do capital financeiro como meio de afirmar a sua hegemonia. A opção do governo Bush pelo unilateralismo, pela coerção em vez do consentimento e pelo uso irrestrito do poder militar, indica uma abordagem de alto risco à sustentação do domínio estadunidense mediante o controle militar dos recursos energéticos (HARVEY, 2004, p. 65-68). Essa nova postura internacional mais agressiva por parte dos Estados Unidos possui certa relação com o que passava no plano interno do país ao início dos anos 2000:

A sociedade como um todo parecia estar se fragmentando e perdendo a coesão com alarmante rapidez. [...] O neoconservadorismo substituiu o neoliberalismo do tipo defendido por Clinton. Foi contudo, naturalmente, o 11 de setembro que forneceu o ímpeto para romper os hábitos dissolutos dos anos 1990. Ele proporcionou a abertura política não só para afirmar um propósito nacional e proclamar uma solidariedade nacional como também para impor a ordem e a estabilidade à sociedade civil em casa. Foi o combate ao terrorismo, imediatamente seguido pela perspectiva da guerra com o Iraque, que permitiu ao Estado acumular mais poder. [...] O inimigo externo malévolo tornou-se a força primordial por meio da qual exorcizar ou domar os demônios que espreitavam no interior (HARVEY, 2004, p. 23-24).

Após 2001, a estratégia de segurança nacional dos EUA lançou o mundo em uma retórica de guerra que opõe Ocidente a Oriente e tensiona conflitos em todas as partes, ao passo que as intervenções da grande potência passaram a ser cada vez menos aceitas pela comunidade internacional, o que se intensificou a partir da invasão da OTAN à Líbia, e a partir de 2013 com a participação russa na Guerra na Síria, com o país eurasiático adotando uma postura mais assertiva e anti-ocidental dentro do conflito.

Desta forma, a guerra ao terrorismo, “descrita em altos escalões como a luta contra uma praga, contra um câncer disseminado por bárbaros” (CHOMSKY, 2002) e que veio a suprir uma necessidade vital dos EUA de direcionar sua máquina de guerra para um inimigo externo (antes,

a URSS e o comunismo, agora, o mundo islâmico e o terrorismo), acabou por acelerar o desgaste da hegemonia estadunidense ao evidenciar sua postura unilateral no sistema internacional. O recorrente uso da força por parte dos EUA prejudicam a legitimidade internacional da superpotência, embora sirva como um mecanismo para manter a coesão interna do país. Ainda, de acordo com Fiori:

Ninguém mais acredita na possibilidade de uma “vitória definitiva” na “guerra global” ao terrorismo, na forma que vem sendo conduzida pelos Estados Unidos, desde 2001. Nem acredita que se possa parar, interromper ou desacelerar a “asiatificação” da economia mundial (FIORI, 2007, p 89).

Sobre o tema da hegemonia estadunidense, Boron considera que um Estado não pode ser o hegemônico do sistema baseando-se puramente na dominação ideológica, pois ser a potência econômica integradora do conjunto do mercado mundial é uma pré-condição à hegemonia, assim como considera que “não há hegemonia viável sem uma esmagadora superioridade no terreno militar” (BORON, 2007, p. 479). Entretanto, retoma ao conceito maquiavélico e gramsciano de hegemonia, segundo o qual “se equivoca aquele que pensa que, atuando com a força do leão, [o príncipe] garante sua permanência no poder” (idem). Finaliza:

Em poucas palavras, parece-nos que, em lugar de falar de “hegemonia” norte-americana ou “hegemonia imperial”, devemos falar pura e simplesmente de “dominação” norte-americana, entendendo por esta a capacidade de aplicar unilateralmente a força, nada mais, criando uma situação internacional crescentemente instável e potencialmente explosiva (BORON, 2007, p. 482).

Entretanto, a crise da hegemonia estadunidense não pode ser interpretada como uma crise final do poder do país norte-americano ou do sistema mundial. De acordo com Fiori, o projeto imperial dos Estados Unidos chegou ao seu limite porque, primeiramente, ele está sustentado em bases militares – e não em territórios coloniais – que não são o suficiente para manter um império global, e em segundo lugar, porque a expansão econômica chinesa, fruto da “estratégia asiática” dos Estados Unidos nos anos 1970, torna inconcebível a existência de um império mundial que não conte, minimamente, com uma parceria com a China (FIORI, 2007, p. 89).

Na opinião de Friedman, os Estados Unidos perderam de vista a sua estratégia de longo prazo e têm supervalorizado sua capacidade de projetar poder. Assim, a prioridade dos Estados Unidos deveria ser a retomada de uma estratégia global equilibrada baseada em opor poderes

regionais uns contra os outros para impedir a ascensão de poderes regionais hegemônicos, instalando equilíbrios de poder regionais através de mecanismos diplomáticos e econômicos. Entretanto, no período pós-1991, o país norte-americano passou a conter potenciais hegemônias regionais através de incursões militares baseadas em ataques espoliadores, visando gerar o caos (FRIEDMAN, 2012).

Friedman traça que, para garantir sua segurança física e um sistema econômico internacional relativamente livre, os Estados Unidos deveriam retomar sua política de manutenção de equilíbrios regionais começando pelo Oriente Médio. O autor considera que depois de 2001 os EUA perderam ainda mais sua visão estratégica de longo prazo, passando a perseguir uma meta estratégica inatingível devido à sua própria formulação: a erradicação do terrorismo. Isto porque os ataques ao Afeganistão e ao Iraque visavam, meramente, espoliar e instaurar o caos, o que se trata de uma estratégia de curto prazo. Portanto, “Ao focar no terrorismo em vez de na Al Qaeda ou no Islã radical, Bush elevou um tipo específico de ataque a uma posição que modelou a estratégia global norte-americana, o que deixou os Estados Unidos desequilibrados estrategicamente” (FRIEDMAN, 2012, p.93).

Assim, a *National Defense Strategy* dos EUA publicada em 2018 define que:

Hoje, estamos emergindo de um período de atrofia estratégica, cientes de que nossas vantagens competitivas nas forças armadas tem sido corroída. Estamos enfrentando um aumento da desordem global, caracterizada pelo declínio da ordem internacional de longa data baseada em regras - criando um ambiente de segurança mais volátil do que qualquer outro que tenhamos experimentado na memória recente. A concorrência estratégica interestatal, não o terrorismo, é agora a principal preocupação na segurança nacional dos EUA (U.S. NDS, 2018, p. 1).

Avança-se argumentando que a China utiliza táticas econômicas predatórias que colocam em risco a segurança estadunidense e que a Rússia tem violado as fronteiras das nações vizinhas e utiliza seu poder de veto para constranger essas nações. Inclui ainda a Coreia do Norte e o Irã como dois Estados rivais. Entretanto, dá maior peso para o papel desempenhado pelas potências:

O desafio central à prosperidade e segurança dos Estados Unidos é a re-emergência da competição estratégica de longo prazo pelo o que a Estratégia Nacional de Segurança classifica como potências revisionistas. Está cada vez mais claro que a China e a Rússia querem moldar um mundo consistente com seu modelo autoritário - ganhando autoridade de veto sobre as decisões econômicas, diplomáticas e de segurança de outras nações (U.S. NDS, 2018, p. 2).



Segundo a *U.S. National Defense Strategy* de 2018, o ressurgimento da competição estratégica de longo prazo, a rápida dispersão de tecnologias, novos conceitos de guerra e competição, o enfraquecimento da ordem mundial do pós-Segunda Guerra Mundial e os desafios à superioridade militar estadunidense são elementos que exigem uma reorientação estratégica baseada na formação de uma Força Conjunta que seja mais letal, resiliente e rapidamente inovadora, além da solidificação de aliados e parceiros, visando manter a influência estadunidense e equilíbrios favoráveis de poder que favoreçam a ordem internacional vigente. Ainda, se afirma que o Departamento de Defesa “irá fornecer as capacidades e agilidade necessárias para prevalecer em conflito e preservar a paz através da força” (U.S. NDS, 2018, p. 1).

O documento aponta que os Estados Unidos buscarão seus objetivos através de uma postura estrategicamente previsível, mas operacionalmente imprevisível; promoverão uma mentalidade competitiva; irão construir uma força militar mais letal, modernize as principais capacidades, incluindo o *hardware* (equipamentos), mas também os conceitos operacionais; fortalecendo alianças e atraindo novos parceiros. Sobre o Oriente Médio, afirma:

Vamos promover um Oriente Médio estável e seguro que nega refúgio para os terroristas, não é dominado por nenhum poder hostil aos Estados Unidos, e contribui para mercados de energia globais estáveis e rotas comerciais seguras. Vamos desenvolver duradouras coligações para consolidar os ganhos que fizemos no Afeganistão, no Iraque, na Síria e em outros lugares, para garantir a derrota dos terroristas enquanto cortamos suas fontes de força e contrabalanceamos o Irã (U.S. NDS, 2018, p. 9).

Para o Departamento de Defesa estadunidense, os custos do não cumprimento dos objetivos de defesa dos EUA levariam à diminuição da influência global do país, corroendo a coesão entre seus aliados e parceiros e reduzindo seu acesso aos mercados, afetando os padrões de consumo que sustentam a prosperidade de sua sociedade (U.S. NDS, 2018).

### 3.1.2. CHINA

A sua vez, a política externa e de segurança da China pode ser analisada a partir do chamado *sistema sinocêntrico*.

Segundo esse conceito tradicional, a China considerava a si mesma, em certo sentido, o único governo soberano do mundo. Seu imperador era tratado como uma figura de

dimensões cósmicas e uma peça fundamental a unir os planos humano e divino. Seu raio de ação não era um Estado soberano da “China” — ou seja, os territórios diretamente sob seu controle —, mas sim “Tudo que Existe sob o Céu”, uma área da qual a China constituía a parte central, civilizada: o “Império do Meio”, inspirando e aperfeiçoando o resto da humanidade (KISSINGER, 2015, p. 149).

O conceito de ordem mundial sinocêntrico, fortemente marcado pela filosofia confucionista, definiu a atuação política internacional chinesa por aproximadamente 2000 anos. A cerimônia, tema central do confucionismo, também foi central na relação chinesa com outros Estados, pois de acordo com o conceito sinocêntrico de ordem mundial todos os países estariam subordinados à China e o estabelecimento de relações diplomáticas com o império central da humanidade demandaria dos outros países tributos e rituais que os tornassem dignos de tal feito. Tampouco era considerada a diplomacia uma troca entre iguais; a diplomacia era fruto da benevolência chinesa para com os Estados incivilizados que precisavam ser guiados até o patamar de civilização – até então, unicamente ocupado pela China (KISSINGER, 2015).

Concomitantemente ao desgaste da estratégia estadunidense, a ascensão econômica da China marca uma gradual dissociação do poder econômico do poder político-militar no plano internacional: enquanto os EUA mantêm a hegemonia política e uma hegemonia militar que só pode ser desafiada, de longe, pela Rússia e a China, a China está cada vez mais próxima de liderar a economia internacional – este processo gera uma pulverização do poder internacional, uma vez que o crescimento econômico de longo prazo – dependente de inovações tecnológicas – e a concentração de poder estão intrinsecamente relacionados com a ascensão e queda de hierarquias globais e regionais (RASLER & THOMPSON, 2005).

Ademais do seu crescimento econômico, a China está ampliando suas capacidades militares e impressiona por sua capacidade de planejamento e investimento estratégico de longo prazo, algo que se evidencia no projeto da “Nova Rota da Seda” ou Iniciativa *One Belt One Road Initiative* (OBOR) “representa uma *ampliação e aprofundamento* de proatividade da China na configuração da dinâmica de integração regional” (PAUTASSO & UNGARETTI, 2017, p. 28). A Iniciativa OBOR “busca integrar Ásia, África e Europa através de cinco diferentes rotas” (idem, p. 29) e levará a cabo “a modernização e a edificação de infraestrutura – ferrovias, rodovias, portos, aeroportos, gasodutos, oleodutos, linhas de transmissão e comunicação” (YIWEI, 2016 apud PAUTASSO & UNGARETTI, 2017, p. 30). A Iniciativa construirá, por exemplo, portos nos países do Oceano Índico, Myanmar, Paquistão, Sri Lanka e Maldivas, para

superar a dependência do Estreito de Malacca, que liga o oceano Índico ao Pacífico e por onde, atualmente, passa 80% do abastecimento de óleo cru que abastece a China (DELGADO & FEBRARO, 2017, p. 11-12). Em linhas gerais, o projeto completo possui capacidade para alterar de maneira drástica os fluxos energético e comercial em todo o mundo.

Entretanto, embora as importações permitam que a China diversifique sua matriz energética para que esta não seja majoritariamente composta pelo carvão, a dependência em importações é um considerável risco para a Segurança Energética chinesa (DELGADO; FEBRARO, 2017, p. 7). Uma estratégia para contrapor a possível vulnerabilidade decorrente das importações é a diversificação das fontes de importações (LEITE & LIRA, 2011, p. 34-35). A China tem diversificado suas fontes de importação buscando novos parceiros em todas as regiões mais ricas em recursos energéticos do mundo: Oriente Médio, Ásia Central, África, Sudeste Asiático e América Latina (LYRIO, 2010, p. 63). Embora, como tenha apontado Visentini (2011) a China tenha buscado parcerias em regiões relativamente menos conflituosas, um desdobramento dessa estratégia de diversificação é o emaranhamento cada vez maior do Estado chinês nos conflitos energéticos pelo globo, principalmente nas regiões do Oriente Médio e da Ásia Central:

Quando os Estados Unidos iniciaram uma grande intervenção na Ásia Central e no Oriente Médio, em função da "guerra ao terrorismo", os interesses chineses foram gravemente afetados. Havia projetos de oleodutos e gasodutos em marcha nessas regiões, e a segurança energética foi ameaçada (VISENTINI, 2011, p. 140).

A China está em uma posição na qual não pode abrir mão dos recursos oriundos dos países eurásianos e, portanto, seu envolvimento em conflitos recentes tem crescido significativamente, e a tendência é que as relações entre China e Estados Unidos fiquem cada vez mais tensionadas, uma vez que ambos os países dependem de recursos extraterritoriais para manterem sua Segurança Energética. Pautasso e Kerr-Oliveira apontam que:

a crescente dependência de recursos energéticos fósseis tem forçado a China a ter maior protagonismo na sua política externa no que se refere aos países com grandes reservas de petróleo e gás natural. Durante a preparação dos EUA para a intervenção no Iraque, a China posicionou-se contrariamente ao emprego da força bélica. Mais recentemente, a China vem se esforçando para impedir a imposição de sanções ao Irã e ao Sudão, só que agora justamente para preservar ou ampliar sua ascensão sobre os recursos fósseis deste país. Nestes dois últimos casos, além da ênfase da política externa chinesa de não-ingêrência em assuntos domésticos, há inegavelmente a preocupação com a sua

segurança energética. Isto é, Irã e Sudão têm importantes contratos de fornecimento de recursos energéticos fósseis como gás natural e petróleo para a China, ao mesmo tempo em que são objetos de ofensiva diplomática e militar dos EUA (PAUTASSO & KERR-OLIVEIRA, 2008, p. 374-375).

Para Kaplan, a estratégia chinesa “mais se limita a preencher vácuos do que a investir contra Estados rivais” (KAPLAN, 2013, p. 216). É uma estratégia que prioriza as fronteiras terrestres imediatas do Estado chinês, o que exige uma capacidade para preencher os vácuos que surgem em seu entorno territorial, indicando que a China goza de uma segurança terrestre altíssima, uma vez que é capaz de preencher esses vácuos sem a necessidade de uma força terrestre expedicionária. Isto se deve ao esforço da diplomacia chinesa nos últimos anos para promover resoluções aos seus conflitos fronteiriços (exceto com a Índia):

A China assinou acordos militares com a Rússia, o Cazaquistão, o Quirguistão e o Tadjiquistão. “A estabilização das fronteiras terrestres chinesas talvez seja uma das mais substanciais mudanças geopolíticas na Ásia nas últimas décadas”, escreve Jakub Grygiel. [...] Desde a Antiguidade, a China preocupa-se com a possibilidade de algum tipo de invasão por terra. [...] Analogamente, foi a situação ora favorável em terra, mais do que qualquer outra variável, que permitiu que os chineses comessem a construir uma grande Marinha e restabelecessem o Pacífico, e talvez até o Índico, como parte de sua geografia (KAPLAN, 2013, p. 217).

A China dá seus primeiros passos em tornar-se uma grande potência marítima. De maneira geral, esse movimento está relacionado à uma estratégia de dissuasão: “congregar tamanha capacidade ofensiva e defensiva ao longo de sua orla marítima que a Marinha norte-americana, no futuro, terá de pensar duas, três vezes antes de se interpor entre a Primeira Cadeira de Ilhas e o litoral chinês” (KAPLAN, 2013, p. 221). Ainda, sobre o desenvolvimento de capacidades A2/AD (*anti-access/area denial*), no qual a China tem investido pesadamente nos últimos anos, Kaplan argumenta que os chineses pretendem utilizá-los para influenciar os Estados Unidos e evitar a guerra, em última instância. Desta forma, a confrontação militar direta não é a parte central da estratégia chinesa (*idem*).

Além das suas capacidades dissuasivas, a China tende a buscar fortalecer seu poderio a nível regional, ou seja, garantir sua hegemonia na Ásia. Conforme Fiori:

o atolamento militar americano no Oriente Médio e a velocidade gigantesca do expansionismo econômico chinês estão provocando, em conjunto, uma rápida fragmentação do sistema mundial e a volta da luta pelas supremacias regionais (FIORI, 2007, p 89).

Assim, “É provável que a China tente dominar a Ásia da mesma forma que os Estados Unidos dominam o Hemisfério Ocidental” (MEARSHEIMER, 2004, p. 4). Seguindo esta estratégia, a China precisa ampliar a lacuna de poder entre si e seus vizinhos para evitar que outros Estados da Ásia tenham os meios para ameaçá-la. É improvável que a China busque superioridade militar para invadir os países vizinhos; o mais provável é que o país vise influenciar o comportamento dos países vizinhos. Ademais, Mearsheimer argumenta que a hegemonia regional é o único caminho pelo qual a China terá Taiwan de volta (idem).

A *China's Military Strategy* de 2015 cita a multipolaridade e a globalização econômica como tendências da contemporaneidade. Acrescenta:

Há, no entanto, novas ameaças do hegemonismo, da política do poder e do neo-intervencionismo. A competição internacional pela redistribuição de poder, direitos e interesses tende a se intensificar. As atividades terroristas, preocupantemente, estão crescendo cada vez mais. Questões como disputas étnicas, religiosas, fronteiriças e territoriais, são complexas e voláteis. Guerras, conflitos e crises de pequena escala são recorrentes em algumas regiões. Portanto, o mundo ainda enfrenta ameaças imediatas e potenciais de guerras locais (CMS, 2015, p. 4).

O documento ressalta que, conforme o centro de gravidade econômica e estratégica do mundo está se deslocando para o eixo Ásia-Pacífico, os EUA estão buscando rebalancear a China através do aumento de suas alianças e presença militares na região. Ao mesmo tempo, o Japão desafia os acordos firmados no pós-Segunda Guerra Mundial e, segundo o governo chinês, preocupa os países asiáticos. Também é discutida a questão da interferência de países extra-asiáticos no Mar do Sul da China e da presença de países da região asiática em territórios marítimos chineses, o que é considerada uma postura provocativa. A soberania marítima e terrestre são colocadas como prioridades. Ademais, o terrorismo, o separatismo e a instabilidade política são temas que desequilibram a periferia chinesa. Os casos de Taiwan, do Turquestão e do Tibete são citados, reforçando a tendência da prioridade à hegemonia regional. Ressalta-se ainda a questão da modernização militar:

A revolução mundial em assuntos militares (RMA) está avançando para uma nova etapa. Armas e equipamentos de longo alcance, precisos, inteligentes, furtivos e não tripulados estão se tornando cada vez mais sofisticados. O espaço sideral e o ciberespaço tornaram-se novos patamares de comando na competição estratégica entre todas as partes. A forma da guerra está acelerando sua evolução para a informatização. As grandes potências estão ajustando ativamente suas estratégias nacionais de segurança e políticas de defesa, e acelerando sua transformação militar e reestruturação de suas

forças. As mudanças revolucionárias acima mencionadas em tecnologias militares e a forma de guerra não só tiveram um impacto significativo nas paisagens políticas e militares internacionais, mas também colocaram novos e severos desafios à segurança militar da China (CMS, 2015, p. 6).

Em resposta ao que o documento chama de “nova exigência de salvaguardar os interesses nacionais de segurança e desenvolvimento”, as forças armadas chinesas estão sendo reorientadas para que o país possa obter uma postura estratégica favorável, “com maior ênfase no emprego de forças e meios militares”, visando garantir de maneira definitiva a segurança para o desenvolvimento pacífico da China. Esta reorientação é seguida pela constante inovação da orientação estratégica e dos pensamentos operacionais chineses, para “garantir as capacidades de lutar e vencer” (CMS, 2015, p. 7-8).

Dentre os objetivos das forças armadas chinesas estão a defesa da sua soberania e segurança territorial, aérea e marítima ar e mar; resguardar a reunificação da pátria; salvaguardar a segurança dos interesses chineses em “novos domínios”; a dissuasão estratégica e a capacidade de segundo-ataque nuclear; combater a infiltração, o separatismo e o terrorismo. Como um de seus objetivos derivados dos objetivos principais, está a expansão ativa da cooperação militar, tanto com grandes potências quanto com países vizinhos e países emergentes. Além disso, o documento aplica o conceito de Defesa Ativa, o qual é o cerne do pensamento estratégico militar do Partido Comunista Chinês (PCC): “adesão à unidade de defesa estratégica e ofensiva operacional e tática; adesão aos princípios de defesa, autodefesa e ataques de tipo *post-emptive*; e adesão a postura de que ‘não atacaremos a menos que atacados, mas certamente contra-atacaremos se atacados’” (CMS, 2015, p. 10).

### 3.1.3. RÚSSIA

Por fim, a estratégia de segurança nacional da Rússia segue algumas tendências históricas da política externa adotada pelo país:

(i) a centralização de poder, que devido à sua geografia e ao seu território imenso, mostrou-se imperativa em diversos momentos; (ii) a ideia de cerco, atrelada à ideia de que seu território está cercado por diversos polos de poder, correndo risco de invasão

constante; e (iii) a busca por autonomia e por consolidar-se como uma grande potência (CALICH *et al.*, 2013, p. 49).

A Rússia desempenhou ao longo de sua história um papel único no cenário internacional: faz parte tanto do equilíbrio de poder europeu quanto do asiático, entretanto, “contribui apenas de modo intermitente para o equilíbrio da ordem internacional”. O país foi responsável por evitar o domínio da Europa por um único poder em vários momentos da história: conteve a Carlos XII da Suécia, a Napoleão e a Hitler. Ao longo dos séculos a sua política seguiu ciclos de expansão e de retração, em que se organiza internamente e volta a lançar-se no expansionismo territorial, “como uma maré atravessando uma praia. De Pedro, o Grande, a Vladimir Putin, as circunstâncias mudaram, mas o ritmo permaneceu extraordinariamente coerente (KISSINGER, 2015, p. 42).

Neste contexto de desgaste da hegemonia estadunidense e ascensão econômica da China, a Rússia voltou a ocupar o posto de importante polo de poder político-militar no Sistema Internacional. Embora encontrando respaldo dos EUA e UE para a retomada do controle da totalidade do território da República da Chechênia, em 2004, este foi um ponto de inflexão que demonstrou uma virada na lógica de retrocesso fronteiriço iniciado com a dissolução da União Soviética.

Em 2004, o intento da Revolução Laranja no território ucraniano foi um ponto de inflexão que tensionou as relações da Rússia com o Ocidente (FRIEDMAN, 2012, p. 154). Já em 2008 o ataque georgiano contra a Ossétia do Sul, apoiado pelos EUA, foi rapidamente respondido pela Federação Russa, que derrotou o exército da Geórgia e ocupou parte do seu território. Também no ano de 2008 deu-se início ao maior programa de modernização e capacitação das forças armadas russas desde a queda da URSS (MATVEEV & RUSAKOVA, 2015).

A partir deste ponto, a Rússia voltou a agir de maneira mais assertiva sobre suas fronteiras, visando consolidar uma zona de influência regional que estabilize o cenário político em sua periferia e, para tal, fundou em 2011 a União Euroasiática, com claras intenções de recuperar a hegemonia russa em suas fronteiras imediatas. Após isso, a anexação da Crimeia e a intervenção russa no conflito sírio confirmaram a intenção e a capacidade do país de posicionar-se como uma grande potência militar.

Além dos elementos militares da estratégia russa, o país também tem colaborado com a China em temas energéticos, especialmente nos projetos da Nova Rota da Seda e na construção de gasodutos entre os dois países. Na integração de infraestrutura energética a Rússia desponta como um dos maiores parceiros estratégicos da China. Em maio de 2014 os dois países assinaram um acordo de 30 anos para abastecimento através de um gasoduto e a construção que se iniciou em setembro de 2014 tem previsão para entrar em atividade em 20 de dezembro de 2019 (DELGADO & FEBRARO, 2017, p. 11). Quando o gasoduto “*Power of Siberia*” começar a funcionar, a Rússia passará a ocupar a posição de maior fornecedor de gás natural para a China, e os dois países já planejam a construção de um segundo gasoduto (ALNASIR, 2017). É também latente o aprofundamento das relações sino-russas nos âmbitos defensivo, tecnológico, energético e econômico, processo que tomou uma dinâmica mais acelerada após as sanções anti russas provocadas pela anexação do território da Crimeia.

Entretanto, a estratégia russa de exportação de recursos energéticos, segundo Friedman, torna a estratégia de segurança do país euroasiático inviável à longo prazo:

No longo prazo, a Rússia é um país fraco. A estratégia de Putin de focar na produção energética e nas exportações é uma ferramenta eficiente no curto prazo, mas isso funciona somente se formar a base para uma expansão econômica mais profunda. Para atingir esse objetivo, o país tem de lidar com suas deficiências estruturais subjacentes, ainda que estas estejam enraizadas em problemas geográficos que não são facilmente superáveis (FRIEDMAN, 2012, p. 160).

Para Samir Amin, a Rússia deve superar a sua característica primária-exportadora para ser capaz de sustentar sua estratégia de uma política externa independente:

Russian state power remaining within the strict limits of the neoliberal recipe annihilates the chances of success of an independent foreign policy and the chances of Russia becoming a really emerging country acting as an important international actor. Neoliberalism can produce for Russia only a tragic economic and social regression, a pattern of “lumpen development,” and a growing subordinate status in the global imperialist order. Russia would provide the triad with oil, gas, and some other natural resources; its industries would be reduced to the status of sub-contracting for the benefit of Western financial monopolies. In such a position, which is not very far from that of Russia today in the global system, attempts to act independently in the international area will remain extremely fragile, threatened by “sanctions” which will strengthen the disastrous alignment of the ruling economic oligarchy to the demands of dominant monopolies of the triad (AMIN, 2015, s/p).

A mais recente estratégia de segurança nacional da Rússia com tradução para o inglês é a *Russian Military Doctrine* publicada em dezembro de 2014. Neste documento, considera-se que



o cenário internacional contemporâneo é caracterizado pelo aumento da competição global, pelo aumento da tensão nas diversas áreas de interação interestatais e inter-regional, e pela rivalidade de valores e padrões de desenvolvimento. Muitos objetivos são abordados pela doutrina, entretanto, o que mais se destaca, justamente por operar como um fio condutor para todos os demais, é o objetivo de tornar reconhecível o prestígio e a capacidade para liderança russos, especialmente para a resolução de conflitos que estão nas fronteiras russas. Angariar para si o reconhecimento de uma grande potência e desenvolver-se economicamente são objetivos centrais. O documento de 2014 ainda ressalta o papel da OTAN como um perigo à sua segurança nacional, especialmente pela proximidade desta com suas fronteiras. Neste sentido, os Estados Unidos e seus aliados estão, de acordo com a visão estratégica russa, implementando contra o país uma estratégia de contenção devido à sua política externa independente. O uso de forças militares, por parte da OTAN, contra países aliados ou fronteiriços à Rússia também são percebidos como um perigo.

### **3.2. CAPACIDADES COMPARADAS: DADOS MILITARES E ECONÔMICOS DAS GRANDES POTÊNCIAS**

Devemos retomar o pressuposto de que o atual período do imperialismo está baseado na relação dialética entre duas formas de competição, a econômica e a geopolítica. A primeira diz respeito à disputa por capitais, e a segunda se refere à rivalidades interestatais, disputas por segurança, território e influência. Neste sentido, considerando que as fontes tangíveis de poder como os recursos econômicos, o desenvolvimento técnico-científico e as forças militares são essenciais para a disputa de poder interestatal, prosseguiremos à análise quantitativa dos dados acerca das capacidades militares e econômicas de cada uma das grandes potências, EUA, China e Rússia, para situá-las no sistema internacional quanto ao poder relativo que possuem comparativamente (CALLINICOS, 2009; MINGST, 2003).

#### **3.2.1. DADOS QUANTITATIVOS REFERENTES AO PODER MILITAR DAS GRANDES POTÊNCIAS**

A força militar, como já vimos, é um elemento fundamental dentro da disputa entre as grandes potências, indispensável para que possam apropriar-se de mais recursos naturais, mercados e zonas de influência geopolítica. Em primeiro lugar, o poder militar pode ser empregado de maneira direta em um conflito para trazer ganhos ao país que o emprega. Porém, não necessariamente este recurso de poder precisa ser utilizado de maneira direta, ou seja, nem sempre as potências empregam seu poder militar de maneira direta para expandirem seu poder político e/ou econômico.

O poder militar pode ser utilizado como um subsídio ao poder econômico; por meio da imposição de sanções econômicas, por exemplo. Para que um Estado imponha sanções aos demais, ele precisa do respaldo do seu poder militar para impor-se. Ademais, através do apoio indireto a Estados aliados uma potência pode assegurar seus interesses. O poder militar pode ser empregado de múltiplas formas na disputa entre as potências, seja para dissuadir os inimigos, apoiar aliados, ou utilizá-lo diretamente para promover a espoliação e a acumulação.

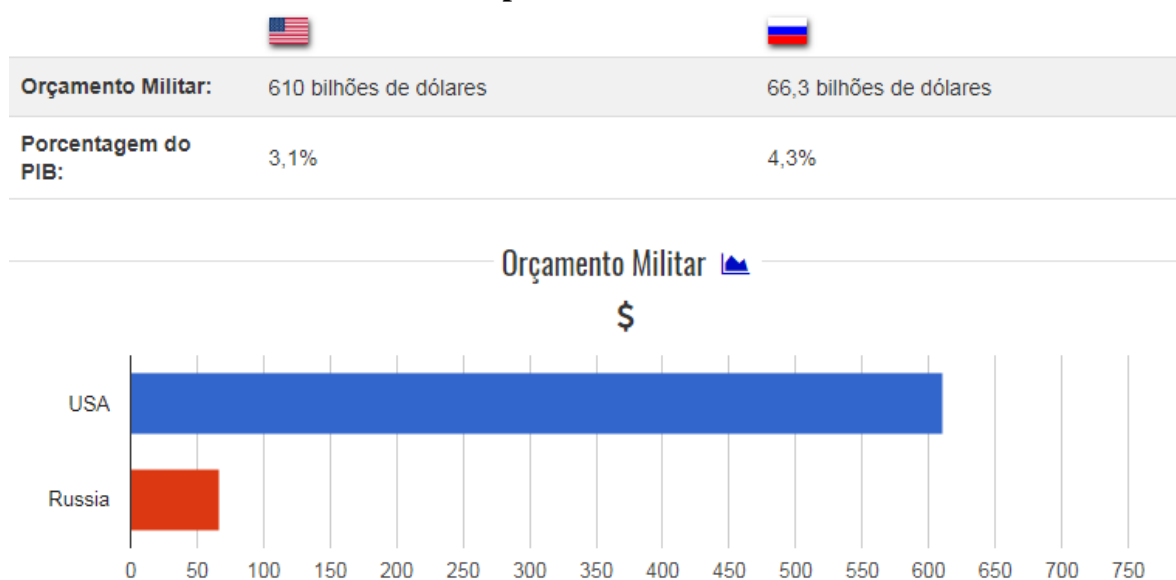
O relatório de 2018 do site *Global FirePower*, site especializado em elaborar levantamentos quantitativos acerca das forças militares de diversos países, expõe um ranking das forças militares ao redor do mundo. Os elementos observados pelo site para medir as forças de cada país são os seguintes: a diversidade de armas a disposição do país, e não só a quantidade total de armas; armas nucleares rendem um bônus para os países que comprovadamente as detêm; a condição econômica do país, especialmente estabilidade financeira; fatores geográficos, flexibilidade logística, recursos naturais e indústria local; capacidade humana; membros da OTAN recebem um bônus pela teoria da repartição dos custos da guerra. Ao todo, 55 fatores são levados em consideração e a partir de uma fórmula é gerado um número que classifica os países no ranking, o *PowerIndex (PwrIndx)*, no qual a nota mais alta é 0.0000 (virtualmente impossível de ser alcançada). Assim, os Estados Unidos estão em 1º lugar, com um *PwrIndx* de 0.0818, Rússia em 2º lugar com 0.0841 e China em 3º com 0.0852 (GFP, 2018).

Em termos mundiais, os Estados Unidos gastaram em 2017 US\$610 bilhões - aproximadamente 3 vezes o gasto militar da China para o mesmo ano, o qual foi o segundo maior gasto de 2017, de US\$228 bilhões. O gasto total dos Estados Unidos em 2017 foi maior do que a somatória dos gastos dos próximos 7 países com os maiores gastos militares do mundo, ao todo, de US\$578 bilhões (SIPRI, 2018).

A seguir, analisaremos alguns gráficos e tabelas elaborados com dados do *ArmedForces.eu*, site especializado em sistematização de dados acerca das forças militares dos países do mundo. As principais fontes do *ArmedForces.eu* são a agência de inteligência estadunidense (CIA), a Campanha Internacional para Abolir Armas Nucleares (ICAN), sites governamentais e informações disponibilizadas na mídia. Desta forma, alguns dos dados são indicativos e estimativas, pois em alguns casos não existem informações oficiais ou atualizadas sobre a situação das forças armadas dos países analisados.

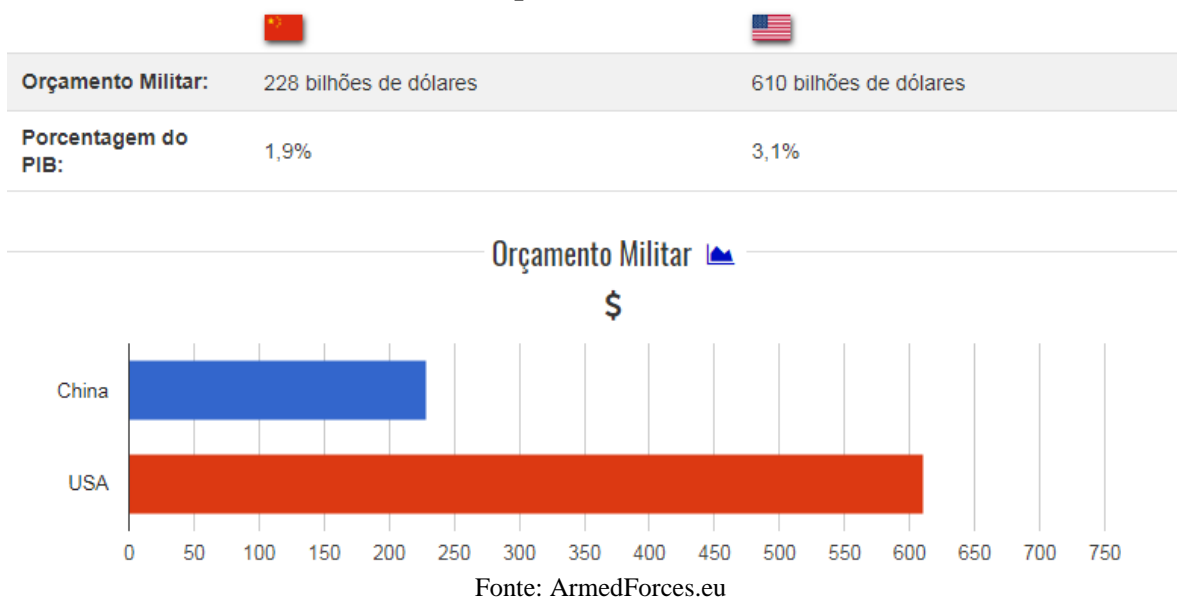
Como podemos observar nos gráficos 1 e 2, os gastos militares estadunidenses superam os gastos das outras duas potências somados. Enquanto os EUA investem 610 bilhões de dólares em seu orçamento militar, cerca de 3,1% do PIB do país, a China investe 228 bilhões de dólares, cerca de 1,9% do seu PIB, e a Rússia investe 66,3 bilhões de dólares, cerca de 4,3% do PIB russo. Embora os Estados Unidos tenham um investimento bruto em seu aparato militar quase 10 vezes superior ao investimento da Rússia, o último país investe, proporcionalmente ao seu PIB, mais do que os Estados Unidos em seu setor militar. Isto pode ter relação com o projeto de modernização desenvolvido pela Rússia desde 2008, e cuja finalização está prevista para 2020 (HAAS, 2011). Ademais do gasto militar total, o número de ogivas nucleares também representa um importante fator de poder bélico.

**Gráfico 1. Gastos militares comparados dos Estados Unidos e Rússia em 2017**



Fonte: ArmedForces.eu

**Gráfico 2. Gastos militares comparados de China e Estados Unidos em 2017**



De acordo com a tabela 3, notamos que a Rússia, embora possua uma quantidade muito próxima à dos Estados Unidos, ultrapassa a potência norte-americana em número de ogivas nucleares, enquanto a China possui uma quantidade de ogivas muito inferior aos outros dois países. O poder nuclear é fundamental para a capacidade de dissuasão dos Estados. Essa estratégia remonta especialmente à Guerra Fria: “Sem dúvida o efeito mais visível do armamento termonuclear foi dissuadir as duas superpotências de chegar à guerra total, incitando-as à moderação, obrigando-as a respeitar mutuamente seus interesses vitais” (ARON, 2002, p. 513). Entretanto, “o progresso técnico dos armamentos é tão rápido que o raciocínio válido para um certo estágio da tecnologia das armas termonucleares pode deixar de sê-lo alguns anos, ou mesmo alguns meses mais tarde” e desta maneira, “As teorias correm o risco de se tornar obsoletas tão depressa como as próprias armas” (idem).

**Tabela 3. Dados quantitativos do poder nuclear nos Estados Unidos, Rússia e China (2018)**

<b>País</b>	<b>Estados Unidos</b>	<b>Rússia</b>	<b>China</b>
<b>Número total de ogivas nucleares</b>	6.450	6.850	280
<b>Bombardeiros estratégicos</b>	60 (16 B-2)	50 (11 Tu-160)	20
<b>Ogivas para bombardeiros nucleares</b>	880	616	20
<b>ICBMs</b>	400	318	131
<b>Ogivas para ICBMs</b>	800	1.138	186
<b>SSBNs</b>	14	11 a 12 <sup>1</sup>	4
<b>SLBMs</b>	240	176	48
<b>Ogivas para SLBMs</b>	1.920	768	48
<b>Ogivas não-estratégicas</b>	200	1.830	Indefinido

<sup>1</sup>Nota: 9 da era soviética, o número de submarinos operacionais da classe Delta 3 é incerto (variando de 1 a 2) e existem 3 submarinos da classe Borei já operacionais, além de 5 em construção.

Fonte: SIPRI Yearbook 2018, p. 235-302.

Ademais, é válido ressaltar que a quantidade de ogivas, por si só, não é a única variável relevante para a mensuração do poder nuclear. Isto porque sem um sofisticado e diversificado sistema de lançamentos ou entrega de armas nucleares como bombardeiros estratégicos, ICBMs (mísseis balísticos intercontinentais), SSBNs (submarinos de mísseis balísticos) e SLBMs (mísseis balísticos lançados desde submarinos), sendo estes quatro considerados fundamentais para a capacidade nuclear de segundo ataque nuclear (MEARSHEIMER, 2007; ÁVILA; MARTINS; CEPIK, 2009).

**Tabela 4. Pessoal ativo e em reserva nas forças armadas dos Estados Unidos, Rússia e China (2017)**

<b>País</b>	<b>Estados Unidos</b>	<b>Rússia</b>	<b>China</b>
<b>Pessoal ativo</b>	1.281.900	771.000	2.300.000
<b>Pessoal de reserva</b>	811.000	2.000.000	8.000.000
<b>Disponível para o exército</b>	73.270.043	34.765.736	385.821.101

Fonte: ArmedForces.eu

Conforme a tabela 4, tanto nos números de pessoal ativo quanto de reserva a China supera, com uma considerável vantagem, os números da Rússia e dos Estados Unidos. A relevância do exército reside na necessidade de se defender as fronteiras por vias terrestres, e também de mobilizar tropas em território inimigo - embora seja um recurso tático muito característico dos conflitos mais convencionais, não deixa de possuir um papel fundamental para o combate terrestre em conflitos não-convencionais.

**Tabela 5. Dados quantitativos do poder terrestre dos Estados Unidos, Rússia e China (2017)**

<b>País</b>	<b>Estados Unidos</b>	<b>Rússia</b>	<b>China</b>
Tanques	6.393	20.050	7.760
Veículos de combate blindados	41.760	27.335	6.000
Artilharia total	3.269	14.557	9.726
Artilharia autopropulsada	950	5.955	1.710
Artilharia de foguetes	1.197	4.032	1.770

Fonte: ArmedForces.eu

No tocante às forças terrestres, expostas na tabela 5, os dados apontam para a superioridade russa em números de tanques e de artilharia total, artilharia autopropulsada e artilharia de foguetes, seguida pela China em todos estes itens, sendo que os tanques e a artilharia autopropulsada (que possui grande mobilidade) são menos blindados que um veículo de combate, e a artilharia de foguetes possui um papel central no apoio às forças de manobra, cumprindo a função de neutralizar os elementos terrestres inimigos que ameacem a estas forças, enquanto os Estados Unidos somente se sobressaem na quantidade de veículos de combate blindados, seguidos pela Rússia em segundo lugar nesta categoria enquanto a China possui uma quantidade muito inferior à dos outros dois países. Os veículos de combate blindados possuem uma blindagem pesada e são desenhados para possuírem grande mobilidade.

**Tabela 6. Dados quantitativos do poder aéreo dos Estados Unidos, Rússia e China (2017)**

<b>País</b>	<b>Estados Unidos</b>	<b>Rússia</b>	<b>China</b>
Total de aeronaves	12.304	4.441	4.182
Aeronaves de combate	457	751	1.150
Aeronaves multiuso	2.192	526	629
Aeronaves de ataque	587	783	270
Helicópteros	4.889	1.505	1.170

Fonte: ArmedForces.eu

As forças aéreas russa e chinesa apresentam uma similaridade muito grande, apresentando discrepância entre si somente em dois pontos específicos: (i) na quantidade de aeronaves de combate, com superioridade chinesa; (ii) na quantidade de aeronaves de ataque, com superioridade russa. Neste ponto, as duas potências possuem capacidades bastante equilibradas. A sua vez, os Estados Unidos apresentam grande superioridade tanto em sua quantidade total de aeronaves quanto em aeronaves multi-uso e helicópteros, justamente aeronaves que conferem a maior capacidade de logística, tanto para transportes aéreos (no caso específico do helicóptero) quanto para a redução de custos através do uso de bases comuns (no caso dos multiuso), além de ambos os tipos de aeronaves serem importantes para o controle aéreo avançado, reconhecimento aéreo e luta contra submarinos e minas terrestres.



**Tabela 7. Dados quantitativos do poder naval dos Estados Unidos, Rússia e China (2017)**

<b>País</b>	<b>Estados Unidos</b>	<b>Rússia</b>	<b>China</b>
Frota total	437	314	780
Porta-aviões	20	1	2
Contratorpedeiro	85	18	36
Fragatas	0	10	54
Corvetas	0	83	42
Submarinos	71	59	76

Fonte: ArmedForces.eu

Quanto às forças marítimas das potências, os Estados Unidos possuem grande superioridade no número de porta-aviões a sua disposição, o que confere ao país a maior capacidade de projeção do seu poderio aéreo a grandes distâncias, através da sua força naval. Enquanto a frota total chinesa é a maior de todas, a frota total russa é a menor e dispõe somente de 314 embarcações, o que pode ser relacionado às características geográficas do país que é classificado como uma potência terrestre devido a sua extensa massa terrestre e poucas saídas para mares (KAPLAN, 2013). Quanto aos contratorpedeiros, fragatas e corvetas, embarcações em que a superioridade é chinesa, não existe uma diferença clara entre as classificações destas embarcações de guerra, e em geral os critérios continuam a variar de marinha para marinha de acordo com a capacidade de deslocamento atribuída a cada nomenclatura. Os submarinos são outro tipo de embarcação em que os números chineses superam os números estadunidenses e russos, entretanto, com uma diferença pequena. Estas embarcações são fundamentais por operarem de maneira quase indetectável, o que confere uma grande vantagem estratégica às forças navais que as detêm em grande escala, como é o caso das três potências.

De maneira geral, há uma clara superioridade estadunidense no que se refere às capacidades aéreas e marítimas. A grande vantagem da China reside em sua capacidade de forças humanas, mas para a guerra contemporânea a tecnologia desempenha um papel fundamental

(ÁVILA; MARTINS; CEPIK, 2009), o que significa que somente a superioridade de números em seu exército não é um elemento que sustente sozinho uma superioridade estratégica por parte da China. A Rússia segue os Estados Unidos de perto e o supera em certos pontos das forças terrestres, mas encontra-se em absoluta desvantagem nos planos aéreo e naval; o país possui um número de ogivas nucleares superior ao número estadunidense, entretanto, as ogivas sem uma capacidade instalada de lançamento e defesa antiaérea não são por si só uma vantagem estratégica.

Ademais, alguns elementos estratégicos devem ser reconsiderados: embora a capacidade de projeção da Rússia na Eurásia (especialmente na Ásia Central) esteja restringida, em partes, pela posição da China, e em menor grau da Índia e do Irã, o país ainda tem uma capacidade ímpar de deslocamento de tropas dentro desta região. E a China, embora não apresente uma ameaça direta aos Estados Unidos desde o ponto de vista militar e o enfrentamento entre as duas potências seja muito improvável, o país asiático oferece determinados riscos militares indiretos à potência norte-americana (KAPLAN, 2013).

A China oferece cada vez mais desafios ao Ocidente quando se trata da sofisticação tecnológica de seus sistemas de armas. Em tecnologias aéreas o país já inova o suficiente para passar a produzir motores a jato de alto desempenho em alguns anos. Ademais, o aumento dos gastos militares da China tratam de transformar um exército baseado em terra em uma potência naval, sendo que a marinha chinesa não para de crescer: desde 2000, o país construiu mais navios de guerra do que o Japão, a Coreia do Sul e a Índia juntos - a tonelage total de novos navios de guerra e auxiliares lançados nos últimos quatro anos é maior do que a da marinha francesa (BOWLER, 2018).

A análise aqui desenvolvida é preliminar e seria necessário aprofundar as informações sobre outras capacidades militares e diferenças tecnológicas e táticas que estas implicam, assim como proceder à análise da modernização militar das três potências, estratégia a qual é citada por seus documentos de segurança nacional. Apesar de suas limitações, a análise oferece um panorama geral acerca das capacidades militares das grandes potências que serve aos objetivos do presente trabalho.

### 3.2.2. DADOS QUANTITATIVOS REFERENTES AO PODER ECONÔMICO DAS GRANDES POTÊNCIAS

A economia possui um papel central para o equilíbrio de poder entre as grandes potências. Para os efeitos da análise dos dados econômicos das grandes potências, cabe diferenciar o que é crescimento econômico de desenvolvimento econômico:

O **crescimento econômico** diz respeito a elevação do produto agregado do país e pode ser avaliado a partir das contas nacionais. **Desenvolvimento** é um conceito bem mais amplo, que leva em conta a elevação da qualidade de vida da sociedade e a redução das diferenças econômicas e sociais entre seus membros (PAULANI; BRAGA, 2007, p. 255).

O crescimento econômico anda atrelado ao consumo energético, o desenvolvimento técnico-produtivo, as capacidades de investimento em setores estratégicos (como o militar), a ampliação das possibilidades de barganhas e pressões econômicas (como a imposição de sanções) que um Estado pode utilizar como ferramentas políticas, e pode ser revertido em investimentos em infraestrutura, sendo que há uma evidente relação entre desenvolvimento econômico e a qualidade da infraestrutura presentes em um país, uma vez que a infraestrutura é fundamental para o desenvolvimento integrado de setores e espaços econômicos. A infraestrutura proporciona a coesão político-territorial e o aproveitamento do potencial geográfico, ou seja, das riquezas naturais dos Estados para gerar maiores graus de desenvolvimento (PADULA, 2011).

Os Estados Unidos têm a maior economia do mundo, com US\$ 20,5 bilhões, segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI, 2018), que mostram que a economia dos EUA aumentou, ultrapassando o valor de US\$ 19,4 bilhões do ano de 2017. A China segue em segundo com aproximadamente US\$14 bilhões, o que representa um aumento de mais de US\$1 bilhão em comparação com 2017. O Japão está em terceiro lugar, seguido de Alemanha, Reino Unido, França, Índia, Itália, Brasil e Canadá, sendo estas as dez maiores economias do mundo. A Rússia ocupa a posição de número 12 no ranking.

**Tabela 8. PIB (bilhões de US\$) dos Estados Unidos, China e Rússia (2013 a 2018)**

<b>País</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
<b>EUA</b>	16.784.825	17.521.750	18.219.300	18.707.150	19.485.400	20.513.000
<b>China</b>	9.635.025	10.534.526	11.226.186	11.221.836	12.014.610	13.457.267
<b>Rússia</b>	2.297.125	2.063.663	1.368.402	1.284.727	1.577.525	1.576.488

Fonte: Fundo Monetário Internacional, *World Economic Outlook Database*, Outubro de 2018.

O que chama atenção na tabela 8 é o encolhimento do PIB russo entre 2015 e 2016, com uma breve retomada do crescimento em 2017 e outra queda, embora pequena, em 2018. A drástica queda no PIB russo após 2014 é um reflexo tanto da baixa no preço do petróleo (*commodity* central na economia russa), que após oscilações entre 2009 e 2013 voltou a cair em 2014, atingindo os seus menores níveis em 2016 e voltando a se recuperar a partir de 2017, quanto das sanções econômicas impostas pela União Europeia e Estados Unidos contra a Rússia após a anexação da Crimeia (ESTADÃO, 2017). Entretanto, as projeções do FMI apontam para a retomada do crescimento na economia russa a partir de 2019, e de acordo com as estimativas chegará a US\$1,8 bilhões em 2023 (FMI, 2018). Boa parte da recuperação do PIB russo se deve à aproximação da Rússia com a China e a assinatura de diversos contratos em múltiplas áreas como energia, infraestrutura e armamentos (WOOD, 2018).

Outra questão chamativa é o alto grau de crescimento econômico chinês entre 2013 e 2018. China é um país cujo crescimento econômico e processo de urbanização atingiram margens significativas nas últimas décadas. De acordo com dados do Banco Mundial, a economia global crescerá em US\$ 6,5 trilhões entre 2017 e 2019, sendo que o esperado é que o PIB dos EUA represente 17,9% desse crescimento enquanto espera-se que a China seja responsável por 35,2% deste crescimento - ou seja, o dobro da participação estadunidense. Ademais, a participação chinesa no mercado global de comércio eletrônico cresceu de menos de 1% há aproximadamente 10 anos para 42% atualmente, ao passo que a participação dos Estados Unidos no mercado diminuiu de 35% em 2005 para 24% atualmente (FEM, 2018).

**Tabela 9. PIB per capita (US\$) e população dos Estados Unidos, China e Rússia (2018)**

<b>País</b>	<b>PIB per capita (US\$)</b>	<b>População (números reais)</b>
<b>EUA</b>	62.517.530	328.116
<b>China</b>	9.633.099	1.396.982
<b>Rússia</b>	10.950.492	143.965

Fonte: Fundo Monetário Internacional, *World Economic Outlook Database*, Outubro de 2018.

Conforme podemos observar na tabela 9, o PIB per capita estadunidense ultrapassa em mais de 6 vezes os PIBs per capita russo e chinês. Entretanto, no caso chinês, é importante considerar a densidade demográfica do país, que possui uma população que corresponde à mais de 4 vezes a população estadunidense. É significativo ressaltar que, de acordo com projeções, a China ultrapassará os Estados Unidos quanto ao PIB até 2050, quando as dez maiores economias do mundo serão: 1. China, 2. Índia, 3. Estados Unidos, 4. Indonésia, 5. Brasil, 6. Rússia, 7. México, 8. Japão, 9. Alemanha e 10. Reino Unido. Estima-se que em 2050 o PIB chinês seja de US\$58.499.000, o estadunidense seja de US\$34.102.000 e o russo seja de US\$7.131.000 (FEM, 2017).

**Tabela 10. Reservas de ouro e produção de petróleo cru dos Estados Unidos, China e Rússia (2018)**

<b>País</b>	<b>Reservas de ouro (toneladas)</b>	<b>Exportação de petróleo cru (Mbb/d)</b>
<b>EUA</b>	8.133	11.475
<b>China</b>	1.843	3.768
<b>Rússia</b>	1.998	10.811

Fonte: Trading Economics, 2018.

Ademais do desenvolvimento econômico, considerada uma fonte de poder tangível, recursos como o ouro e o petróleo são considerados fontes naturais de poder (MINGST, 2003). Assim, é importante observar que as reservas de ouro dos Estados Unidos ultrapassam em quase 7 vezes as reservas chinesas e russas, havendo pouca diferença entre as reservas dos países euroasiáticos. O impacto do ouro na economia de um país varia, aumentando e diminuindo de acordo com o quão seguros são os outros investimentos à disposição. Em geral, quando outros investimentos entram em risco, o investimento no ouro tende a crescer, pois ele é considerado um investimento seguro para compensar declínios em outros mercados, limitar a inflação e contrabalancear os declínios na valorização do dólar (AMADEO, 2018).

Embora a Rússia tenha sido o primeiro país a desenvolver uma indústria petrolífera no século XIX, na região de Baku, atual Azerbaijão (KERR-OLIVEIRA, 2012), os Estados Unidos foram o primeiro país a desenvolver uma grande indústria petrolífera moderna e de larga-escala, após 1859, e até a atualidade essa indústria tem sido central para a sustentação do crescimento econômico estadunidense (KLARE, 2005). Desde então e até a atualidade essa indústria tem sido central para a sustentação do crescimento econômico estadunidense e a manutenção do seu poder geopolítico (KERR-OLIVEIRA, 2012). De 2010 em diante a produção de petróleo no país tem crescido cada vez mais, e as projeções apontam que em 2018 outro recorde de produção será batido pelo país, que até outubro de 2018 exportou cerca de 11.475 mil barris de petróleo por dia e pela primeira vez em 20 anos superou a produção de petróleo da Rússia e da Arábia Saudita,

tornando-se o primeiro produtor de petróleo do mundo (BARRON; GEARY, 2018; DUNN; HESS, 2018).

Embora o petróleo representasse em 2012 apenas 20% da matriz energética chinesa, atualmente a China é o maior importador de petróleo do mundo, superando até mesmo os Estados Unidos. Um fator importante para compreender o crescente consumo de petróleo no país é a expansão da frota de automóveis da China, que chegará a 65% do total da demanda de petróleo na China em 2035. Enquanto isso, as reservas do país estão estimadas em menos de 15 anos de suprimento, apesar da China ser o quinto maior produtor mundial de petróleo, e em 2011 o país dependia de importações para suprir cerca de 54% de sua demanda de petróleo (IEA, 2012). Este é um dos elementos que explicam a baixa exportação de petróleo por parte da China.

Na Rússia, as exportações de petróleo bruto e produtos petrolíferos representaram quase 70% da sua produção total de petróleo em 2016. O setor de petróleo e gás natural da Rússia é primordial para a economia do país, sendo que as receitas de petróleo e gás natural compõem 36% do orçamento russo. Aproximadamente 70% das exportações de petróleo bruto da Rússia em 2016 foram para países europeus, e o país forneceu mais de um terço do total de petróleo bruto importado pelos membros europeus da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A China foi o maior importador do petróleo bruto da Rússia em 2016, recebendo cerca de 18% das suas exportações totais, ao mesmo passo que a Rússia foi o maior fornecedor de petróleo bruto para a China em 2016, superando a Arábia Saudita pela primeira vez em uma base anual. Desde 2010 as exportações de petróleo bruto da Rússia para a China vêm crescendo, sendo utilizado o oleoduto *East Siberia-Pacific Ocean* e conexões de oleodutos através do Cazaquistão. Através do *East Siberia-Pacific Ocean* o petróleo russo, exportado desde o porto de Kozmino no Pacífico da Rússia, chega aos portos chineses mais rapidamente do que o petróleo vindo do Oriente Médio, o que permite que ele seja exportado em volumes menores e com agendamentos mais flexíveis (BARDEN, 2018).

**Tabela 11. Vendas de armas (US\$) dos Estados Unidos, China e Rússia (2017)**

<b>País</b>	<b>Vendas de armas (US\$)</b>
<b>EUA</b>	12.394 milhões
<b>China</b>	1.131 milhões
<b>Rússia</b>	6.148 milhões

Fonte: Trading Economics, 2018.

As exportações de armas cumprem um papel fundamental para a ampliação dos poderes de um Estado:

States have many incentives to export arms. These incentives include enhancing the security of allies or partners; constraining the behavior of adversaries; using the prospect of arms transfers as leverage on governments' internal or external behavior; and creating the economies of scale necessary to support a domestic arms industry (CRS, 2017, p. 1).

De acordo com dados do SIPRI, as principais vendas de armas nos cinco anos entre 2013 e 2017 foram 10% maiores do que as vendas entre 2008 e 2012. O *think tank* aponta a intensificação de conflitos no Oriente Médio, especialmente na Síria e no Iêmen, como um dos motivos para esse crescimento, além do acirramento da disputa interestatal entre as grandes potências. Os Estados Unidos neste período têm ampliado a sua liderança como o maior exportador mundial de armas. Estimativas apontam que os EUA sejam responsáveis por 34% de todas as vendas mundiais de armas, um crescimento de 4% em relação ao percentual pelo qual o país era responsável em 2013, superando o seu próprio recorde de exportações em relação ao mundo, o qual havia atingido no final dos anos 1990. As exportações de armas dos EUA são 58% mais altas do que as da Rússia, o segundo maior exportador do mundo, cujas exportações caíram 7,1% no período entre 2008-2012 e 2013-2017. Metade das exportações de armas dos EUA durante 2013-2017 foram destinadas ao Oriente Médio, com a Arábia Saudita em primeiro lugar. O crescimento econômico chinês vem sendo acompanhado pelo incremento do orçamento de defesa do país e do seu papel como fornecedor de armas à nível global, sendo que a China já é o quinto maior vendedor de armas do mundo, atrás somente dos Estados Unidos, Rússia, França



e Alemanha. No período de 2013-2017 a China vendeu armas para 48 países, sendo que o país tem adentrado alguns dos mercados antes supridos pela exportação russa, tendo no Paquistão seu principal comprador (BOWLER, 2018).

### 3.3. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O cenário gerado pelo acirramento das disputas interestatais é definido por Khanna (2011) como uma era caótica, uma era de impasses políticos generalizados que fogem ao controle das grandes potências globais e das instituições que regem o sistema internacional, criando um ambiente internacional de incertezas e potencialidades conflitivas. Podemos acrescentar a esta visão o conceito de caos sistêmico de Arrighi, que refere-se a uma situação que surge pela escalada do conflito entre os polos de poder do sistema e que tende a generalizar a demanda por “ordem” conforme o caos aumenta; essa demanda acaba por possibilitar a ascensão de um poder hegemônico que esteja em condições para atender à demanda sistêmica por ordem (ARRIGHI, 2006).

A era caótica ou o caos sistêmico possibilitam que hoje observemos no sistema internacional a construção de uma multipolaridade de tipo assimétrica, na qual os principais polos de poder possuem diferentes capacidades e diferentes recursos de poder à sua disposição. Podemos ainda dizer que este processo é marcado pela triangulação EUA-Rússia-China e também pela emergência de novos polos de poder regionais, que parece caminhar para o aprofundamento do conflito entre Ocidente e Oriente.

A triangulação EUA-Rússia-China é uma tendência internacional que segue desde a Guerra Fria, sendo que o poder mais díspar é constantemente balanceado pela aliança dos outros dois. Neste sentido, o sistema caminha para uma estrutura de multipolaridade assimétrica, estrutura a qual, em geral, a partir de uma perspectiva histórica, tende a gerar grandes guerras ou “guerras centrais” (como entre 1914 e 1945). Sem uma grande guerra central, a recomposição hegemônica do sistema pode se dar: (i) através de guerras limitadas e locais, feitas por intermédio de *proxies*, visando a destruição de economias mais do que com o propósito de violar fronteiras, ou (ii) a guerra central pode se dar sem confrontos diretos entre o triângulo, por intermédio de guerras locais prolongadas e mais ou menos intensas (MARTINS, 2013, p. 195).

Neste capítulo buscamos apresentar os elementos que explicitam a tendência à multipolaridade assimétrica no Sistema Internacional Contemporâneo. Estes elementos são a crise da hegemonia estadunidense, que sucedeu ao emprego da guerra ao terror; a reascensão dos polos de poder euroasiáticos, China e Rússia, nos âmbitos econômico e militar, respectivamente; o acirramento da disputa interestatal, principalmente na triangulação EUA-China-Rússia; e a centralidade do Estado dentro do imperialismo do século XXI, sendo os Estados fortalecidos através dos aspectos militares e econômicos, denotando ainda uma clara hierarquia entre as grandes potências no âmbito militar e uma redistribuição do poder econômico mundial. Os mais recentes planos estratégicos das grandes potências refletem a mesma análise. No próximo capítulo, aprofundaremos a análise aos conflitos assimétricos, irregulares e de baixa intensidade, expondo o caso da Guerra na Síria como um exemplo das principais tendências contemporâneas da política internacional.

## 4 A GUERRA NA SÍRIA

Neste capítulo é estudada a Guerra na Síria, a partir de uma breve análise teórica sobre como é travada a guerra no século XXI, seguindo à uma contextualização acerca do papel que o Oriente Médio desempenha na geopolítica do imperialismo e da balança de poder da região, aprofundando a geopolítica dos gasodutos na Síria e finalmente analisando os antecedentes do conflito, desde a formação do Estado sírio até o estopim da Primavera Árabe, a escalada e os desdobramentos do conflito e o desgaste da estratégia dos Estados Unidos no conflito sírio, elemento que demonstra a crise em que se encontra a hegemonia estadunidense e os fundamentos para a reascensão dos polos de poder euroasiáticos.

### 4.1. OS CONFLITOS NO SÉCULO XXI: GUERRA *PROXY*, GUERRA DE QUARTA GERAÇÃO, GUERRA HÍBRIDA E *NEW GENERATION WARFARE*

No estudo da guerra e dos conflitos é possível distinguir tipos de guerra, alguns mais ou menos frequentes que os outros. Sobre as guerras de tipo não convencional, Couto denomina como guerra por procuração “conflitos em que o confronto acontece de maneira indireta e cujos verdadeiros interesses estão disfarçados ou são obscuros” (COUTO, 2009, p. 17). Também chama de guerra subversiva conflitos em que “a principal tática é o segredo que envolve a identificação dos agentes combatentes” e de guerra psicológica um “conflito em que há uma manipulação das massas para obter apoio por meio de panfletagem e propaganda [...] em que o objetivo é obter a fidelidade do povo” (idem, p. 19).

Nas próximas décadas, o mais plausível é que se intensifique o surgimento de novas guerras irregulares e/ou *proxy* (também chamadas de Guerra de Quarta Geração, Guerra Híbrida ou *New Generation Warfare*) como tendência geral do sistema internacional. Esse é um tipo de conflito de caráter assimétrico, marcado pela participação indireta de múltiplas forças e caracterizado por um forte componente civil. Há um debate entre acadêmicos e militares estadunidenses e russos, principalmente, sobre como denominar esse tipo de conflito; entretanto, nas múltiplas interpretações e conceitos oferecidos, é possível observar alguns pontos em comum para a definição desse modo contemporâneo de fazer a guerra.

A Guerra *Proxy* é uma das primeiras definições elaboradas para definir a guerra contemporânea. Para Geraint Hughes (2012) a guerra deixou de ser feita somente nos moldes convencionais e adotou em suas táticas a assimetria, a baixa intensidade e o anonimato. O autor define um *proxy* como “um grupo paramilitar não-estatal recebendo assistência direta de uma potência externa” (HUGHES, 2012, p. 11) Assim, introduz três elementos condicionantes para a existência de uma Guerra *Proxy*: ajuda direta, a existência de um inimigo comum e a manutenção de uma relação por certo período de tempo entre um *proxy* e um poder estatal externo ao território em que se desenvolve o conflito.

Portanto, na definição de Hughes, a guerra no século XXI é feita através do apoio de determinados Estados à grupos específicos, geralmente anônimos e que possuem um poder bélico relativamente assimétrico quando comparados aos poderes estatais que combatem. Nesse sentido, é uma guerra indireta entre dois ou mais Estados, uma vez que o Estado agressor não se envolve diretamente pois utiliza *proxies* para realização dos combates. Ao invés de um Estado declarar formalmente a guerra ao outro, este utiliza grupos já presentes no território do Estado agredido, oferece apoio direto à estes grupos e mantém uma relação minimamente permanente com eles. O Estado agredido é o inimigo em comum entre o Estado agressor e o *proxy* (HUGHES, 2012).

O conceito de Guerra de Quarta Geração foi introduzido na academia militar estadunidense por William Lind, em coautoria com outros. Lind mapeia historicamente as formas de fazer guerra pelas grandes potências, listando ao todo quatro tipos, e indicando que na contemporaneidade experienciamos a quarta geração. Korybko descreve as características gerais da Guerra de Quarta Geração, conforme esta é definida por Lind, da seguinte maneira:

In 1989, William Lind co-authored an article in the Marine Corps Gazette which forecast the next generation of warfare. Identified as Fourth-Generation Warfare, it is predicted to be more fluid, decentralized, and asymmetrical than the warfare of the past. When one looks at the explosion of non-state actor activity since the end of the Cold War, Lind's prognosis appears to be correct. This type of warfare also corresponds to the style of Unconventional Warfare, meaning that its rise can be seen as a direct consequence of Fourth-Generation Warfare. Lind also forecast that there would be an increased emphasis on information warfare and psychological operations, which perfectly meshes with the modus operandi of Color Revolutions (KORYBKO, 2015, p. 19).

Em suas formulações Lind atenta especialmente para o papel do Estado nesse tipo de conflito, afirmando que:

Na guerra de Quarta Geração, o Estado perde o monopólio sobre a guerra. Em todo o mundo, os militares se encontram combatendo oponentes não estatais tais como a al-Qaeda, o Hamas, a Hezbollah e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia. Quase em toda parte, o Estado está perdendo. [...] No seu fundamento se encontra uma crise universal da legitimidade do Estado, e essa crise significa que muitos países terão evoluído a guerra de Quarta Geração em seu território (LIND, 2005, p. 14).

Ainda segundo o autor, “Aquele que ‘vence’ nos níveis tático e físico pode perder nos níveis operacional, estratégico, mental e moral, onde se decide a guerra da Quarta Geração” (LIND, 2005, p. 15). Para ele, esse tipo de conflito possui múltiplos níveis, ou seja, não se dá apenas nos níveis tático e físico, mas também no nível inteligível, mental e moral, no qual a informação cumpre um papel crucial para determinar quem será o vencedor do conflito em última instância.

Lind também aponta o problema da identificação dos atores envolvidos no conflito. Por se tratar de um conflito de tipo irregular, com forte componente civil e frequente utilização de *proxies*, o autor argumenta que a grande mudança que este tipo de guerra apresenta não são as técnicas de combate (similares à tática de guerrilha), mas sim a dificuldade de se distinguir entre inimigo e não-inimigo:

[...] a guerra de Quarta Geração virá cada vez mais à tona. O que a caracterizará não serão grandes mudanças em como o inimigo combate, mas quem estará lutando e para que. A mudança em quem combate torna difícil diferenciar entre o amigo e o inimigo (LIND, 2005, p. 17).

Além de Lind, podemos acrescentar à visão estadunidense (que é também a visão do bloco ocidental de poder, composto pela OTAN) a definição de Guerra Híbrida de Hoffman, pesquisador da National Defense University (Estados Unidos), segundo a qual:

These hybrid wars blend the lethality of state conflict with the fanatical and protracted fervor of irregular warfare. In such conflicts, future adversaries (states, state-sponsored groups, or self-funded actors) will exploit access to modern military capabilities [...] Hybrid challenges are not limited to nonstate actors. States can shift their conventional units to irregular formations and adopt new tactics as Iraq’s *fedayeen* did in 2003 (HOFFMAN, 2009, p. 37).

Hoffman acrescenta à visão de Lind a possibilidade dos próprios Estados passarem a alterar seu *modus operandi* para adequarem-se aos elementos da Guerra Híbrida, ou seja, a possibilidade dos Estados de adotarem táticas de guerra irregular para poderem enfrentar esse tipo de conflito. Em contraposição à definição estadunidense, o pensamento estratégico russo rechaça a aplicação do conceito de Guerra Híbrida tal qual este é formulado pelos pensadores do país norte-americano. Nas palavras de Valeri Gerassimov<sup>1</sup>:

“in the era of globalization, the weakening of state borders and development of means of communication are the most important factors changing the form of resolution of interstate conflicts. In today’s conflicts, the focus of the methods used to combat them is shifting towards the integrated application of political, economic, informational, and other non-military measures, implemented with the support of the military force. The so-called hybrid methods.” (PERSSON, 2017, p. 10).

Gerassimov refere-se aos métodos híbridos para designar a combinação e a aplicação integrada de métodos não-militares (políticos, econômicos, informacionais, etc) com o apoio direto das forças militares. O militar aponta que esta é uma característica típica do modo de guerra contemporâneo devido à globalização, o enfraquecimento das fronteiras estatais e o desenvolvimento dos meios de comunicação. Porém, conforme Berzins, o conceito de Guerra Híbrida diverge claramente do conceito de *New Generation Warfare*, porque:

First, this (“Hybrid War” concept) still presupposes the application of kinetic force, while Russian New Generation Warfare does not (Berzins 2014). Second, it is a conceptual mistake to try to fit Russian New Generation Warfare, the result of a long military academic discussion, into Western concepts. Naturally, the word hybrid is catchy, since it can represent a mix of anything. However, its basic framework differs from the one developed by the Russians due to being a military concept and the result of American military thought (BERZINS, 2016, p. 171).

Portanto, o conceito de *New Generation Warfare* difere do conceito de Guerra Híbrida no sentido de que o primeiro não pressupõe o emprego da força física, como o segundo faz. Ademais, por ser um conceito desenvolvido no pensamento militar estadunidense, este não é empregado pelos militares russos. Berzins continua:

The Russian New Generation Warfare’s main feature is the idea of asymmetry. [...]. In its classic definition, asymmetry is the strategy of a weaker opponent to fight a stronger adversary. [...] As a result, since the objective of war for the Russian leadership is to achieve political gains, the instruments of warfare may be military or non-military. This

---

<sup>1</sup> Valeri Vassilievitch Gerassimov, em russo: Валерий Васильевич Герасимов é um militar russo. É o atual Comandante das Forças Armadas do país.

means that a direct attack followed by territorial occupation and annexation might not be necessary. Therefore, warfare may be direct or indirect. In the first case, it means disarming and destroying the enemy. In the second, it means to wear down the enemy by a process of gradual exhaustion of capabilities, equipment, number of troops, and moral resistance (BERZINS, 2016, p. 174).

O conceito desenvolvido na academia russa, como podemos ver, também define a atual tendência de guerra irregular como uma tendência que mescla instrumentos militares com instrumentos não militares, que significa, em última instância, que a guerra pode ser feita por meios diretos e por meios indiretos. Ainda, ao conceito de *New Generation Warfare* é acrescentado o elemento do desgaste, de exaustão gradual; ou seja, neste tipo de conflito, o desgaste do inimigo pode ser o que ao fim leva à vitória.

Em suma, a pulverização do poder entre as múltiplas potências no plano internacional não anula a existência de uma hierarquia, na qual os Estados Unidos desponta por suas capacidades militares, capacidades financeiras e capacidade de articulação política em fóruns multilaterais. Portanto, a multipolaridade para a qual caminhamos no século XXI tende a ser construída por diferentes polos de poder que não coincidem em suas capacidades ou interesses geopolíticos.

Neste cenário, ainda que a confrontação direta entre o Ocidente e o Oriente não esteja descartada, é mais apropriado afirmar que há uma tendência para a proliferação de conflitos internacionais de caráter irregular, no qual o enfrentamento direto de grandes potências seja pouco provável devido aos custos materiais que algo destas proporções possuiria. Esses conflitos tendem a ocorrer especialmente em territórios e regiões que dispõem de excedentes energéticos necessários para a manutenção do crescimento econômico de países como EUA e China. Olhando para as necessidades energéticas destes dois países, é possível “visualizar o mapa das disputas e das suas sinergias positivas, através do mundo” (FIORI, 2007, p. 95).

#### **4.2. A GEOPOLÍTICA DO ORIENTE MÉDIO**

O Oriente Médio, região rica em recursos energéticos e localizada em um ponto geográfico estratégico para o fluxo comercial de toda a Eurásia, possui uma geopolítica intrincada desde a fragmentação do Império Turco-Otomano após a Primeira Guerra Mundial. Intervenções das potências ocidentais, disputas pela balança de poder regional, a questão árabe-

israelita, o nacionalismo árabe e as petromonarquias são somente alguns dos elementos que tornam esta uma das regiões mais nevrálgicas e conflituosas do Sistema Internacional. A seguir, analisaremos brevemente a Geopolítica Regional, com os equilíbrios e desequilíbrios entre as potências do Oriente Médio - Israel, Arábia Saudita, Turquia, Iraque, Irã - e a Geopolítica do Imperialismo na região, ou seja, os interesses estratégicos das grandes potências e suas principais relações com os países da região, assim como a Geopolítica Energética das reservas de recursos energéticos e sistemas de transporte, como oleodutos e gasodutos, e seu impacto para as disputas de poder do Oriente Médio.

#### 4.2.1. GEOPOLÍTICA E BALANÇA DE PODER REGIONAL

“*The Middle of what? East of where?*” (MARSHALL, 2015, p. 73). Essa é a primeira pergunta que deve ser feita quando pensamos a formação do Oriente Médio. Os Estados que compõem essa região tal como a conhecemos hoje foram moldados pela imposição das potências europeias, Inglaterra e França, que após a Primeira Guerra Mundial traçaram as fronteiras do Oriente Médio através do acordo de Sykes-Picot, dividindo inicialmente a região entre um norte sob domínio francês e um sul sob domínio britânico. Conforme Marshall cita, “*The Europeans used ink to draw lines on maps: they were lines that did not exist in reality and created some of the most artificial borders the world has seen. An attempt is now being made to redraw them in blood*” (idem). Neste sentido, os atuais conflitos do Oriente Médio podem levar a reorganizações territoriais, balcanização de determinados Estados (como Iraque, Síria e Iêmen) e, no caso do povo curdo, pode inclusive surgir um novo Estado nacional a partir deste grupo étnico que ocupa partes do norte da Síria e do Iraque e do sul da Turquia.

**Mapa 1. Divisões políticas do Oriente Médio, fronteiras em disputa, linha do acordo Sykes-Picot e áreas habitadas pelos curdos**





Fonte: MARSHALL, 2015, p. 76.<sup>2</sup>

Nas últimas cinco décadas o Oriente Médio esteve dividido em três equilíbrios de poder: o árabe-israelense, o indo-paquistanês e o iraniano-iraquiano. Devido à intervenção estadunidense na região no início do século XXI, os três equilíbrios estão desestabilizados ou instintos, especialmente no caso iraniano-iraquiano (FRIEDMAN, 2012).

Israel atualmente encontra-se quase sem limitações impostas por seus vizinhos (Egito, Líbano, Síria, Jordânia), o que leva o Estado israelense a tentar adquirir mais vantagens na região. Conforme Zahreddine e Teixeira:

A manutenção de Israel como grande força militar no Oriente Médio pelo apoio incondicional estadunidense aprofundou a instabilidade regional. Confrontos entre Israel e Hezbollah continuaram nesse período, sendo a guerra de 2006 o evento mais importante desde a retirada israelense do Líbano em 2000. Em 2014, a campanha militar

<sup>2</sup> No mapa não estão inclusos países os quais também são considerados parte do Oriente Médio e que estão localizados no Norte da África.

israelense contra a Faixa de Gaza reforçou ainda mais as posições de grupos fundamentalistas islâmicos na luta contra Israel, Estados Unidos e seus aliados europeus (ZHRREDINE & TEIXEIRA, 2014, p. 82).

Já o Paquistão não oferece mais um claro contrapeso à Índia por conta da Guerra no Afeganistão, a qual é, segundo o discurso oficial do governo estadunidense, uma questão de eliminar as bases da Al Qaeda no país e garantir eleições democráticas. Entretanto, a reverberação dessa guerra para a região da Ásia Central e Península Índica tem sido uma desestabilização do Paquistão, potência nuclear que possui rivalidades históricas com a Índia, outra potência nuclear. A fronteira política entre o Paquistão e o Afeganistão possui pouca relevância prática, sendo que os dois países compartilham grupos e tribos étnicas, o que facilita a disseminação dos impactos da guerra para o país vizinho ao Estado afegão (FRIEDMAN, 2012).

O caso do equilíbrio de poder entre Irã e Iraque é mais complexo ainda. Historicamente, a Arábia Saudita tem sido fundamental para influenciar esse equilíbrio de poder, vide a Guerra Irã-Iraque (1980-1988) em que o apoio saudita ao Iraque foi fundamental para o êxito do país. Após a intervenção estadunidense em território iraquiano em 2003, o país teve seu governo e forças armadas destruídos. Neste contexto, o Irã passou a ter o principal exército da região. Ademais, o país já tem a maior população do Golfo Pérsico (cerca de 70 milhões, contra 30 milhões do Iraque e 28 milhões da Arábia Saudita, sendo a Turquia a única que se aproxima do mesmo número iraniano). Esses são fatores primordiais para o equilíbrio de poder na região, uma vez que a Arábia Saudita possui capacidade geopolítica para contrabalancear a Turquia e o Irã separadamente, mas não os dois ao mesmo tempo, e especialmente não com a retirada das tropas estadunidenses do Iraque. Embora o Irã não possua a capacidade para impor o governo de Bagdá, possui a capacidade para desestabilizar um governo que não esteja alinhado a seus interesses. A ausência de um Estado iraniano forte oferece ao Irã um cenário regional privilegiado, sem poderes rivais em suas fronteiras (FRIEDMAN, 2012). As tensões geopolíticas desdobram-se em uma forte militarização da região:

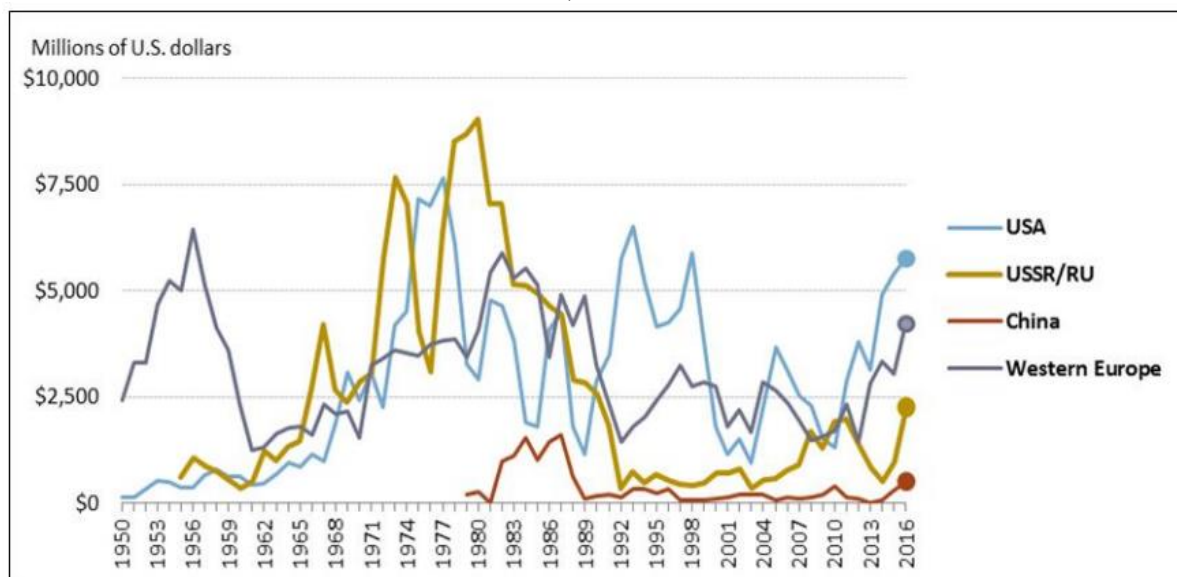
A maioria dos países do Oriente Médio estava diretamente envolvida em conflitos violentos entre 2013–2017, e as importações de armas pelos Estados da região aumentaram em 103% entre 2008–2012 e 2013–17. Durante 2013–2017, 31% das transferências de armas para a região foram para a Arábia Saudita, 14% para o Egito e 13% para os Emirados Árabes Unidos. O Irã, o segundo Estado mais populoso do Oriente Médio, respondeu por 1% das importações de armas para a região. Os EUA forneceram 52% do total transferências de armas para a região, seguidas pelo Reino Unido (9,4%) e pela França (8,6 por cento) (SIPRI, 2017, p. 10).

Conforme a geopolítica do Oriente Médio se complexifica e se torna mais e mais tensionada desde o ponto de vista militar, a militarização da região cresce. Os dados do *Congressional Research Service* (2017) apontam que a região é uma das principais participantes do comércio global de armas, constituindo 61,1% do valor de todos o comércio de armas do mundo em desenvolvimento de 2012 a 2015:

The Middle East is one of the most militarized regions in the world, featuring numerous conflicts or standoffs that involve nearly every state in the region. Israeli leaders, pointing to a series of perceived existential threats including several major wars between Israel and its neighbors, assert a continued need to maintain a large and technologically advanced military. Iran is seen as a threat not just by the United States and Israel, but by nearly every one of its neighbors in the Persian Gulf. Ongoing conflicts in places like Yemen, Syria, and Libya demonstrate the extent to which other states seek to influence outcomes through the use of their own military forces and through arms transfers to local partners (CRS, 2017, p. 3).

Atualmente, Estados Unidos, Rússia e China competem pelas reservas energéticas da região e, conseqüentemente, utilizam o comércio de armas para influenciar a dinâmica geopolítica do Oriente Médio. Os EUA têm suprido a demanda por armas e treinamento militar dos seus parceiros no Golfo Pérsico por anos, e desde o início dos anos 2000 estende esse suporte aos países da Bacia do Cáspio. A Rússia continua suprido as antigas repúblicas da URSS no Cáucaso e na Ásia Central com armas, sendo o maior vendedor de armas do Irã. A China, a última das grandes potências a adentrar este jogo geopolítico, tem repassado armas e tecnologia militar para o Irã e tem conduzido exercícios militares em conjunto com o Quirguistão (KLARE, 2004). Analisemos o gráfico 3 a seguir:

**Gráfico 3. Vendas de armas para o Oriente Médio: valor em dólares estadunidenses, por fornecedor, de 1950 a 2016**



Nota: Total de exportações por fornecedor para todos os Estados do Oriente Médio.

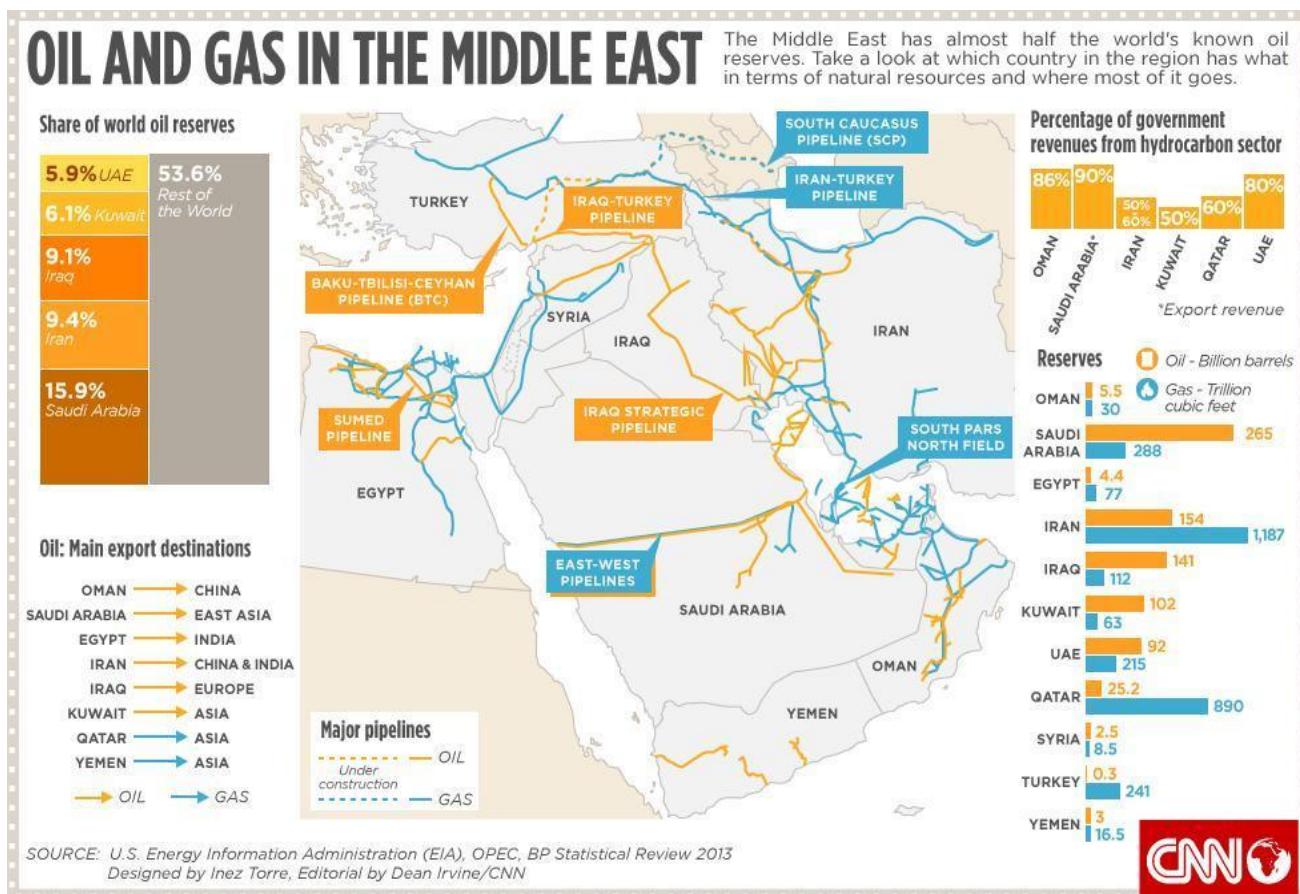
Fonte: Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI). Elaborado pelo Congressional Research Service (CRS) em 2017.

As armas dos Estados Unidos constituíam 46,2% de todos armas entregues ao Oriente Médio de 2008 a 2011, e 45,8% entre 2012 e 2015, superando os do segundo maior fornecedor da região, a Rússia, cujas entregas totalizaram 19,1% e 17,5% de todas as entregas para o Oriente Médio, respectivamente. Muitos governos do Oriente Médio têm na Rússia um fornecedor alternativo ou uma segunda opção, cuja presença pode aumentar a vantagem dos compradores regionais em relação aos EUA. Em 2015, os compradores do Oriente Médio e do Norte da África representaram 36% das entregas de defesa da Rússia, perdendo apenas para a Ásia (42%). Argélia, Egito, Irã, Iraque e Síria têm sido os principais clientes de armas de Moscou por décadas. A China, a sua vez, pode estar fazendo observações para informar sua própria indústria e delinear seus objetivos estratégicos, particularmente no que diz respeito à venda de tecnologias avançadas, como drones, as quais outros fornecedores estão relutantes em compartilhar (TRENIN, 2016; CRS, 2017). O tema das vendas de armas nos leva à Geopolítica do Imperialismo no Oriente Médio.

#### 4.2.2. GEOPOLÍTICA DO IMPERIALISMO NO ORIENTE MÉDIO

A presença de importantes reservas de petróleo e gás no Oriente Médio tem sido um dos principais motivos para a ingerência externa das potências ocidentais na região (Inglaterra, França e Estados Unidos). O Oriente Médio, com suas importantes reservas de petróleo – cerca de 70% do total mundial (KERR OLIVEIRA, 2012, p. 188) – há décadas representa um importante pilar da estratégia geopolítica de dominação estadunidense. O petróleo, principal recurso energético no século XX e também no XXI, possui relevância estratégica e econômica vital para os Estados Unidos. Por este motivo, o controle das principais reservas de petróleo do mundo são essenciais para a manutenção do poderio estadunidense e sua posição no sistema internacional (FUSER, 2013; AMIN, 2004).

**Mapa 2. Reservas e Fluxo de Petróleo e Gás no Oriente Médio**



Fonte: CNN.

Nas últimas décadas do século XX e no início do século XXI os EUA desenvolveram uma estratégia baseada na dominação imperialista, direta ou indireta, de territórios-chave do continente eurasiático, especialmente territórios que contam com alto excedente de recursos energéticos. Durante a Guerra Fria os Estados Unidos mantiveram sua influência sobre o Oriente Médio através de aliados regionais que atuavam como representantes dos seus interesses na região – Arábia Saudita e Irã, após o golpe perpetrado em 1953 – e entre 1940 e 1967 suas empresas passaram a possuir 60% de controle sobre as reservas de petróleo da região (HARVEY, 2004, p. 26). Após a crise de 1973 e a Revolução Iraniana de 1978-1979 a estratégia estadunidense para a região foi modificada, e o país passou a fomentar cada vez mais conflitos entre os países da região, intensificando a belicosidade de sua estratégia de dominação (idem, p. 27) e ampliando sua presença militar no Oriente Médio para securitizar seu acesso e de seus aliados ao petróleo (KERR OLIVEIRA, 2012, p. 195).

A Guerra Irã-Iraque (1980-1988) foi um marco dessa nova estratégia e a Guerra do Golfo (1990-1991) efetivamente permitiu que os EUA aumentassem sua presença militar no Oriente Médio ao mesmo tempo que armavam, sem grandes impedimentos, os seus aliados na região (HARVEY, 2004, p. 27). Neste sentido, a Guerra ao Terror significou a adoção de uma postura mais abertamente unilateral por parte do presidente estadunidense George W. Bush, até mesmo em comparação com a postura de Clinton, que a partir das invasões do Afeganistão (2001) e do Iraque (2003) evidenciou ainda mais a nova estratégia estadunidense.

Ao lado do Afeganistão e do Iraque, a intervenção na Líbia em 2011 representou outro exemplo desta estratégia estadunidense. O “Grande Oriente Médio”, como definido pelas palavras de Bush em 2004 na reunião do G-8, realizada em Sea Islands, EUA, seria “um novo espaço de intervenção geopolítica, que iria do Marrocos até o Paquistão” (FIORI, 2011) que deveria ser reconfigurado através da instabilidade política generalizada e da derrubada de governos, com vistas a impedir o surgimento de potências regionais não-alinhadas aos interesses ocidentais, exatamente a posição internacional a qual a Líbia e o Iraque aspiravam ocupar.

A China, a sua vez, passou a desenvolver relações com o Oriente Médio especialmente após a aproximação da China com os Estados Unidos durante a Guerra Fria (VISENTINI, 2011). O rompimento do isolamento diplomático e a conquista de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas também colabora para a expansão diplomática chinesa. Esta expansão é baseada em uma ambivalência da posição chinesa no Oriente Médio, a qual “refere-

se à guerra Irã-Iraque (1980-1988), em que Pequim conseguiu manter relações cordiais com Bagdá enquanto se tornava o principal fornecedor de armamentos, parceiro nuclear e apoiador nas Nações Unidas de Teerã” (TOMÉ, 2008, p. 111).

Na década de 1980 a presença chinesa na região do Oriente Médio se aprofundou, especialmente pela venda de armas chinesas aos países da região, sendo Egito, Irã, Iraque e Arábia Saudita grandes compradores (JARDIM; SOUZA, 2017, p. 14). A partir das reformas do governo de Deng Xiaoping a China fortaleceu seus laços econômicos na região, através das suas empresas estatais do setor petrolífero e da construção civil, atuando em países como Iraque, Kuwait, Irã, Líbia, Omã, Qatar, Iêmen, Egito e Emirados Árabes Unidos. Essas relações contrariam o senso comum de que a China é um ator novo no Oriente Médio (DIAJIONG; MEIDAN, 2015).

Ainda nos anos 1990 foram estabelecidas relações diplomáticas com Israel (1992), além de haver laços cooperativos com a OLP e depois a Autoridade Palestina, o Hamas e o Hezbollah (TOMÉ, 2008). Em sua atuação no Oriente Médio, portanto, a China segue seu princípio de política externa de “Ascensão Pacífica” (JARDIM; SOUZA, 2017) explorando as oportunidades políticas e econômicas, visando “construir um ambiente regional e internacional favorável ao seu desenvolvimento e ao estabelecimento de relações produtivas que lhe permitiram fortalecer o seu poder econômico e militar e a sua influência política” (TOMÉ, 2008, p. 91).

Neste contexto, o Oriente Médio se configura como a principal fonte de abastecimento para suprir a crescente dependência que a China possui de fontes de energia externas ao seu território. Pelo seu posicionamento, os governos do Oriente Médio em geral favorecem as relações econômicas com a China (TOMÉ, 2008). Ainda, os produtores do Golfo buscam cada vez mais o leste asiático para expandirem suas exportações, com vistas a ascensão econômica e geopolítica da China (DIAJIONG; MEIDAN, 2015).

De acordo com as estatísticas da OPEC, “os Estados Unidos costumavam ser o maior importador de petróleo bruto em todo o mundo”, mas em 2017 “a China superou a maior economia do mundo, importando em média 514.000 b/d mais petróleo do que os Estados Unidos” (OPEC, 2018, p. 55). Assinala-se, por fim, que em 2017, “as importações chinesas totalizaram 8,426 milhões de b/d, contra 7,912 milhões de b/d para os Estados Unidos” (idem). Pela crescente dependência chinesa de importação de recursos energéticos, o Oriente Médio é

compreendido como parceiro central na conformação da iniciativa *One Belt, One Road*, especialmente no corredor comercial China-Ásia Central-Ásia Ocidental. Em junho de 2014 na cerimônia de abertura do sexto *Fórum de Cooperação China-Estados Árabes* o presidente chinês Xi Jinping expressou seu desejo de manter as relações de amizade entre China e Estados Árabes, seguindo as tradições construídas desde a Rota da Seda original para a parceria na nova iniciativa OBOR (JIAN, 2017).

Para conceber tal parceria, Xi Jinping, em discurso na Sexta Conferência Ministerial do Fórum de Cooperação China-Estados Árabes<sup>3</sup>, sediada em Bagdá em 2014, apresenta uma estrutura de cooperação através da fórmula “1+2+3”, na qual (1) a energia constitui o núcleo, (2) construção de infraestrutura e comércio/finanças servirá como duas asas impulsoras e (3) os passos anteriores se reforçariam pela cooperação para o desenvolvimento de alta tecnologia, no campo da energia nuclear, espaço satélite e novas energias.

Segundo o documento *Vision and actions on jointly building Silk Road Economic Belt and 21st Century Maritime Silk Road* divulgado em 2015 pelo Departamento chinês de Desenvolvimento e Reforma, o Oriente Médio servirá como eixo entre a rota que ligará China e Golfo Pérsico ao Mar mediterrâneo através do Mar do Sul da China e o Oceano Índico, acarretando benefícios econômicos adicionais. Os benefícios irão de encontro com a busca chinesa pelo aumento do comércio bilateral com a região nos próximos 10 anos, o aumento em investimento não-financeiro nos mercados árabes, a aceleração das negociações de uma área de livre comércio entre China e o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) e a impulsão da participação dos estados da CCG no *Asian Infrastructure Investment Bank*.

O Estado chinês buscará coordenar estratégias nacionais de desenvolvimento com o OBOR, como por exemplo a articulação entre China e Egito com um plano nacional de revitalização, um projeto de uma zona de cooperação econômica e comercial, nomeado de Egito Suez. Seguindo o exemplo egípcio, a Arábia Saudita e Omã, assim como outros países da região, buscam a China para estabelecer zonas industriais semelhantes (JIAN, 2017).

---

<sup>3</sup> Embassy of China in Iraq. **Xi Jinping Attends Opening Ceremony of Sixth Ministerial Conference of China-Arab States Cooperation Forum and Delivers Important Speech Stressing to Promote Silk Road Spirit and Deepen China-Arab Cooperation.** Maio de 2014. Disponível em: <<http://iq.chineseembassy.org/eng/zygx/t1164662.htm>>. Acesso: 30 jun. 2018.



A China gradativamente passa a ter uma atuação mais ativa nas questões que desestabilizam o Oriente Médio, a partir da cooperação com outros poderes e organizações internacionais, pretendendo alcançar um ambiente regional seguro e estável para a realização das suas metas. É possível identificar os primeiros passos da China para se tornar um agente estabilizador ao observar seu papel nas negociações sobre o programa nuclear iraniano para fins civis e no envio de um embaixador a Síria para ajudar nas negociações e na reconstrução do país (JIAN, 2017).

Entretanto, é necessário ressaltar que o interesse chinês na paz da Síria, país mais estratégico da região, pois é a porta de saída asiática para a Europa, vai diretamente ao encontro dos objetivos do OBOR. Em 2013, o governo sírio assinou um acordo com o Irã e o Iraque para a construção do gasoduto Irã-Iraque-Síria, projeto que torna a Síria um grande centro de armazenamento e distribuição de gás no Oriente Médio e que, por sua vez, favorece os interesses de Rússia e China (ABEGÁS, 2015). O interesse chinês advém do fato de comprarem gás natural liquefeito (GNL) do Qatar, hoje o maior exportador mundial, e estes se encontrarem no meio de uma guerra relacionada ao acesso ao território sírio para escoamento de gás natural. Ademais, a China visa o fortalecimento da cooperação energética, indo além do petróleo e gás natural e estimulando a cooperação em energia solar, eólica e outras fontes de energia renováveis. Seguindo o apoio dado ao projeto iraniano de desenvolvimento de energia nuclear, Pequim está disposta a estender esse apoio a outros países da região (JIAN, 2017).

Há um longo histórico de relações da Rússia com o Oriente Médio, o qual influencia as relações do país com a região até os dias atuais:

Present-day Russian activism in the Middle East builds upon historical experience. For over two centuries, Russian foreign policy was focused on displacing the Ottoman Empire from the Black Sea region and the Balkans. Persia was de facto divided between Russia and Britain into respective zones of influence. St. Petersburg's designs on Constantinople and the Turkish Straits were a main reason Russia joined World War I. The Soviet Union's active involvement in the Middle East began in the mid-1950s, and soon resulted in an intense rivalry with the United States. A number of Arab countries, including Algeria, Egypt, Iraq, Libya, South Yemen, and Syria, were, for a period of time, Soviet clients and quasi-allies in the Cold War. The Soviet Union helped establish the state of Israel, but later became disappointed with it and backed Israel's Arab foes and the Palestine Liberation Organization (TRENIN, 2016, p. 2).

Na década de 1990 o país esteve afastado das questões do Oriente Médio. O retorno da presença russa na região a partir da Guerra na Síria marca a reorientação da política externa do Kremlin, a qual está voltada para recuperar o status de grande potência do país, uma vez que uma grande potência jamais poderia ignorar uma região tão próxima geograficamente e tão rica em hidrocarbonetos como é o Oriente Médio. Deste objetivo central - reafirmar-se como grande potência - desdobram os secundários, como a contenção do radicalismo islâmico, o qual poderia expandir-se para a Rússia e suas fronteiras imediatas, apoiar regimes e forças da região que são aliados geopolíticos, estabelecer minimamente a presença militar russa dentro e ao redor da região, expandir a participação russa no comércio regional, especialmente nos mercados nuclear, de petróleo e gás e alimentos, atrair investimentos para a Rússia, especialmente oriundo dos países do Golfo Pérsico, e apoiar os preços do setor energético através da coordenação de políticas com os principais produtores de petróleo e gás no Golfo (TRENIN, 2016).

No presente momento, as prioridades estratégicas da Rússia no Oriente Médio são a condução do processo de negociações no conflito sírio, o estreitamento dos laços de cooperação com o Irã, relações futuras com o Egito, o Iraque e os curdos, tanto os que estão na Síria quanto os do Iraque, além de manter relações pragmáticas com a Arábia Saudita e não se distanciar completamente de Israel. A estabilidade da região também é um dos interesses russos, uma vez que a população islâmica dentro do território russo e em seus países vizinhos é crescente: 12% da população russa é muçulmana, e cada vez mais áreas do país estão populadas por muçulmanos. Neste sentido, é interessante para o país a estabilização do Oriente Médio e o enfraquecimento dos movimentos islâmicos extremistas, os quais apresentam uma possibilidade de instabilidade inclusive para a Rússia, por conta de sua população muçulmana (TRENIN, 2016).

A Síria representa o retorno da Rússia para o epicentro das relações internacionais como um claro polo de poder (PICCOLLI; MACHADO; MONTEIRO, 2016). As forças armadas russas, as quais ainda se encontram em processo de transformação e modernização após o desmonte pelo qual passaram nos anos 1990, pela primeira vez estão atuando em um país árabe, através da sua aeronáutica e marinha. A participação na Síria também é importante para a indústria de defesa russa, a qual tem nos países do Oriente Médio e Norte da África importantes compradores. A indústria bélica russa espera que o desempenho na Guerra na Síria atraia ainda mais compradores na região, especialmente entre os países do Golfo Pérsico (TRENIN, 2016).

A sua indústria energética também tem importantes interesses na região, especialmente a nuclear, representada pela Rosatom (empresa estatal de energia nuclear) que construiu reatores no Irã e trabalha atualmente em projetos na Turquia, no Egito e na Jordânia. Lukoil (empresa privada de petróleo) tem atividades no Iraque. A Gazprom (empresa estatal de gás) é o principal fornecedor de gás para a Turquia e tem projetos de gasodutos que passariam pelo país, chegando até a o sudeste europeu. A Rússia também busca aproximar-se da OPEC, por ser um dos maiores produtores de petróleo do mundo. Juntamente com o Catar e o Irã o país faz parte do Fórum de Países Exportadores de Gás. Ademais, *“Russia is also a top supplier of grain to Egypt. Until 2015, several million Russian tourists went on vacation each year to Turkey and Egypt. Russians have a major interest in technological cooperation with Israel, a country with which they enjoy visa-free travel”* (TRENIN, 2016, p. 2).

A atuação russa na Síria também se relaciona com o histórico de relações dos dois países e do potencial geográfico que a Síria possui:

Syria is the only Arab country whose friendly relations with Moscow have not been broken since the 1950s. During the last two decades of the Cold War, then president Hafez al-Assad was a staunch ally of the Soviet Union. In the 1990s and the 2000s, the relationship became more distant but still friendly. The conflict in Syria, which broke out in 2011, has given it a wholly different quality. [...] Geographically, Syria is positioned between Moscow’s other allies: Iran, Iraq, and the Kurds to the north and east, and Egypt to the southwest. These countries, stretching from the Caspian Sea and the Persian Gulf to the Mediterranean and Red Seas, would form a new axis of Russia’s friends in the region (TRENIN, 2016, p. 3).

A Rússia controla uma importante rede de gasodutos e oleodutos que interligam a Bacia Cáspia e a Ásia Central com a Europa Ocidental e o leste europeu. O controle dessas rotas de escoamento dos recursos energéticos são centrais para a política externa russa, não somente pela renda extraída desse comércio mas também pela vantagem política que elas conferem a Moscou, sendo essa a razão pela qual os Estados Unidos buscam diminuir o controle russo sobre o fluxo energético na região (KLARE, 2004). Abaixo podemos analisar com maiores detalhes o fluxo de recursos energéticos no Oriente Médio através dos seus oleodutos e gasodutos:

### **Mapa 3. Oleodutos e Gasodutos no Oriente Médio**



Fonte: South Front.

Em menos de 10 anos, o Oriente Médio passou de uma região em que a predominância geopolítica dos Estados Unidos era incontestável para uma região de disputa entre Washington e Moscou. A estratégia russa, incluindo acordos econômicos, militares e tecnológicos com os diversos países que compõem o Oriente Médio, tem atraído aliados e estabelecido a Rússia como uma alternativa à presença geopolítica dos Estados Unidos na região:

Since Moscow's demonstration of strength (with Iran's help) in Syria, the Russians have asserted themselves as a credible alternative to the Americans with traditional U.S. allies. With arms sales, economic deals, and diplomatic maneuvering, Russia has been effective in pulling Turkey and Egypt away from the United States, though not completely, and closer to Russia's orbit. Saudi Arabia's King Salman traveled to Moscow last October — the first ever visit by a Saudi king — to talk oil prices and hedge against American retrenchment. And now that the United States is the world's leading producer of petroleum, there is likely to be more cooperation between the Russians and the Arab Gulf states in an effort to ensure that global oil prices are favorable to their interests. Even the Israelis have repeatedly beaten a path to Moscow

over the last few years in hopes of persuading Putin to look after their interests in Syria (COOK, 2018, s/p).

Quarenta anos após os Estados Unidos terem se instalado como a principal potência externa com presença geopolítica no Oriente Médio, o desengajamento estadunidense na região, que se iniciou sob a administração Obama e se intensificou sob a administração Trump, combinado com os esforços diplomáticos e militares da Rússia, têm modificado a geopolítica do imperialismo no Oriente Médio (FREILICH, 2018).

Hoje, as guerras apoiadas pelos EUA na Ucrânia e na Síria são apenas dois *fronts* de uma mesma guerra estratégica cujo objetivo final é conter a ascensão dos polos de poder euroasiáticos, Rússia e China. Em cada um desses *fronts* o controle de oleodutos e gasodutos é fundamental. Os gasodutos interligando a Rússia à UE via Ucrânia e aqueles ligando o Irã à UE via Síria são fundamentalmente estratégicos para a geopolítica do imperialismo. Em linhas gerais, podemos afirmar que o pensamento neoconservador de Washington enxerga na Síria a chave para o controle geopolítico do Oriente Médio, uma vez que da Síria se abre uma porta de entrada para toda a Eurásia e, conseqüentemente, para a Rússia, assim como para a China, através da Nova Rota da Seda (ENGDAHL, 2018).

### **4.3. O CONFLITO SÍRIO**

A Síria, país cujas fronteiras foram traçadas pela imposição das potências europeias (Inglaterra e França) no século XX (CLEVELAND, 2009), encontra-se há mais de sete anos mergulhada em um intenso conflito, o qual é travado por inúmeras forças internas e externas ao território sírio. Este conflito ocupa uma posição central dentro da estratégia perpetrada pelos Estados Unidos desde a primeira Guerra do Golfo: um plano de reconfiguração das fronteiras do Oriente Médio, visando o controle geopolítico sobre a região e seus recursos energéticos (HARVEY, 2004).

#### **4.3.1. FORMAÇÃO ÉTNICA E RELIGIOSA DO TERRITÓRIO SÍRIO**

Existem inúmeros aspectos geográficos e territoriais que transformam a Síria em um ponto-chave para a geopolítica do imperialismo. A Síria é o primeiro país na fronteira do conflito árabe-israelense, além de ser o ponto que interliga a Ásia ao Mediterrâneo e à Europa e um importante corredor que interliga os países do Golfo Pérsico ao norte e, mais uma vez, ao Mediterrâneo. Sua posição geográfica é de suma relevância estratégica para os fluxos comerciais e energéticos de toda a Eurásia (SALAMEH, 2014).

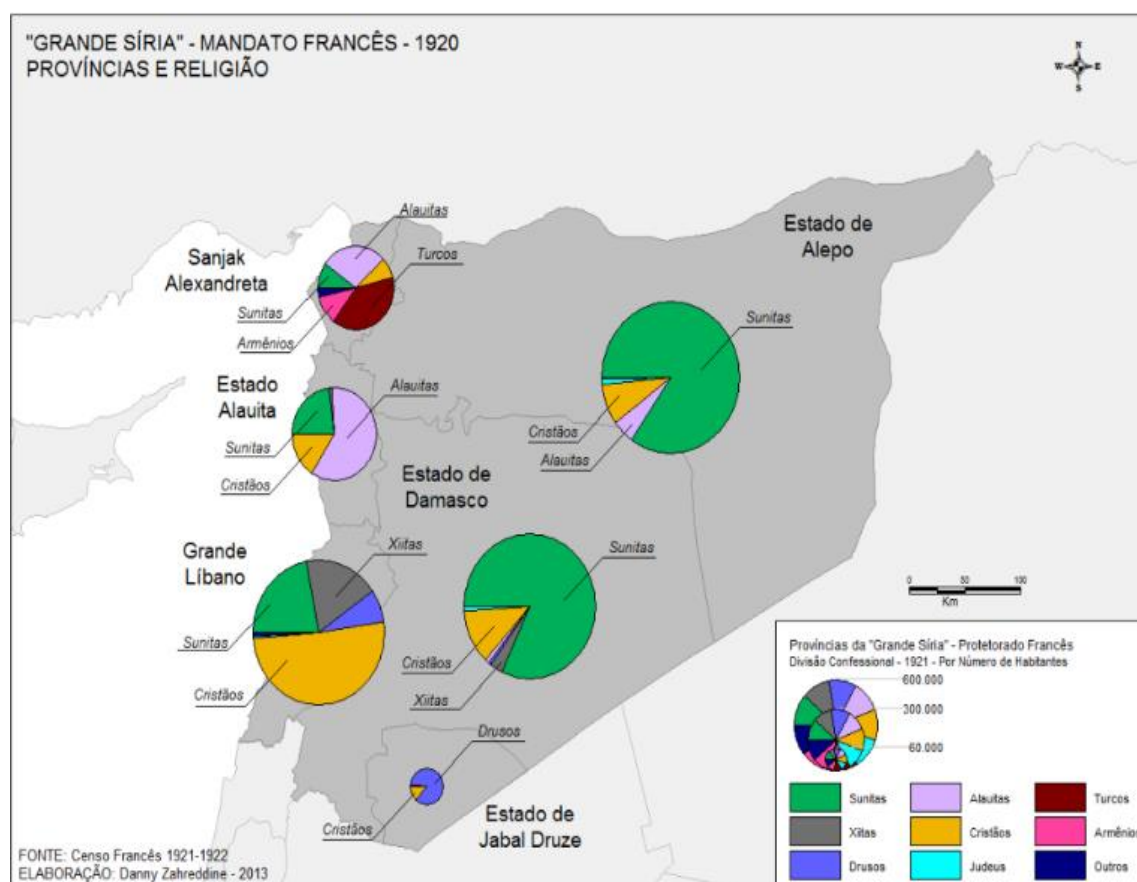
Após a Primeira Guerra Mundial, os acordos secretos de Sykes-Picot entre Reino Unido e França traíram a promessa feita durante a guerra da criação de um Estado Árabe unificado e os territórios do Oriente Médio foram divididos em zonas de influência britânicas e francesas. Durante o mandato francês da Síria e do Líbano (1920), o ideal da “Grande Síria” como uma região que ocupasse basicamente o Crescente Fértil e possuísse unidade política influenciou partidos nacionalistas do Oriente Médio. Àquela época, a “Grande Síria” compreendia os territórios do Líbano, da Síria e da província turca de Hatay (ZAHREDDINE, 2013).

A estratégia de “dividir para governar”, ou de balcanização, passou a ser empunhada pelo ocidente na Síria desde o mandato francês, uma vez que a França pretendia enfraquecer movimentos nacionalistas que ameaçassem seu domínio neocolonial na região. O território sírio foi então dividido a partir de um censo demográfico elaborado em 1921 pelo governo francês, a

partir do qual o país passava a ser formado por diversas unidades políticas, étnicas e religiosas, para impedir o fortalecimento da identidade nacional síria (CLEVELAND, 2009, p. 219).

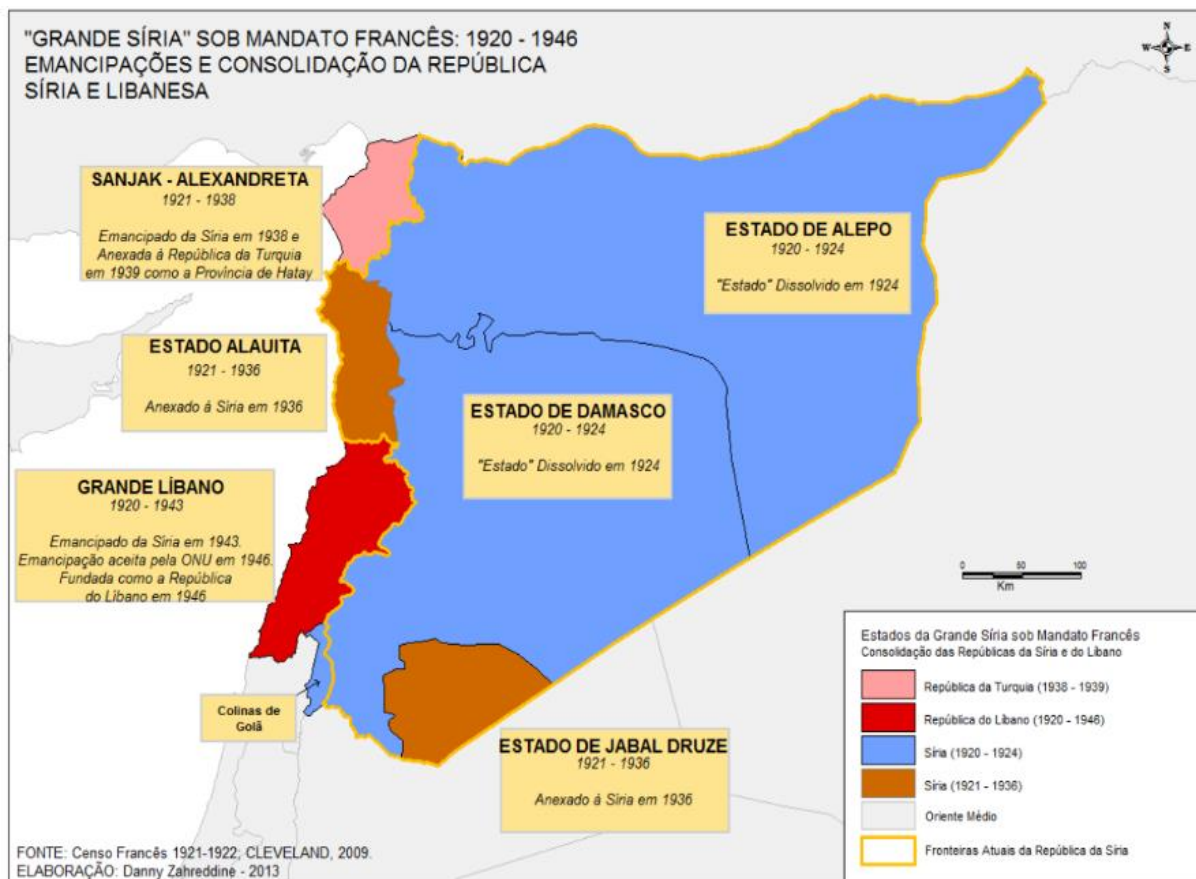
Entre 1920 e 1923 a França dividiu a Síria em seis Estados, visando a possibilidade de que estes viessem a se tornar repúblicas independentes conforme a conveniência do Ocidente, sendo: o Estado de Aleppo, o Estado de Damasco, o Estado de JabalDruze, o Estado Alauita, a Província de Alexandreta (Hatay) e o “Grande Líbano”. Os limites territoriais da Síria sob Mandato francês possuem um elemento étnico/religioso importante: duas províncias eram de maioria Sunita (Estado de Aleppo e Estado de Damasco), uma de maioria Drusa (Estado de JabalDruze), uma de maioria cristã (Grande Líbano), um Estado de maioria Alauita (Estado Alauita) e uma província autônoma de maioria Turca, a Província de Alexandreta (CLEVELAND, 2009, p.221 e 222).

**Mapa 4. Províncias e Religião na Síria em 1920**



Fonte: ZAHREDDINE, 2013.

### Mapa 5. Emancipações e consolidação da República Síria e Libanesa



Fonte: ZAHREDDINE, 2013.

Como podemos observar nos mapas 4 e 5, a divisão política imposta pelos franceses forjou um território altamente fragmentado do ponto de vista étnico-religioso, o que historicamente levou a diversos movimentos separatistas no país, havendo vários processos de emancipação até a consolidação final do território sírio ao ano de 1946, quando o país se independentizou da França. Os sírios, por estas razões, acreditavam que o acordo Sykes-Picot era uma violação à integridade territorial da Síria (FRIEDMAN, 2012).

#### 4.3.2. ESCALADA E OS PRIMEIROS ANOS DA GUERRA (2011-2014)

A Síria já estava nos planos estratégicos dos Estados Unidos pelo menos desde 2003 (VIZENTINI, 2003, p. 14) quando Assad já era acusado de possuir armas de destruição massiva. A tendência geral que pode ser observada nesta estratégia é que, a longo prazo, pretende-se criar



as condições regionais favoráveis para se lançar uma ofensiva sobre o Irã e finalizar com o Estado persa a reconfiguração territorial do Oriente Médio, uma reconfiguração que favoreça os Estados Unidos.

Nota-se, entretanto, uma diferença nas características dos conflitos no Iraque e na Líbia para as do conflito na Síria: o conflito sírio conta com o envolvimento direto de inúmeros atores regionais, cada um representando a diferentes interesses locais e internacionais, o que o caracteriza como uma guerra *proxy* (KERR-OLIVEIRA, BRITES & REIS, 2013) ou guerra híbrida, ainda mais marcada pelo sectarismo do que as guerras anteriores, e neste caso a instabilidade interna gerada pelos elementos étnico-religiosos são os principais meios utilizados para a tentativa de mudança de regime político no país, e não a invasão direta estadunidense.

As agitações em território sírio se iniciaram em 2011, com o advento da Primavera Árabe, um movimento baseado em manifestações visando a mudança de regimes em diversos países do Grande Oriente Médio. As manifestações que começaram na Tunísia logo se espalharam pela maior parte do mundo árabe, chegando ao Egito, Iêmen, Arábia Saudita, Bahrein e outros. Na Síria, o aprofundamento da pobreza e o desemprego entre a população jovem foram alguns dos motivos que motivaram as manifestações populares:

The antigovernment demonstrations began in the southern city of Daraa in March 2011. Police had arrested several preteen school children for writing antiregime graffiti on walls of a school. As in the past, police beat and tortured the youths. But this time, the people of Daraa reacted angrily and publically. Over six hundred protestors confronted the local governor, demanding freedom for the injured children. Security forces attacked and killed two protestors (ERLICH, 2014, p. 48).

Após o episódio em Daraa, as manifestações se espalharam pelo país. Inicialmente, a maioria das manifestações não continham atos violentos, mas isto foi se alterando gradativamente. Em julho de 2011 desertores do Exército Sírio formaram o Exército Sírio Livre - ESL, ou FSA na sigla em inglês. A partir desta deserção massiva a violência passou a se generalizar, ocorrendo ataques de ambos os lados, tanto da oposição quanto do governo (ERLICH, 2014).

As agitações políticas na Síria, cujo gatilho estava na confluência de escassez de energia e consequente aumento dos preços, foram rapidamente exploradas. De acordo com Ahmed (2013) forças do Exército Sírio já estavam recebendo treinamento dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha desde o início de 2011: “Leaked emails from the private intelligence firm Stratfor

including notes from a meeting with Pentagon officials confirmed US-UK training of Syrian opposition forces since 2011 aimed at eliciting ‘collapse’ of Assad's regime ‘from within.’” (AHMED, 2013, s/p). Ainda, o autor considera que o estopim da Guerra na Síria se relaciona diretamente com a geopolítica dos gasodutos no Oriente Médio:

In 2009 - the same year former French foreign minister Dumas alleges the British began planning operations in Syria - Assad refused to sign a proposed agreement with Qatar that would run a pipeline from the latter's North field, contiguous with Iran's South Pars field, through Saudi Arabia, Jordan, Syria and on to Turkey, with a view to supply European markets - albeit crucially bypassing Russia. An Agence France-Presse report claimed Assad's rationale was “to protect the interests of [his] Russian ally, which is Europe's top supplier of natural gas” (AHMED, 2013, s/p).

Ahmed ressalta que, logo após negar o acordo com o Qatar, o governo Assad assinou o acordo do gasoduto Síria-Irã-Iraque, o que impactaria diretamente nas relações do Oriente Médio com o mercado energético europeu. O acordo entre os países do Golfo Pérsico e o Estado sírio possui o potencial para intensificar a exportação de gás da região para a União Europeia, o que foi utilizado pela Arábia Saudita no início do conflito para tentar barganhar com a Rússia (AHMED, 2013).

Neste sentido, a guerra na Síria conta com a participação de múltiplos atores, desde as grandes potências, passando pelas potências regionais e chegando a grupos rebeldes que combatem o governo Assad ao mesmo tempo que disputam territórios entre si. Trata-se de um conflito que se desenrola em inúmeros *fronts*, o que cria um cenário de disputa bélica altamente caótico que muitas vezes ultrapassa as próprias fronteiras do território sírio e que é utilizado pelo Ocidente e seus aliados como pretexto para suas intervenções, sejam estas indiretas ou não.

Existem grupos rebeldes de composição étnica, como os curdos, bem como um grupo formado por desertores do exército sírio apoiados pelos turcos, o Exército Sírio Livre - ESL, e grupos fundamentalistas como a Al-Nusra, que contém em sua composição mercenários líbios e chechenos e era ligada a Al-Qaeda, além de ser apoiada pela monarquia saudita (KERR-OLIVEIRA, BRITES & REIS, 2013). A partir de 2016, a Al-Nusra rompeu com a Al-Qaeda e assumiu o nome de Hay'et Tahrir al-Sham (PETKOVA, 2018). Outro importante grupo fundamentalista é o Daesh (Estado Islâmico ou ISIL/ISIS na sigla em inglês) que invadiu a Síria através da fronteira com o Iraque seguindo o rio Eufrates até a fronteira turca, e de 2015 a 2017 controlou a maior parte da porção central do território sírio, sendo um dos grupos rebeldes que

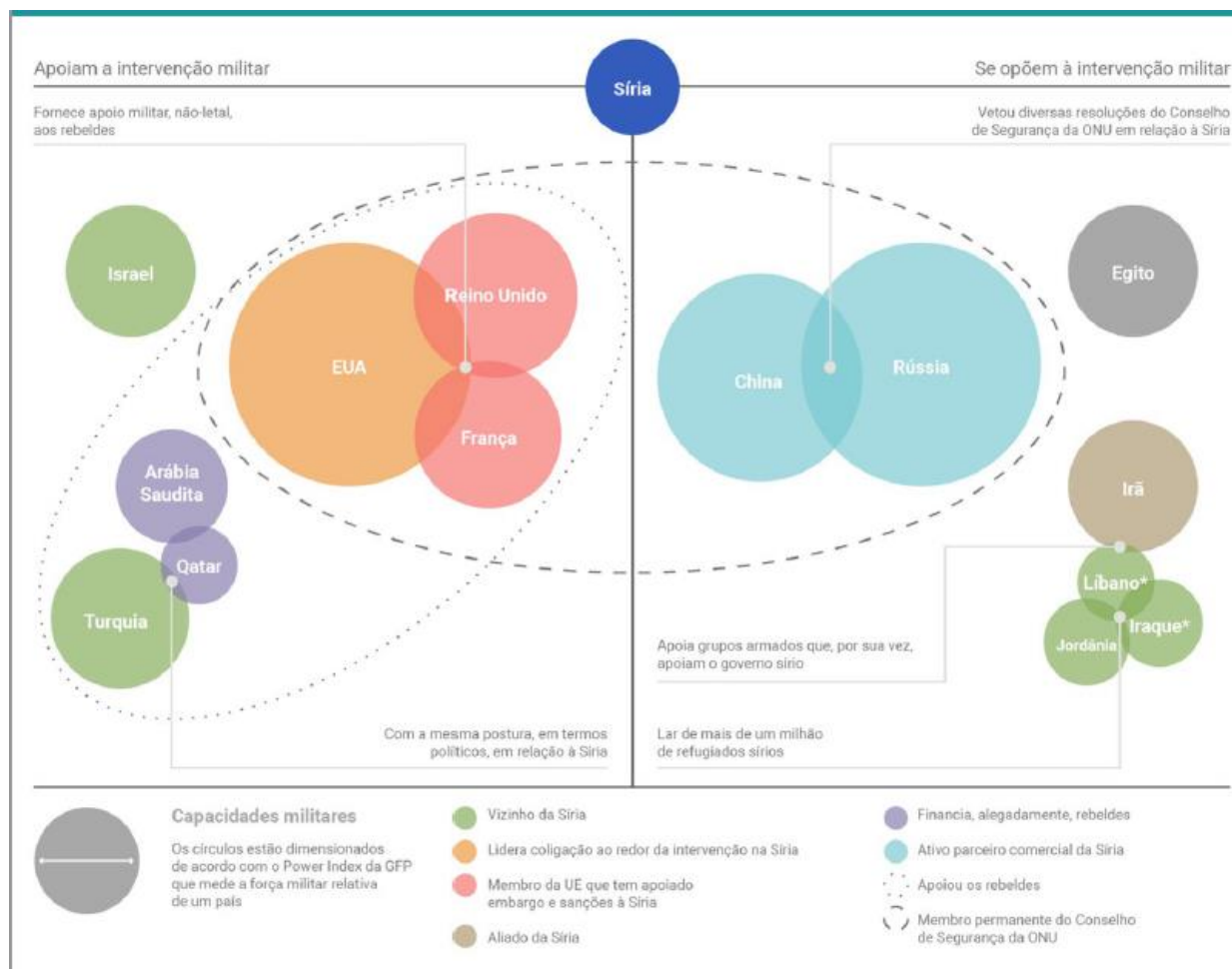
mais conquistou territoriais contra o governo Assad. Por essa razão, o fundamentalismo é um elemento imprescindível para entender o conflito sírio, uma força política ainda muito controversa cujas origens remontam às primeiras intervenções ocidentais no Oriente Médio.

A multiplicidade de atores envolvidos reflete a divisão étnica-religiosa da Síria, que foi elaborada a partir do censo demográfico feito pelo governo francês durante o seu mandato do Grande Líbano em 1921, segundo o qual o país foi dividido em diversas unidades políticas, étnicas e religiosas, para impedir o fortalecimento da identidade nacional síria. A formação do Estado sírio acompanhou o processo geral de formação dos outros Estados da região, processos dirigidos pelos mandatos ingleses e franceses do pós-Primeira Guerra Mundial, delimitados por fronteiras pensadas para atender aos interesses ocidentais, com poucas condições para a construção de uma forte identidade nacional comum, o que propicia o surgimento do sectarismo (CLEVELAND, 2009).

Além destes elementos, há a participação de potências regionais rivais dentro do Oriente Médio, como a Arábia Saudita e a Turquia, que apoiam grupos rebeldes, e o Irã, que conjuntamente com o Hezbollah (organização política libanesa) forma uma coalizão pró-Assad. Trata-se de um conflito com dimensões geoestratégicas, etno-religiosas e históricas, com forças internas e externas ao território sírio se enfrentando em diversos momentos.

Há ainda, além das forças internas e das potências regionais, o envolvimento de potências extra-regionais, as grandes potências como Estados Unidos, Europa Ocidental e Rússia, cada uma desempenhando um papel estratégico no conflito. De um lado, Estados Unidos e Europa Ocidental desde o início do conflito adotaram uma postura de oposição ao governo Assad e apoiaram grupos rebeldes convenientemente denominados “moderados”, primeiramente visando a instabilidade e mudança do regime sírio e, conforme o conflito se adensava e a deposição de Assad não se concretizava, fomentando a balcanização do território sírio.

### **Figura 2. Países contra e a favor do governo Assad no conflito sírio**



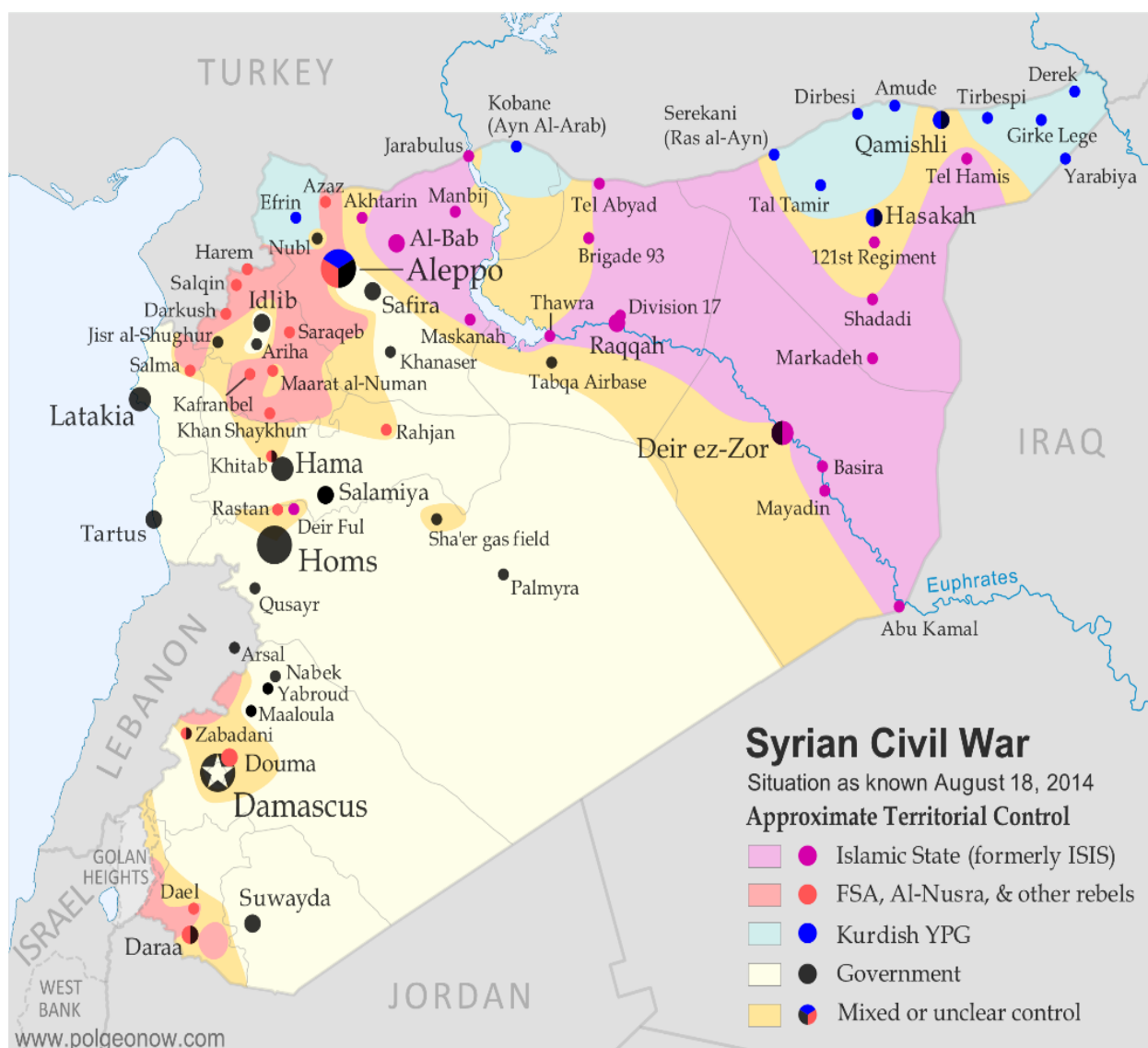
Fonte: Al Jazeera.

A Rússia foi a grande potência responsável por questionar a unilateralidade estadunidense e impor novos rumos à guerra, o que se deve tanto à qualidade do governo Assad de aliado histórico dos russos e ao posicionamento estratégico que a base naval de Tartus possui quanto à estratégia russa para o Oriente Médio. A partir de 2013 a Rússia passou a ter uma posição mais assertiva no conflito e freou a tendência que se mantinha desde a queda de Gaddafi, na qual o avanço dos interesses dos EUA e seus aliados por todo o Oriente Médio seguia sem grande resistência (KERR-OLIVEIRA, BRITES & REIS, 2013).

Desde o início do conflito sírio em 2011 até agosto de 2014 as forças de Assad controlaram efetivamente as regiões de maioria alauíta, cristã e xiita, ao sul e ao leste do território sírio. Neste período as províncias de Homs e Damasco foram os principais pontos de confrontos entre o governo sírio e o Exército Sírio Livre aliado a Al-Nusra e outros rebeldes.

Toda a região norte da Síria se conformou durante os primeiros anos da guerra como uma zona de pretensão dos curdos e do Daesh, que controlava Raqqah desde 2013. As forças do governo sírio estavam separadas da região norte pelo deserto que compõe a região central do seu território, o que facilitou em certa medida as pretensões separatistas dos sunitas e dos curdos e confinou as forças governamentais em Deir ez-Zor desde 2014, quando a cidade foi cercada pelo Daesh.

**Mapa 6. Controle territorial da Síria em 18 de agosto de 2014**



Elaboração de Evan Centanni. Fonte: Political Geography Now <www.polgeonow.com.br>.

#### **4.3.3. INTERVENÇÃO RUSSA E RETROCESSO DO ESTADO ISLÂMICO (2015-2018)**

A partir de 2015 o Daesh, repellido das suas posições no norte e em parte do Iraque pelas forças curdas, passou a avançar cada vez mais para o interior do território sírio, conquistando Palmyra e todo seu entorno, o que pressionou ainda mais as forças governamentais que resistiam no centro da Síria e intensificou o isolamento de Deir ez-Zor. Em setembro de 2015 a Rússia passou a intervir diretamente no conflito, através de ataques aéreos contra alvos inimigos do governo de Assad. Entre o final de 2015 e os primeiros meses de 2016, o Daesh controlava a

maior parte do território sírio, enquanto os curdos mantinham firmes posições ao norte do país e demais forças rebeldes aumentavam seus territórios ao leste e ao sul. Neste ponto do conflito, a estratégia estadunidense estava em seu pleno funcionamento, com todos os aspectos do conflito apontando para um desfecho favorável aos interesses do país norte-americano.

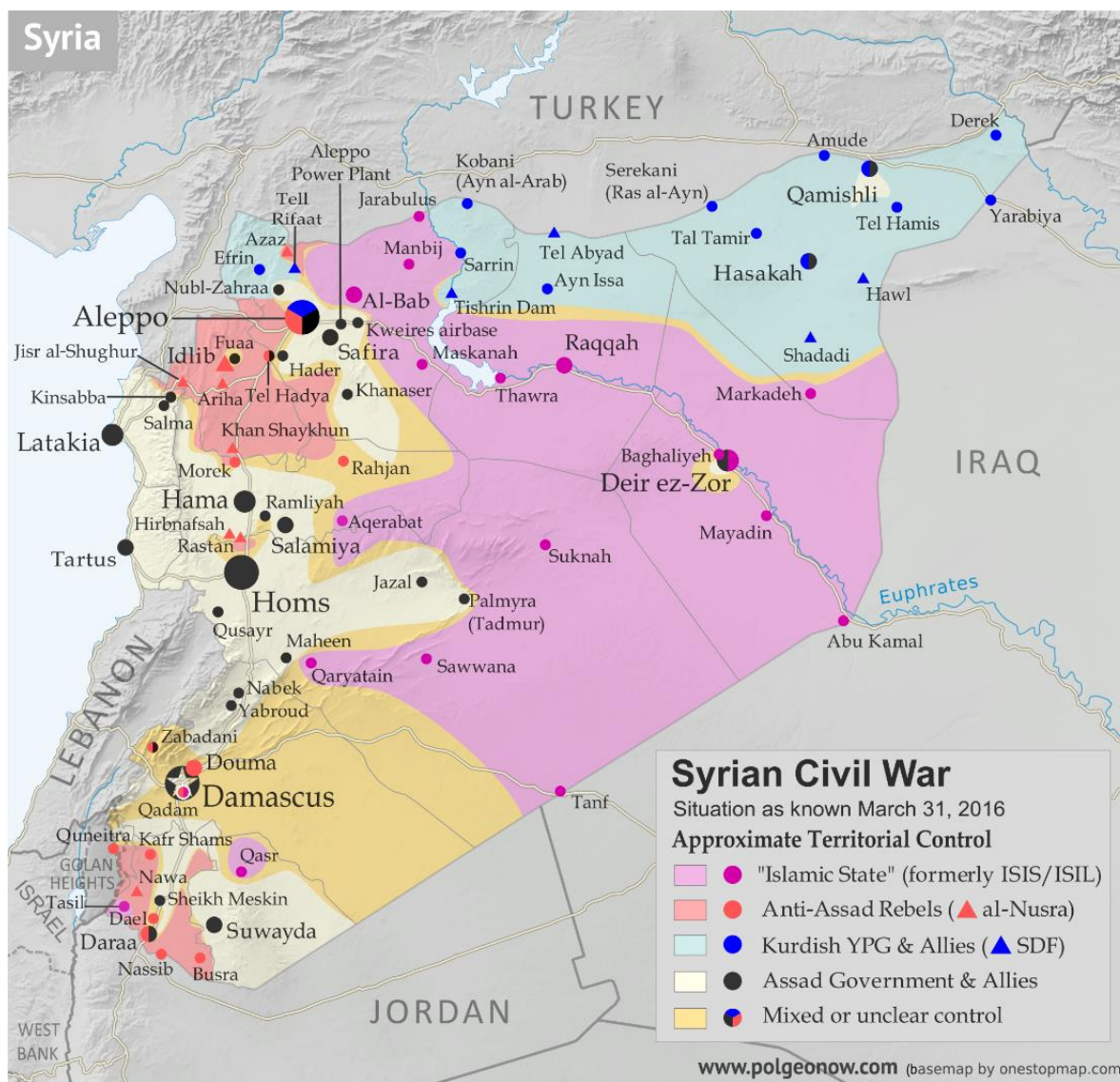
Apenas aos poucos, após alguns meses do início da intervenção russa, as perdas territoriais sofridas pelo governo sírio para os rebeldes e grupos fundamentalistas começam a ser revertidas pelas forças da coalizão pró-governo, composta pela milícia NDF (sigla em inglês para Forças Nacionais de Defesa), o Hezbollah, o Irã e a Rússia. A intervenção russa é decisiva para que a coalizão pró-governo passe a adotar a estratégia ofensiva que está rendendo resultados positivos para Assad.

Isto pode ser observado no fato de que ainda em 2016 intensificaram-se as zonas de disputa entre o exército sírio e o Daesh. O epicentro do conflito foi deslocado para Aleppo, uma das maiores cidades sírias e onde está a mais importante central termoelétrica do país, e Palmyra, na qual está localizado o campo de gás de Shaer<sup>4</sup>. Após a retomada de Palmyra a coalizão pró-governo voltou-se para Aleppo, até então em disputa por diversas forças envolvidas no conflito sírio.

---

<sup>4</sup> Informação retirada do “*Fabrice Balanche and Mary Kalbach Horan from International Energy Agency*”, relatório do *The Washington Institute for Near East Policy* de dezembro de 2016.

Mapa 7. Controle territorial da Síria em 31 de março de 2016

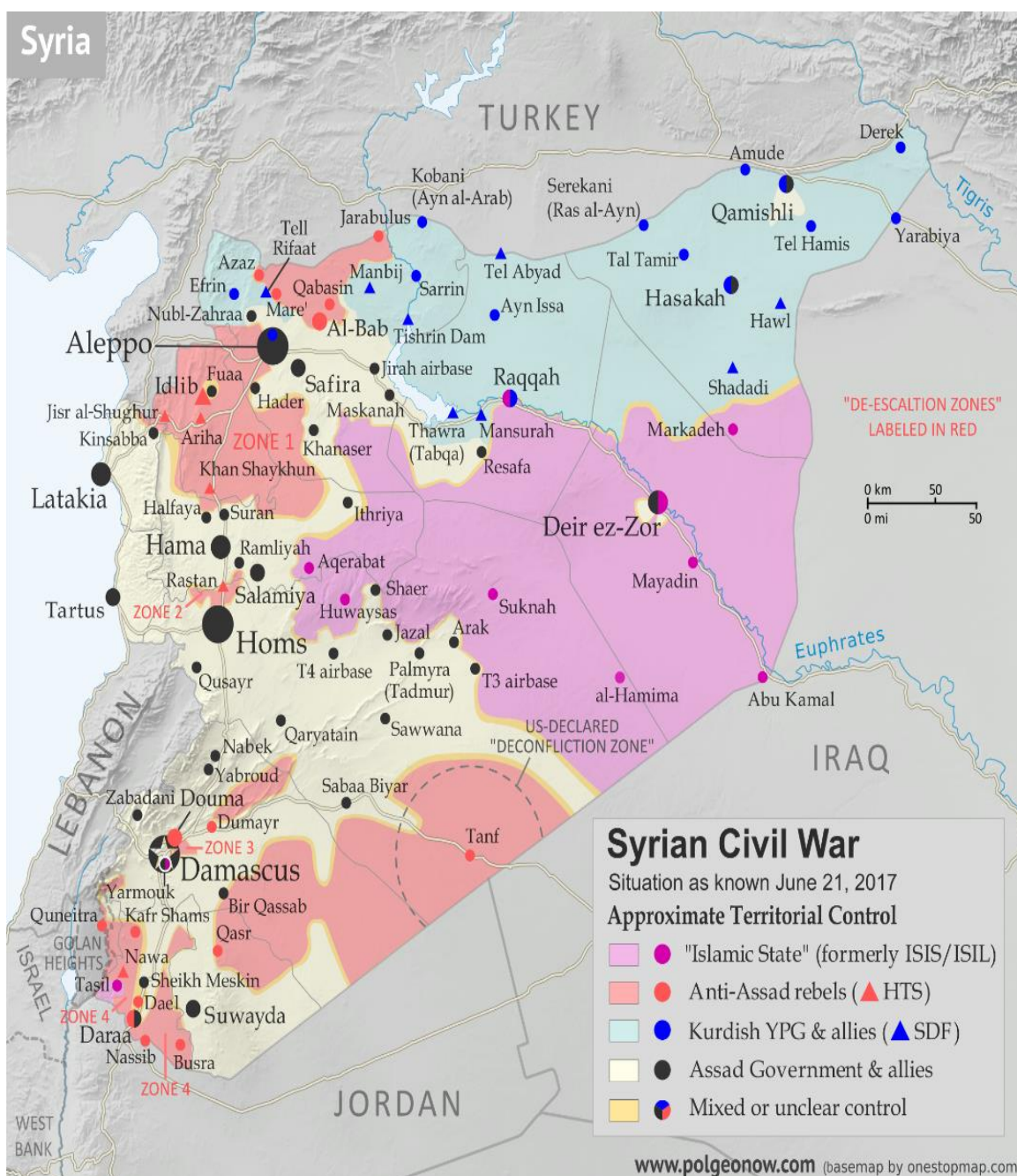


Elaboração de Evan Centanni e Djordje Djukic. Fonte: Political Geography Now <[www.polgeonow.com.br](http://www.polgeonow.com.br)>

Depois de meses de confrontos, em dezembro de 2016 as forças governamentais retomaram definitivamente Aleppo, o que afirmou a drástica mudança nos rumos do conflito e deste ponto em diante, Assad passou a lutar para impedir a completa balcanização do território sírio. O confronto com os rebeldes, agora dispersos pelo território sírio, deixou de ser o principal ponto do conflito e as forças governamentais se voltaram para impedir os avanços curdos, que combatiam o Daesh em Raqqah.



**Mapa 8. Controle territorial da Síria em 21 de junho de 2017**



Elaboração de Evan Centanni e Djordje Djukic. Fonte: Political Geography Now <[www.polgeonow.com.br](http://www.polgeonow.com.br)>

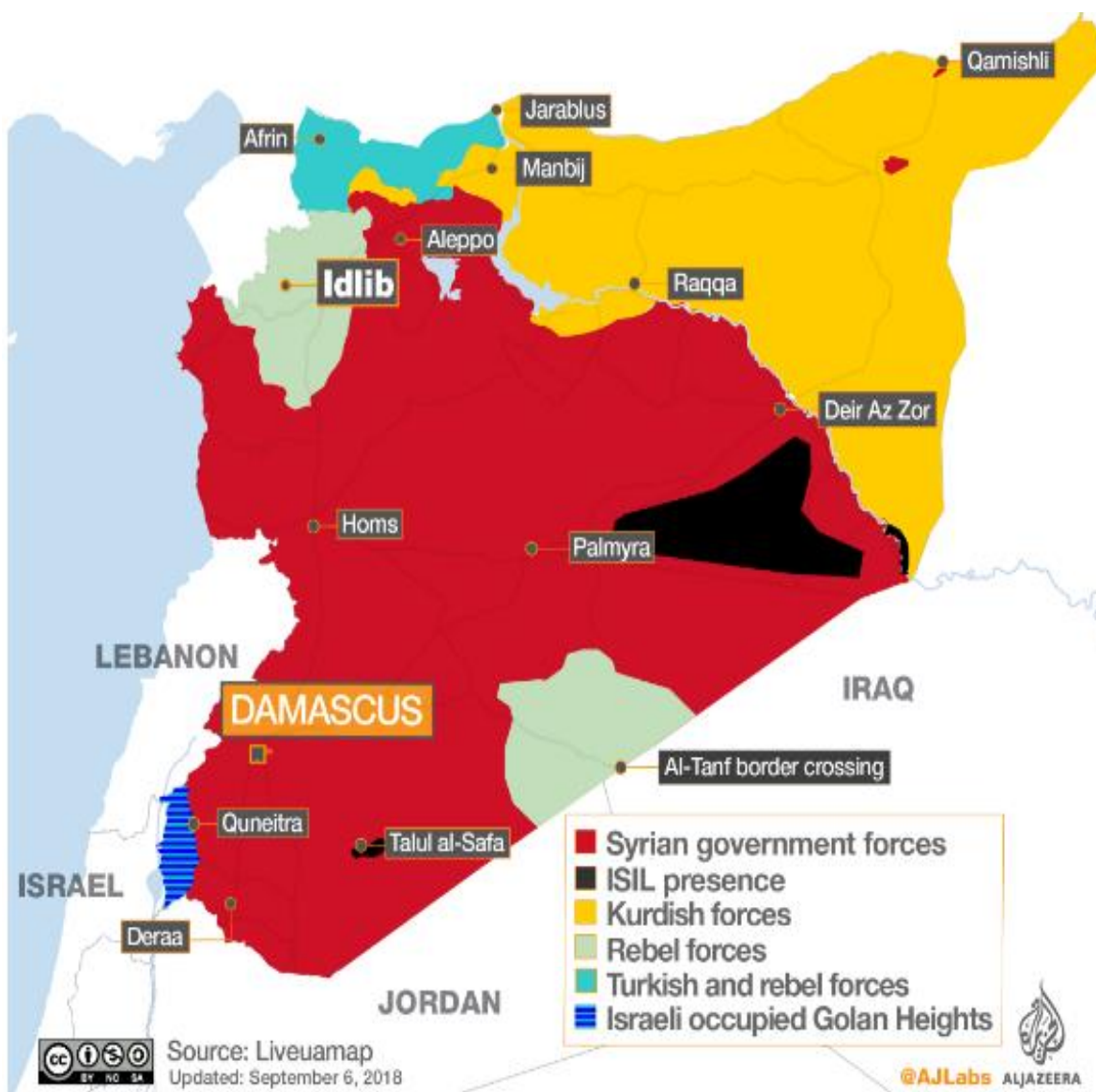
Ainda em setembro de 2017 o cerco a Deir ez-Zor foi rompido pelas forças governamentais de Assad e demais territórios-chave foram recuperados, reduzindo drasticamente o controle territorial do Daesh, outro avanço que indica que no conflito sírio a estratégia estadunidense (e, em sentido mais amplo, a estratégia ocidental) perdeu sua viabilidade. Em 20

de janeiro de 2018 a Turquia lançou a operação “*Olive Branch*” contra os territórios sírios sob controle dos curdos, precisamente na região de Afrin. A operação, conforme analistas internacionais afirmavam, possuía o apoio da Rússia. As forças aéreas turcas adentraram o espaço aéreo sírio e contaram com o apoio russo para tal por inúmeras razões estratégicas, sendo uma das principais o iminente confronto em Idlib, o qual o exército sírio desempenharia com maior dificuldade que as forças turcas, devido ao seu desgaste. Outra importante razão estratégica para o apoio russo à Turquia em Afrin é o gasoduto Turkish Stream, o qual tem sua finalização prevista para 2019 e está sendo construído pela Gazprom, sendo que o CEO da estatal russa anunciou, logo após a invasão de Afrin, o interesse russo em construir um segundo gasoduto em território turco (ISSAEV, 2018).

Até setembro de 2018, o conflito sírio já contou com a morte de 465.000 pessoas, mais de um milhão de feridos e cerca de 12 milhões de pessoas desalojadas. As forças governamentais de Assad recuperaram a maior parte do território, mas em 2018 ainda persistiram alguns focos de confronto. A Ghouta Oriental, região a leste da capital Damasco, foi o foco de uma ofensiva das forças do presidente Bashar al-Assad em abril, resultando em mais de 1.000 mortes, incluindo as de 215 crianças e 145 mulheres, e em 12 de abril o território foi tomado em sua totalidade pelo exército sírio e pelas patrulhas da polícia militar russa. No norte da Síria, soldados turcos e rebeldes sírios aliados foram enviados a Afrin para enfrentar um grupo armado curdo apoiado pelos EUA, e atualmente as forças aliadas controlam a principal cidade de Afrin. Em Deraa o governo sírio e a Rússia intensificaram sua ofensiva e retomaram o controle de uma série de vilarejos que se situam nas províncias de Deraa e Quneitra (CHUGHTAI, 2018).

Conforme o mapa 9 demonstra, em relação ao mapa 6, podemos observar a considerável redução dos territórios sob controle do Estado Islâmico e, em sentido inverso, a ampliação dos territórios sob o controle do governo Assad:

**Mapa 9. Controle territorial da Síria em 06 de setembro de 2018**

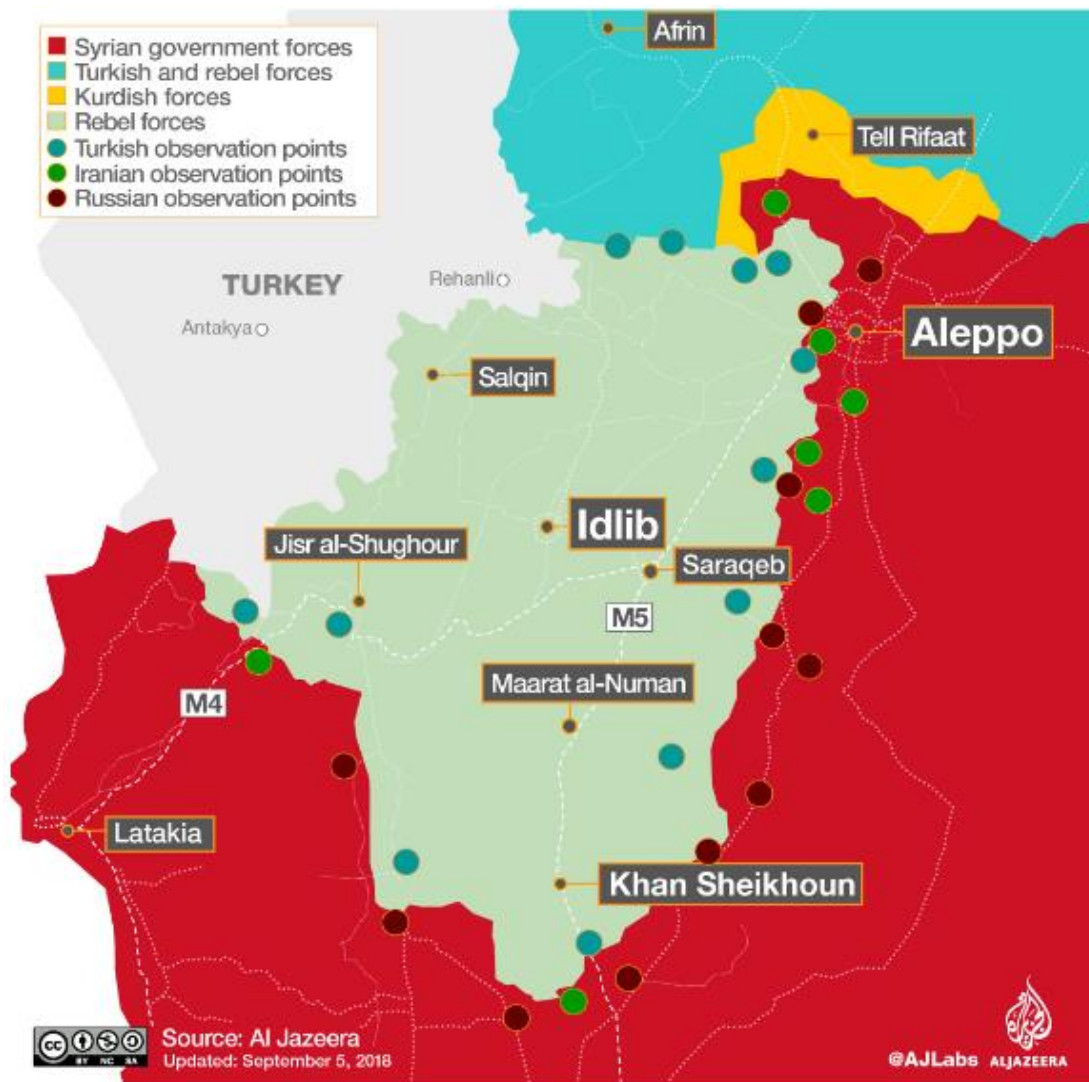


Fonte: Al Jazeera.

O principal dos focos de conflito que persistem até a atualidade é o da província de Idlib, no noroeste da Síria, o último território em que os rebeldes anti-Assad persistem. Há cerca de 70.000 combatentes rebeldes dentro e ao redor da província, a qual é estrategicamente importante pois de um lado compartilha uma fronteira com a província de Latakia, que abriga a maior base aérea russa na Síria, e do outro lado, faz fronteira com a Turquia. Ademais, a estratégica rodovia M5, a principal via de acesso ao norte, também passa pelo Idlib. Em caso de

uma ofensiva total de Assad e seus aliados sobre as posições rebeldes em Idlib, estima-se que as perdas humanas seriam altíssimas (CHUGHTAI, 2018).

**Mapa 10. Controle territorial em Idlib em 06 de setembro de 2018**



Fonte: Al Jazeera.

Atualmente, as principais cidades sob controle do governo Assad são Damasco, Homs, Hama, Aleppo, Latakia, Tartus, Palmyra e Albu Kamal. O Exército da Síria Livre (FSA) manteve o controle de áreas limitadas no noroeste da Síria desde a batalha de Aleppo, em 2016. A principal área sob seu controle é a província de Idlib. A sua vez, as principais cidades sob controle curdo são Raqqah, Qamishli e Hasakah. Após a batalha de Raqqah, em 2017, o Daesh

permaneceu no controle de uma área perto de Albu Kamal, cercada pelas forças do governo em direção ao oeste e as forças curdas no leste (CHUGHTAI, 2018). Com relação às potências envolvidas no conflito, os EUA controlam um terço dos territórios sírios por meio da sua aliança com os curdos, a Rússia controla um pouco mais da metade do país através da sua aliança com o governo Assad e o restante do território está sob supervisão turca (KABALAN, 2018).

#### **4.3.4. NEGOCIAÇÕES E OS POSSÍVEIS DESFECHOS**

Houveram inúmeras iniciativas internacionais que visavam pôr fim à guerra na Síria, dentre as quais os dois principais fóruns diplomáticos de negociação foram as conversações patrocinadas pela ONU em Genebra, e as conversações em Astana, facilitadas pela Rússia e pela Turquia. As conversas em Astana pretendiam complementar as negociações políticas de Genebra, mas demonstraram-se mais eficazes (AL JAZEERA, 2017). No dia 27 de outubro de 2018, a Cúpula de Istambul reuniu os principais países que compõem as negociações de Astana, Rússia, Turquia e Irã, bem como países do Grupo de Trabalho da Síria, como Reino Unido, França, Alemanha, Arábia Saudita, Jordânia e Egito. Os Estados Unidos não participaram (KABALAN, 2018).

Depois de derrotar a oposição e garantir o regime do presidente Bashar al-Assad, a Rússia procura normalizar a situação na Síria, concentrando-se na reconstrução e no regresso dos refugiados sírios. Agora, seu principal objetivo político é convencer potenciais doadores, principalmente a UE e os países do Golfo, a investirem na economia síria e colaborarem para a reconstrução do país. A proposta de Moscou para o retorno dos refugiados é bastante popular na Europa, razão pela qual a Rússia utiliza isto para convencer a Alemanha (a qual recebeu mais de um milhão de sírios) a liderar a UE em um acordo de reconstrução. O Grupo de Trabalho da Síria, após a derrota militar de seus aliados, vê no financiamento da reconstrução do país a sua única ferramenta para pressionar Assad e seus aliados a aceitarem uma solução política para o conflito, o que implicaria na mudança de governo. A Rússia, ao contrário, não quer que o processo de reconstrução seja atrelado à qualquer processo político (KABALAN, 2018).

O objetivo final da Rússia na Síria é acabar com toda a presença militar estrangeira em território sírio, incluindo a presença turca, francesa e especialmente a estadunidense. Os planos dos Estados Unidos são de manterem sua presença militar no nordeste da Síria, segundo o

discurso oficial estadunidense, para impedir o ressurgimento do Estado Islâmico em território sírio (sendo que a principal base territorial das operações do EI está assentada no Iraque). Ademais, os EUA visam conter o Irã e impedi-lo de estabelecer um corredor terrestre através do Iraque e da Síria para o Líbano, e usar essa presença militar como uma moeda de barganha para forçar uma solução política para o conflito sírio. A Rússia vê com preocupações tais aspirações (KABALAN, 2018).

De maneira geral, os mecanismos de desescalamento e cessar-fogo foram usados para aumentar os ganhos militares dentro de uma guerra em que nenhuma das facções envolvidas oferecem concessões. No plano regional, o embate geopolítico entre Irã e Arábia Saudita deve permanecer por muito tempo sem a prevalência decisiva de nenhum deles. A Turquia almeja consolidar-se como o poder hegemônico no Oriente Médio, tendo como principal rival geopolítico o Irã e lidando com a Arábia Saudita a partir de certo distanciamento. A ambigüidade dos objetivos estratégicos e da valorização dos principais inimigos é um fato central dos erros estratégicos do campo ocidental (SOULARD, 2018).

No cenário atual, o Irã é o vencedor no plano regional e a Rússia é a vencedora no plano internacional. Dadas as rivalidades regionais e adicionando a elas Israel, que cautelosamente reforça o seu apoio aos rebeldes sírios, a possibilidade de uma eventual escalada militar regional no Oriente Médio reside no avanço da expansão geopolítica iraniana. Ademais, o conflito sírio, conforme pudemos observar, possui variáveis que extrapolam a escala regional e nos dão “uma fiel radiografia do sistema internacional” (SOULARD, 2018, s/p).

#### **4.4. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

Conforme observamos neste capítulo, a geopolítica e a balança de poder regionais do Oriente Médio se relacionam diretamente com a geopolítica do imperialismo. Isso significa dizer que a política regional do Oriente Médio está permeada pelas disputas de poder a nível internacional e vice-versa. Portanto, os fenômenos políticos observados no Oriente Médio - disputas pela hegemonia regional e a geopolítica dos oleodutos e gasodutos - é influenciada por tendências sistêmicas como o acirramento da disputa interestatal entre as grandes potências e a multiplicação de focos de guerra híbrida.

A Síria, neste sentido, sendo um país central para o fluxo dos recursos energéticos dentro da Eurásia, se transformou em um foco de conflito em que a multipolaridade assimétrica do

Sistema Internacional Contemporâneo se evidencia: apesar da sua superioridade em aspectos de poder concreto em relação às demais potências, os Estados Unidos não foram capazes de derrubar o governo Assad e dar sequência a sua estratégia de redesenho do mapa do Oriente Médio. O papel da Rússia na Guerra na Síria recuperou ao país seu *status* de grande potência e deu abertura para um processo de recuperação e expansão da sua histórica influência geopolítica sobre a região do Oriente Médio. Após seu sucesso militar, o governo russo aprofundou alianças e atraiu novos parceiros que, até pouco tempo atrás, estavam sob a absoluta esfera de influência norte-americana. A China, a sua vez, embora possua um papel menos direto na guerra, também está envolvida nela, uma vez que depende da geopolítica dos oleodutos e gasodutos do Oriente Médio para consolidar seus interesses estratégicos de longo prazo. Neste sentido, o país tem adotado uma postura de apoio à Rússia no conflito sírio.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste ponto, nos faz importante retomarmos a **pergunta central** desta pesquisa: como a disputa interestatal materializada na Guerra na Síria apresenta elementos úteis para a análise do Sistema Internacional Contemporâneo? Para respondê-la, algumas **perguntas secundárias** foram feitas ao longo deste trabalho: (i) como a crise da hegemonia estadunidense se relaciona com a disputa do país norte-americano com os polos de poder euroasiáticos? (ii) como essa disputa se manifesta no conflito sírio? (iii) qual a relevância da Síria dentro da disputa econômica e geopolítica entre estes países? (iv) quais tendências sistêmicas podemos observar nas interações entre as Grandes Potências e o conflito sírio?

Desta maneira, a crise da hegemonia estadunidense se relaciona com a disputa entre o país norte-americano e os polos de poder euroasiáticos a partir da intensificação da disputa interestatal entre as grandes potências. A partir das categorias analíticas de hegemonia e do imperialismo podemos compreender a construção da multipolaridade assimétrica no Sistema Internacional Contemporâneo, a qual se baseia na redistribuição do poder econômico a nível global e no acirramento da competição geopolítica por zonas de influência, mercados e recursos naturais estratégicos. Neste contexto intrincado, a crise hegemônica e a concorrência imperialista são fenômenos assentados na estrutura sistêmica e, portanto, reverberam-se no comportamento dos atores e nos processos das relações internacionais.

No conflito sírio, essa estrutura se manifesta através da Guerra Híbrida, um conflito de caráter indireto e assimétrico, onde táticas distintas das convencionais são aplicadas. Embora Rússia e Estados Unidos não tenham declarado guerra um contra o outro formalmente, as forças dos dois países se enfrentam em território sírio e buscam resultados geopolíticos antagônicos. A Rússia utilizou a sua participação na guerra como um trampolim para a expansão da sua influência no Oriente Médio, reaproximando-se de aliados históricos e atraindo novos aliados estratégicos. Os Estados Unidos saíram enfraquecidos do conflito e possuem agora um desafio para restabelecerem sua influência na região: o país norte-americano já não oferece garantias tão seguras para seus aliados regionais, e o fato de ter se tornado o maior produtor de petróleo do mundo em 2018 pode gerar aproximações entre um de seus aliados mais próximos, a Arábia



Saudita, e o Kremlin. A China, embora não tenha na Guerra na Síria uma participação tão direta quanto as outras duas potências, possui interesses vitais no Oriente Médio, especialmente no que se refere à sua segurança energética, mas que também se relacionam com a consolidação da sua hegemonia na Ásia Central (onde o país disputa zonas de influência com a Rússia). Com a vitória de Assad na guerra, a China tem o melhor resultado possível para expandir suas relações com os países do Golfo e prosseguir com os investimentos em infraestrutura energética na região.

A Síria possui grande relevância para a disputa estratégica entre as grandes potências porque, desde o ponto de vista territorial, possui uma capacidade única para operar como um corredor energético. O território sírio é imprescindível para o fluxo de recursos energéticos entre a Ásia Central, o Oriente Médio (especialmente o Golfo Pérsico) e a Europa. A geopolítica dos oleodutos e gasodutos é preponderante tanto para a balança de poder regional do Oriente Médio quanto para a disputa interestatal das grandes potências, que têm no fluxo dos energéticos um dos pontos-chaves de suas políticas de segurança.

Assim, consideramos que os resultados desta pesquisa corroboram com a **hipótese geral** de que a Guerra na Síria expõe a multipolaridade dentro do Sistema Internacional Contemporâneo. Consideramos o mesmo no que diz respeito à **hipótese secundária** que denota da hipótese geral, de que a Guerra na Síria é um foco de conflito no qual o interesse estadunidense não logrou consolidar-se e, portanto, rompe com uma tendência anterior segundo a qual o plano estratégico dos Estados Unidos para o Oriente Médio avançava sem grande resistência dos poderes globais. A reascensão dos polos de poder euroasiáticos impõem desafios para a política externa e de segurança da grande potência ocidental e, baseando-se nisso, em 2018 a Doutrina de Segurança Nacional estadunidense reorientou-se e voltou a colocar as disputas interestatais com a China e com a Rússia no foco da sua estratégia no plano internacional.

A partir deste trabalho, podem surgir questões acerca de como a disputa interestatal das grandes potências irá se desenvolver nos próximos anos. Uma das principais tendências é a multiplicação dos focos de guerra híbrida. Para além disto, o que se pode esperar do Sistema Internacional? Como a nova Doutrina de Segurança de cada uma das grandes potências irá se desenvolver a médio prazo? A China e a Rússia continuarão a impor desafios geopolíticos para os Estados Unidos? Haverá uma transição hegemônica ou será mantida a multipolaridade

assimétrica como a estrutura do sistema? Ainda ficam em aberto as possibilidades de desdobramentos a partir do Sistema Internacional tal qual este se configura hoje. Por certo, os analistas internacionais possuem agora desafios que não estavam postos há 20 anos atrás, quando o mundo discutia a unipolaridade estadunidense. O número de variáveis aumentou exponencialmente desde então e a governança a partir de um mundo multipolar passa a ser um desafio para os analistas internacionais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABEGÁS. (2015). **A Síria e a guerra do gás no Oriente Médio.** *Abegás (redação)*. 01 dez. 2015. Disponível em: <<https://www.abegas.org.br/Site/?p=52789>>. Acesso: 03 jul. 2018.
- AHMED, N. (2013). **Syria intervention plan fueled by oil interests, not chemical weapon concern.** *The Guardian*, 30 de agosto de 2013. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/environment/earth-insight/2013/aug/30/syria-chemical-attack-war-intervention-oil-gas-energy-pipelines>>. Acesso em: 10 dez. 2018.
- ALNASIR, L. (2017). **Russia plans second pipeline to China and wants to start first gas supplies in 2018.** *Pipeline Technology Journal*, 07 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.pipeline-journal.net/news/russia-plans-second-pipeline-china-and-wants-start-first-gas-supplies-2018>>. Acesso em: 20 nov. 2017.
- AL JAZEERA (2017). **Syria diplomatic talks: A timeline.** *Al Jazeera*, 15 de setembro de 2017. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2017/09/syria-diplomatic-talks-timeline-170915083153934.html>>. Acesso em: 10 dez. 2018.
- AMADEO, K. (2018). **Gold and the Economy.** *The Balance*, 14 de junho de 2018. Disponível em: <<https://www.thebalance.com/gold-and-the-economy-3305655>>. Acesso em: 02 dez. 2018.
- AMIN, S. (2004). **Geopolitics of contemporary imperialism.** In *New Worldwide hegemony. Alternatives for change and Social movements*. Buenos Aires: Clacso.
- AMIN, S. (2004). **U.S. Imperialism, Europe and the Middle East.** *Monthly Review*, vol. 56, nº 6, novembro de 2004. Disponível em: <<https://monthlyreview.org/2004/11/01/u-s-imperialism-europe-and-the-middle-east/>>. Acesso em: 05 nov. 2017.
- AMIN, S. (2015). **Contemporary Imperialism.** *Monthly Review*, vol. 67, nº 3, julho-agosto de 2015. Disponível em: <<https://monthlyreview.org/2015/07/01/contemporary-imperialism/>>. Acesso em: 27 nov. 2018.
- ARON, R. (2002). **Paz e guerra entre as nações.** Trad. Sérgio Bath (1a. edição) Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- ARRIGHI, G. (2006). **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo.** tradução Vera Ribeiro; revisão de tradução César Benjamin; Rio de Janeiro: Contraponto. São Paulo: Editora UNESP.
- ÁVILA, F. S; MARTINS, J. M; CEPIK, M. (2009). **Armas Estratégicas e Poder no Sistema Internacional: O Advento das Armas de Energia Direta e seu Impacto Potencial sobre a Guerra e a Distribuição Multipolar de Capacidades.** *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, vol. 31, no 1, janeiro/abril 2009, p. 49-83.

- BARBÉ, E. (1995). **Relaciones Internacionales**. Madrid: Editorial Tecnos S.A.
- BARDEN, J. (2018). **Russia exports most of its crude oil production, mainly to Europe**. *U.S. Energy Information Administration (EIA)*, 14 de novembro de 2018. Disponível em: <<https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=37053>>f. Acesso em: 02 dez. 2018.
- BARRON, J; GEARY, E. (2018). **U.S. production of crude oil grew 5% in 2017, likely leading to record 2018 production**. *U.S. Energy Information Administration (EIA)*, 4 de abril de 2018. Disponível em: <<https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=35632>>f. Acesso em: 02 dez. 2018.
- BERZINS, J. (2016). **The West is Russia's Main Adversary, and the Answer is New Generation Warfare. Threat perception and security policy concepts in comparison: USA, Europe and the BRICS-States**. Hamburgo: Institut für Friedensforschung und Sicherheitspolitik an der Universität Hamburg.
- BORON, A. A. (2007). *A questão do imperialismo*. In: BORON, A. A; AMADEO, J; GONZÁLEZ, S. (2007). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, São Paulo: Expressão Popular.
- BOWLER, T. (2018) **Which country dominates the global arms trade?** *BBC News*, Business Reporter, 10 de maio de 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/business-43873518>>. Acesso em: 02 dez. 2018.
- CALICH, A. P. M. *et al.* (2013). **Política externa e de segurança da Rússia**. In: MARTINS, J. M. Q. (org) *Relações internacionais contemporâneas 2012/2: estudos de caso em política externa e de segurança*. Porto Alegre, Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE).
- CALLINICOS, A. (2009). **Imperialism and Global Political Economy**. Cambridge; Malden: Polity.
- CALLINICOS, A. (2015). **As Múltiplas Crises do Imperialismo**. *Marx e o Marxismo*. v.3, n.4, jan./jun. 2015, p. 16-36.
- CHOMSKY, N. (2002). **A nova guerra contra o terror**. *Estudos Avançados*, vol.16, n.44, São Paulo, Jan./Abr.
- CHUGHTAI, A. (2018). **Syria's war: Who controls what?** *Al Jazeera*, 07 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/indepth/interactive/2015/05/syria-country-divided-150529144229467.html>>. Acesso em: 10 dez. 2018.
- CMS. (2015). **China's Military Strategy 2015**. *The State Council Information Office of the People's Republic of China*. May 2015.

- COUTO, S. P. (2009). **Almanaque das guerras: os fatos mais importantes dos grandes conflitos da história da humanidade**. São Paulo: Ideia & Ação.
- COOK, S. A. (2018). **Russia Is in the Middle East to Stay**. *Foreign Policy*, 16 de março de 2018. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2018/03/16/the-middle-east-needs-a-steady-boyfriend/>>. Acesso em: 04 dez. 2018.
- DELGADO, F. FEBRARO, J. (2017). **Cronos: China e as suas questões de segurança energética**. *Caderno Opinião, FGV Energia*. ago 2017.
- DIAJIONG, Z.; MEIDAN, M. (2015). **China and the Middle East in a new energy landscape**. *Catham House*, p. 1-15, out. 2015.
- DUNN, C. HESS, T. (2018). **The United States is now the largest global crude oil producer**. *U.S. Energy Information Administration (EIA)*, 12 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=37053>>. Acesso em: 02 dez. 2018.
- ENGDAHL, F. W. (2018). **The Secret Stupid Saudi-US Deal on Syria. Oil-Gas Pipeline War**. *Global Research*, 02 de março de 2018. Disponível em: <<https://www.globalresearch.ca/the-secret-stupid-saudi-us-deal-on-syria/5410130>>. Acesso em: 10 dez. 2018.
- ERLICH, R. (2014). **Inside Syria: the backstory of their civil war and what the world can expect**. New York: Prometheus Books.
- ESTADÃO. (2017). **Entenda o impacto das sanções impostas por EUA e UE à Rússia após anexação da Crimeia**. *O Estadão, Redação Internacional*. Novembro de 2017. Disponível em: <<https://internacional.estadao.com.br/blogs/radar-global/entenda-o-impacto-das-sancoes-impostas-por-eua-e-ue-a-russia-apos-anexacao-da-crimea/>>. Acesso em: 02 dez. 2018.
- FEM. (2017). **This will be the most powerful economies in the world by 2050**. *Fórum Econômico Mundial*, 06 de dezembro de 2017. Disponível em: <<https://www.weforum.org/agenda/2017/12/these-will-be-the-most-powerful-economies-in-the-world-by-2050>>. Acesso em: 02 dez. 2018.
- FEM. (2018). **The world's biggest economies in 2018**. *Fórum Econômico Mundial*, 18 de abril de 2018. Disponível em: <<https://www.weforum.org/agenda/2018/04/the-worlds-biggest-economies-in-2018/>>. Acesso em: 02 dez. 2018.
- FIORI, J. L. (2004). **Formação, Expansão e Limites do Poder Global**. In: FIORI, J. L. (2007). *O Poder Americano*. Petrópolis: Editora Vozes.
- FIORI, J. L. (2007). **A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul**. *OIKOS*, Rio de Janeiro, Vol. 6, No 2.

- FIORI, J. L. (2011). **A Líbia, a Otan e o Grande Médio Oriente**. *Valor*, 01 ago. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/opiniaio/993648/libia-otan-e-o-grande-medio-orient>>. Acesso em: 20 set. 2017.
- FMI. (2018). **World Economic Outlook Database**. *Fundo Monetário Internacional*. Outubro de 2018. Disponível em: <<https://www.imf.org>>. Acesso em: 02 dez. 2018.
- FRANÇA, A. *et al.* (2013). **Política externa e de segurança dos Estados Unidos**. In: MARTINS, J. M. Q. (org) *Relações internacionais contemporâneas 2012/2: estudos de caso em política externa e de segurança*. Porto Alegre, Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE).
- FREILICH, C. (2018). **In the Middle East the Russians Aren't Coming: They Are Back**. *National Interest*, 13 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://nationalinterest.org/feature/middle-east-russians-aren%E2%80%99t-coming-they-are-back-28672>>. Acesso em: 04 dez. 2018.
- FRIEDMAN, G. (2012). **A próxima década: Onde estamos... e para onde iremos**. Ribeirão Preto, SP: Novo Conceito Editora.
- FUSER, I. (2013). **Energia e Relações Internacionais**. São Paulo: Editora Saraiva.
- GFP. (2018). **2018 Military Strength Ranking**. *Global FirePower*. Disponível em: <<https://www.globalfirepower.com/countries-listing.asp>>. Acessado em: 14 nov. 2018.
- GILPIN, R. (1971). **The Politics of Transnational Economic Relations**. *International Organization*, Vol. 25, n. 3, p. 398-419. Cambridge University Press.
- GULLO, M. (2018). **Relaciones Internacionales: una teoría crítica desde la periferia sudamericana**. Buenos Aires: Biblos.
- HAAS, M. (2011). **Russia's Military Reforms: Victory after Twenty Years of Failure?** *Clingendael Papers No. 5*. The Hague: Netherlands Institute of International Relations 'Clingendael'.
- HARVEY, D. (2004). **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola.
- HIRSCH, J. (2010). **Teoria Materialista do Estado: processos de transformação do sistema capitalista de Estados**. Rio de Janeiro: Editora Revan.
- HOFFMAN, F. (2009). **Hybrid Warfare and Challenges**. *Joint Force Quarterly*. Issue 52, 1st quarter.
- HUGHES, G. (2012). **My Enemy's Enemy: Proxy Warfare in International Politics**. Eastbourne: Sussex Academic Press.
- IEA. (2017). **World Energy Outlook**. *International Energy Agency*. Disponível em:

<[http://www.iea.org/publications/freepublications/publication/WEO2011\\_WEB.pdf](http://www.iea.org/publications/freepublications/publication/WEO2011_WEB.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2017.

ISSAEV, L. (2018). **Why is Russia helping Turkey in Afrin?** *Al Jazeera*, 29 de janeiro de 2018. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/indepth/opinion/russia-helping-turkey-afrin-180125122718953.html>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

JARDIM, E. B; SOUSA, B. M. (2017). **A presença chinesa no Oriente Médio frente à hegemonia mundial dos Estados Unidos.** *Estudos Internacionais*. Belo Horizonte, 2017, v. 4, n. 3, p. 5 – 24.

JIAN, W. (2017). **“One Belt One Road”: A vision for the Future of China-Middle East Relations.** *Al Jazeera Centre for Studies*. Qatar, 2017.

KABALAN, M. (2018). **Russia’s new game in Syria.** *Al Jazeera*, 29 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/indepth/opinion/istanbul-summit-failed-181029102112796.html>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

KAPLAN, R. D. (2013). **A vingança da geografia: a construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica.** Tradução de Cristiana de Assis Serra. Rio de Janeiro: Elsevier.

KAUTSKY, K. (1914). **Ultra-Imperialismo.** Tradução publicada em: FREITAS, G. B. (2012) Tradução e análise dos artigos de Karl Kautsky acerca do imperialismo e seus desdobramentos em relação à economia e sociedade contemporânea e o Brasil. Disponível em: [http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/tcc/bar/3129/2012/freitas\\_gb\\_tcc\\_arafcl.pdf](http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/tcc/bar/3129/2012/freitas_gb_tcc_arafcl.pdf).

KERR OLIVEIRA, L. (2012). **Energia como Recurso de Poder na Política Internacional: os desafios da Geopolítica do Petróleo e o papel do Centro de Decisão Energética.** Tese de Doutorado em Ciência Política, UFRGS. Porto Alegre.

KHANNA, P. (2011). **Como governar o mundo: Um roteiro para o próximo Renascimento.** Tradução de Berilo Vargas. Revisão Técnica de Márcio Scalécio.

KISSINGER, H. (2015). **Ordem Mundial.** Tradução Cláudio Figueiredo. 1ª edição. Rio de Janeiro: Objetiva.

KLARE, M. T. (2005). **Blood and Oil: the dangers and consequences of America’s growing dependency on imported petroleum.** New York: Holt Paperbacks.

KORYBKO, A. (2015). **Hybrid wars: The indirect adaptive approach to regime change.** Moscou: Peoples’ Friendship University of Russia.

LEITE, A. LIRA, E. (2011). **A corrida chinesa em busca de energia: A evolução da política energética chinesa em direção à África, América do Sul e Brasil.** *Revista de Estudos Internacionais (REI)*, Vol. 2 (1).

- LÊNIN, V. I. (2005). **O imperialismo, fase superior do capitalismo**. 3. ed. São Paulo: Centauro.
- LIND, W. (2005). **Compreendendo a Guerra de Quarta Geração**. *Military Review*. Jan-Fev.
- LYRIO, M. (2010). **A Ascensão da China como Potência: fundamentos políticos internos**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão
- MARSHALL, T. (2015). **Prisoners of Geography: Ten Maps That Tell You Everything You Need To Know About The World**. Great Britain: Elliott and Thompson Limited.
- MARTINS, J. M. Q. (2013). **Considerações finais: recomposição hegemônica e inserção internacional do Brasil**. In: MARTINS, J. M. Q. (org) *Relações internacionais contemporâneas 2012/2: estudos de caso em política externa e de segurança*. Porto Alegre, Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE).
- MATVEEV, V. RUSAKOVA, T. (2015). **The changing Russian army**. *Russia Beyond*, 23 dez. Disponível em: <[https://www.rbth.com/economics/defence/2015/12/23/the-changing-russian-army\\_553889](https://www.rbth.com/economics/defence/2015/12/23/the-changing-russian-army_553889)>. Acesso em: 10 de Set 2017.
- MEARSHEIMER, J. (2004). **Why China's Rise Will Not Be Peaceful**. 17 set. 2004. Disponível em: <<http://mearsheimer.uchicago.edu/pdfs/A0034b.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2018.
- MEARSHEIMER, J. (2007). **A Tragédia da Política das Grandes Potências**. Lisboa: Gradiva.
- MINGST, K. (2003). **Essentials of International Relations**. 2nd ed. New York: W. W. Norton & Company.
- OPEC. (2018). **Annual Statistical Bulletin**, 53<sup>rd</sup> edition.
- OSÓRIO, L. F. (2018). **Imperialismo, Estado e Relações Internacionais**. São Paulo: Ideias & Letras.
- PADULA, R. (2011). **Infraestrutura, geopolítica e desenvolvimento na integração sul-americana – uma visão crítica à IIRSA**. Rio de Janeiro: Leal.
- PAULANI, L. M; BRAGA, M. B. (2007). **A nova contabilidade social: uma introdução à macroeconomia**. São Paulo: Saraiva.
- PAUTASSO, D; KERR OLIVEIRA, L. (2008). **A Segurança Energética da China e as Reações dos EUA**. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, vol. 30, no 2, maio/agosto 2008, p. 361-398.
- PAUTASSO, D; UNGARETTI, C. (2017). **A Nova Rota da Seda e a recriação do sistema sinocêntrico**. *Estudos Internacionais*, Belo Horizonte, v.4 n.3, p.25 – 44.



- PERSSON, G. (2017). **The War of the Future: A Conceptual Framework and Practical Conclusions.** *Essays on Strategic Thought. Russian Studies. NATO Defense College.* 03/17 - Jul.
- PETKOVA, M. (2018). **After the Sochi agreement, HTS is facing internal divisions.** *Al Jazeera*, 27 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/indepth/features/turkey-idlib-180924191442969.html>>. Acesso em: 10 dez. 2018.
- PICCOLLI, L; MACHADO, L; MONTEIRO, V. F. (2016). **A Guerra Híbrida e o Papel da Rússia no Conflito Sírio.** *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, v.3, p. 189-203, 2016. <<https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/63960>>
- RASLER, K; THOMPSON, W. R. (2005). **Global War and the Political Economy of Structural Change.** p. 301-331. In: MIDLARSKY, M. I. [org]. *Handbook of War Studies II.* 4th ed. The University of Michigan Press: Ann Arbor, Michigan, USA.
- RMD. (2014). **Military Doctrine of the Russian Federation.** *By the President of the Russian Federation, Putin.* December 25th 2014.
- SALAMEH, S. (2014). **A Síria entre o real e o virtual.** *Oriente Mídia*, 4 de dezembro de 2014. Disponível em: <<http://www.orientemidia.org/a-siria-entre-o-real-e-o-virtual/>>. Acesso em: 10 dez. 2018.
- SIPRI. (2018). **Biggest military spenders.** *Stockholm International Peace Research Institute.* Disponível em: <<http://visuals.sipri.org/>>. Acesso em: 14 nov. 2018.
- SOULARD, F. (2018). **Síria, un espejo que polariza al mundo.** *Agencia Latinoamericana de Información.* 19 de abril de 2018. Disponível em: <<https://www.alainet.org/es/articulo/192372>>. Acesso em: 10 dez. 2018.
- TOMÉ, L. (2008). **China e Médio Oriente: Energia, claro, mas não só...** *Nação e Defesa.* Outono-Inverno 2008, N.º 121 – 3.ª Série, p. 87-134.
- TRENIN, D. (2016). **Russia in the Middle East: Moscow's objectives, priorities and policy drivers.** *Carnegie Endowment for International Peace*, 25 de março de 2016. Disponível em: <[https://carnegieendowment.org/files/03-25-16\\_Trenin\\_Middle\\_East\\_Moscow\\_clean.pdf](https://carnegieendowment.org/files/03-25-16_Trenin_Middle_East_Moscow_clean.pdf)>. Acesso em: 04 dez. 2018.
- U.S. NDS. (2018). **Summary of the 2018 National Defense Strategy of the United States of America.** Sharpening the American Military's Competitive Edge. *Department of Defense.* United States of America.
- VISENTINI, P. G. F. (2011). **A novíssima China e o sistema internacional.** *Revista de Sociologia Política.* Curitiba, v. 19, n. suplementar, nov. 2011, p. 131-141.
- WOOD, E. (2003). **A Manifesto for Global Capitalism.** In: BALA-KRISHNAN, G. (ed.). *Debating Empire.* Londres: Verso, p. 61-82.
- WOOD, E. (2014). **O Império do Capital.** São Paulo: Boitempo.

WOOD, C. (2018). **Russia Selling China Advanced Weaponry**. *The Trumpet*. Disponível em: <<https://www.thetrumpet.com/17032-russia-selling-china-advanced-weaponry>>. Acesso em: 02 dez. 2018.

ZAHREDDINE, D; TEIXEIRA, R. C. (2015). **A ordem regional no Oriente Médio 15 anos após os atentados de 11 de Setembro**. *Rev. Sociol. Polit.*, v. 23, n. 53, p. 71-98, mar. 2015.